

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS**

**SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD: CONFLITO E PERMANÊNCIA DO
COMÉRCIO POPULAR NO CENTRO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

RAQUEL XAVIER CAMPOS SOUZA

**CAMPOS DOS GOYTACAZES- RJ
FEVEREIRO/2018**

**SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD: CONFLITO E PERMANÊNCIA DO
COMÉRCIO POPULAR NO CENTRO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

RAQUEL XAVIER CAMPOS SOUZA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciência do Homem - CCH da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, na área de Estado, Sociedade, Meio Ambiente e Território, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Hernán Armando Mamani

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

FEVEREIRO/2018

SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD: CONFLITO E PERMANÊNCIA DO
COMÉRCIO POPULAR NO CENTRO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

RAQUEL XAVIER CAMPOS SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Hernán Armando Mamani
Presidente/Orientador
Universidade Federal Fluminense - UFF
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Professora Doutora Denise Cunha Tavares Terra
Examinadora
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Professora Doutora Jussara Freire
Examinadora
Universidade Federal Fluminense - UFF
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Professora Doutora Rosany Barcellos de Souza
Examinadora
Universidade Federal Fluminense – UFF

Dedico este trabalho aos meus pais. Ao meu pai, homem de fé que semeou para que chegasse até aqui, e a minha mãe que viu que eu sempre poderia ir além, e hoje junto à mim colhe os frutos desta sementeira.

AGRADECIMENTOS

Toda honra, glória e louvor, ao meu Deus que me escolheu antes que a este mundo viesse, e que tem conduzido meus caminhos durante toda esta caminhada. Foram dias difíceis, de luta, choros, dias em que a vontade de desistir em alguns momentos me sobreveio, mas Ele me sustentou com a Sua mão, e por isso cheguei até aqui.

Ao meus pais que sempre investiram e acreditaram em mim. Hoje meu pai não pode ver essa conquista, mas se pudesse, talvez diria, pra mim: “eu já sabia”,rs, então hoje quem segura na minha mão e comigo se alegra é você, mãe, que em todo tempo, viu o que eu não poderia ver e assim me fez chegar até aqui.

Ao meu amado e precioso esposo, que nos dias mais difíceis não me deixou desistir, que nos dias de choro arrancava sorrisos de mim, sempre trazendo alegria e se orgulhando desta minha trajetória.

À minha família, irmã, tios, dindas, dindo, sogros e primos, vocês acompanharam de perto esta trajetória, sempre foram meus incentivadores, vibrando com cada conquista e intercedendo sempre por mim, e estiveram lado a lado dando todo suporte que precisei, para que chegasse onde estou hoje. Obrigada sempre por tudo.

Aos amigos agregados ao longo desta caminhada, em especial a minha amiga Karla Ferreira Rodrigues Barbosa, que foi quem pode de perto acompanhar os dias bons e maus de um pós-graduando, passamos por tantas coisas juntas, e o melhor disso é saber que permanecemos juntas nesta vitória.

Ao meu professor e orientador, Hernán Armando Mamani, pela seriedade com o trabalho, por me aceitar como orientanda, por tanta competência e conhecimento compartilhado. Grata também pelos desafios propostos que me fizeram crescer e chegar até aqui. Sua forma de olhar e questionar a realidade me inspiram.

À toda banca que prontamente aceitou o convite, e que se dispôs a fazer parte deste momento, contribuindo assim para aprimorar o trabalho.

Ao meu objeto de estudo, o Shopping Popular Michel Haddad e entrevistados, nossa aproximação começou de modo bem íntimo, aos 16 anos quando estive naquele espaço trabalhando; mas somente hoje ao me afastar daquele local e a partir dos conhecimentos teóricos pude entender toda sua complexidade. Ao olhar para trás só posso agradecer por ter iniciado minha caminhada lá dentro, no interior do Shopping Popular Michel Haddad; jamais poderia imaginar que antes mesmo de resolver estudar este objeto, eu já estava imersa aquela realidade. Essa conquista é fruto de algo que começou lá atrás

Aos professores da Uenf que transmitiram seus conhecimentos e que contribuíram para aprimorar toda construção teórica dos meus estudos.

A Ana Paula Caputo que sempre esteve solícita, auxiliando e orientando toda questão burocrática, e vínculo institucional, aluno e universidade. Obrigada por todo suporte de sempre.

A FAPERJ, que num momento de crise estadual cumpriu com seus compromissos e financiou esta pesquisa.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	X
RESUMO.....	XI
ABSTRACT	XII
INTRODUÇÃO	1
METODOLOGIA.....	3
OS CAPÍTULOS	5
CAPÍTULO 1: CIDADE, RENTABILIDADE E ILEGALISMO.....	6
1.1. Economia informal no contexto urbano e a presença do estado: o binômio do trabalho formal e informal.....	7
1.2. Comércio ambulante, camelôs e comércio popular.....	20
CAPÍTULO 2: SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	23
2.1. Comércio ambulante e Shopping Popular Michel Haddad em Campos dos Goytacazes: legislação e conflito	24
2.2. Espriamento dos camelôs na cidade e a retomada de conflitos.....	30
2.3. Reforma e expansão do Shopping Popular Michel Haddad como solução para os camelôs.....	35
CAPÍTULO 3: SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD E A ARENA PÚBLICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	37
3.1. Camelôs de Campos nas notícias e 2009 até 2017	38
CAPÍTULO 4: SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD A PARTIR DA FIXAÇÃO ATUAL: COTIDIANO E AS SOCIABILIDADES	88
4.1. Local da obra do Shopping Popular Michel Haddad	89
4.2. Local provisório e atual do Shopping Popular Michel Haddad	91
4.3. Rotina e dinâmica dos camelôs.....	102
4.4. A associação	105
4.5. Entorno do camelódromo e ruas do Centro.....	106
CAPÍTULO 5: SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD: E A RELAÇÃO ENTRE AMBULANTES E O PODER PÚBLICO MUNICIPAL	110
5.1. Associação de Vendedores Ambulantes do Shopping Popular Michel Haddad-AVASP	111

5.2. Associação de Vendedores Ambulantes do Shopping Popular Michel Haddad- AVASP	117
5.3. Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos- CODEMCA.....	125
CAPÍTULO 6: SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD E A RELAÇÃO COM COMERCIANTES FORMAIS	130
6.1. Câmara de Dirigentes Lojistas- CDL	131
6.2. Associação de Comerciantes da Rua João Pessoa e Adjacências - CARJOPA	133
6.3. Associação Comercial e Industrial de Campos- ACIC.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
ANEXOS	160
APÊNDICES.....	168

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do antigo local do SPMH e local atual.	26
Figura 2. Imagem de uma das entradas do atual local do SPMH.	27
Figura 3. Fotos de Michel Haddad.	27
Figura 4. Rosinha a mamãe Noel dos camelôs.	40
Figura 5. Camelôs em frente as lojas.	41
Figura 6. Violência dos agentes municipais aos camelôs no centro.	45
Figura 7. Rua do calçadão e a presença de camelôs.	46
Figura 8. Comércio local espremido entre as obras.	48
Figura 9. Manifestação dos camelôs do centro.	51
Figura 10. Nova estrutura metálica do SPMH.	52
Figura 11. Interior da nova estrutura metálica do SPMH.	52
Figura 12. Parte do projeto do novo SPMH.	54
Figura 13. Local provisório para os comerciantes do mercado municipal.	55
Figura 14. Mercado Municipal e Jardim De Allah.	56
Figura 15. Novo local provisório do SPMH.	57
Figura 16. Instalações camelôs centro da cidade.	59
Figura 17. Toldos instalados no espaço provisório do SPMH.	60
Figura 18. Tumulto dos ambulantes quanto as bancas vazias.	61
Figura 19. Página no Facebook exigindo o novo camelódromo.	62
Figura 20. Obras paradas e estacionamento irregular.	63
Figura 21. Obras da reforma do SPMH.	63
Figura 22. Obras paradas e estacionamento irregular no local.	64
Figura 23. Manifestação dos camelôs na Beira-Valão.	65
Figura 24. Projeto da reforma do mercado municipal e entorno.	67
Figura 25. Mercado Municipal e entorno em janeiro de 2015.	67
Figura 26. Maquete da reforma do Mercado Municipal e adjacências.	68
Figura 27. Manifestação dos camelôs ateando fogo.	68
Figura 28. Obras paradas e espaço abandonado.	70
Figura 29. Mercado Municipal visto de cima.	72
Figura 30. Projeto feira e mercado municipal.	72
Figura 31. Ações entre a CODEMCA no SPMH.	73
Figura 32. Protesto dos camelôs, questionando o dinheiro da obra.	75

Figura 33. Protesto dos camelôs e presença da polícia.	75
Figura 34. Reunião do governo com permissionários a respeito da questão da AMPLA.	76
Figura 35. Bolo rosa em menção aos 2 anos de obras atrasadas.	78
Figura 36. Camelôs na rua, dois anos de obras atrasadas.	78
Figura 37. Reunião prefeitura com camelôs, feirantes e comerciantes mercado.	80
Figura 38. Forte chuva inunda o SPMH.	81
Figura 39. Entrada do SPMH alagada pela forte chuva.	82
Figura 40. Visita da CODEMCA ao SPMH em 2017.	84
Figura 41. Royalties na cidade.	85
Figura 42. Apreensão de mercadorias no SPMH.	87
Figura 43. Manifestação camelôs e polícia no local.	87
Figura 44. Obra do SPMH parada e lixos ao redor da obra.	89
Figura 45. Material e estrutura da obra parade.	90
Figura 46. Proibido estacionar na obra e corredores criados.	90
Figura 47. Circulação entre a obra e ambulantes no entorno.	91
Figura 48. Proibição de ambulantes e ambulantes ao redor.	91
Figura 49. Mapa mercado municipal e local provisório SPMH.	92
Figura 50. Uma das entradas e motos estacionadas no SPMH.	92
Figura 51. Visibilidade dos produtos e mercadorias expostas.	93
Figura 52. Salão de beleza e xerox no SPMH.	94
Figura 53. Fixação do SPMH entre a ponte.	96
Figura 54. Corredores fechados e camelôs com mais de um box.	96
Figura 55. Mapa rua João Pessoa.	106
Figura 56. Camelôs na galeria e camelôs no centro da cidade.	107
Figura 57. Produtos espalhados e produtos nas calçadas.	107
Figura 58. Ambulante centro da cidade e ambulantes em torno da obra.	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIC- Associação Comercial e Industrial de Campos

AVASP- Associação dos vendedores Ambulantes do Shopping Popular Michel Haddad

CARJOPA- Associação de Comerciantes da Rua João Pessoa e Adjacências

CDL- Câmara de Dirigentes Lojistas

CNPJ- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CODEMCA- Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos

PMCG- Portal Oficial do Município de Campos dos Goytacazes

SPMH- Shopping Popular Michel Haddad

TAC- Termo de Ajustamento de Conduta

RESUMO

Esta dissertação trata do comércio ambulante no Centro de Campos dos Goytacazes, tendo como objeto de estudo o “camelódromo”, Shopping Popular Michel Haddad, localizado próximo ao Mercado Municipal, numa área central da cidade de grande circulação, constituída como área de consumo popular na região. Busca compreender como se tecem as relações entre os atores políticos, as políticas públicas municipais, os ambulantes e as práticas de comércio popular de modo a garantirem sua permanência no centro da cidade, levando em consideração que nos últimos anos a presença dos ambulantes retoma no contexto local como alvo de conflitos. A criação do Shopping Popular Michel Haddad em 1991 foi uma iniciativa do poder público municipal para minimizar os conflitos entre ambulantes e comerciantes, sendo deste modo considerada, uma iniciativa positiva tendo em vista a revitalização de parte da área central. Apesar do histórico de surgimento como um projeto alternativo, o crescimento dos camelôs na cidade e os interesses divergentes em relação ao uso do Centro se ampliam, tornando recorrente os conflitos a partir dos diferentes atores que compõem esta conjuntura, como: ambulantes, lojistas, associações, instituições, poder público municipal e Ministério Público. Para responder as questões da pesquisa, realizamos pesquisa documental para construção de um banco de dados e informações que permitiram contextualizar as situações e eventos do Shopping Popular Michel Haddad, a partir do ano de 2009 até o presente ano da pesquisa, 2017. Utilizou-se como técnica a observação direta, visando aproximação ao campo, e compreender aspectos sociais e interações que estruturam e mantêm o cotidiano do Shopping Popular Michel Haddad e em seguida buscou-se direcionar a pesquisa para a realização de entrevistas semiestruturadas para as principais instituições, agentes e associações envolvidos, como: AVASP; ACIC e CARJOPA, CDL e CODEMCA.

Palavras-chaves: comércio ambulante, política pública, conflitos

ABSTRACT

This dissertation deals with street vending in the city of Campos dos Goytacazes whose object is to study the "camelódromo", Shopping Popular Michel Haddad, located near the Municipal Market in the central area of the city which constitutes great circulation and popular consumption in the region. It seeks to understand how relationships between politicians, public policies, street vendors and popular commerce practices are woven so as to guarantee their permanence in downtown, taking into consideration that in recent years the presence of street vendors has taken on the context conflict. The construction of the Popular Shopping Center Michel Haddad in 1991 was an initiative of the municipal public authority to minimize the conflicts between street vendors and merchants and was therefore considered a positive initiative in view of the downtown revitalization. Despite it's the history of being an alternative project, the growth of street vendors in the city and divergent interests in relation to the use of the Center are increasing, making recurrent conflicts from the different actors that compose this conjuncture, such as: street vendors, shopkeepers, associations, institutions, municipal public authorities and Public Prosecutors. To answer the research questions, we conducted documentary research in order to collect information and build a database that would allow us to contextualize the situations and events of Shopping Popular Michel Haddad, from the year 2009 to 2017. It was used a direct observation to approach the field and to understand social aspects and interactions that structure and maintain the daily life of Shopping Popular Michel Haddad. Then, directed the research to conduct semi-structured interviews for the main institutions, agents and associations involved, such as: AVASP; ACIC and CARJOPA, CDL and CODEMCA.

Key words: street vendors , public policies conflict

INTRODUÇÃO

O estudo do comércio informal nos aproxima da temática dos camelôs, a partir da perspectiva do trabalho, e no caso da cidade de Campos dos Goytacazes, da problemática da regulação municipal para o exercício da atividade. Nesse sentido, deve-se levar em consideração que o conceito do termo comércio informal não é unívoco entre teóricos, pelas diversas imprecisões empíricas e teóricas que o envolvem. Tais divergências se encontram devido as possíveis manifestações deste ramo e alterações de significados, na relação entre economia informal e estrutura social a partir da modernização e urbanização.

Portanto, esta dissertação trata do comércio ambulante no Centro de Campos dos Goytacazes, tendo como objeto de estudo o Shopping Popular Michel Haddad - SPMH chamado de “camelódromo”, localizado junto ao Mercado Municipal, na área central da cidade e de grande circulação, constituída como uma região de consumo popular na região.

O principal objetivo do trabalho é compreender como se tecem as relações entre os atores políticos, as políticas públicas municipais, os ambulantes e as práticas de comércio popular de modo a garantirem sua permanência no centro da cidade. Levando em consideração que nos últimos anos, a presença dos ambulantes retoma no contexto local como alvo de conflitos. Trata-se, em termos mais gerais da relação entre Estado, Sociedade Civil e Economia Popular.

A Organização Internacional do Trabalho, a partir de 1972, se atém ao conceito de setor informal, a partir da modernização dos países subdesenvolvidos em que coexistiam formas tradicionais e modernas de trabalho, tendo em vista saída da pobreza, a modernização dos países subdesenvolvidos estaria ligada a não mais dependência dos países desenvolvidos. A respeito disto, Machado da Silva explica que:

... a noção de informalidade surgiu na década de 1960 a propósito dos problemas ligados à incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores que se deslocavam para as cidades em todo mundo subdesenvolvido (MACHADO DA SILVA, 2003, p.145).

Outro autor, De Soto (1987), que estudou sobre a informalidade no Peru, trata de como a migração campo-cidade e a urbanização possibilitou a formação de uma

economia dual, considerando que a economia informal enquanto produzida se estabelece contra as normas feitas para desfavorecê-la.

A partir da década de 80, a economia informal passa a ser considerada fator de desenvolvimento econômico, como alternativa de enfrentamento a pobreza, e possibilidade de proteção social, quando leva-se em consideração as formas negativas da regulação estatal que privilegia somente os maiores empreendimentos e setores monolíticos. A este pensamento, pondera-se às novas redefinições das políticas sociais, em que as formas de empreendedorismo econômico são vistas pelo Estado como qualitativas e incentivadas.

O comércio informal que se expandiu, nas metrópoles e cidades médias Brasileiras, a partir dos anos 80, participa de um conflito, pela possibilidade de permanecer em áreas rentáveis das cidades, em que se envolvem o comércio já estabelecido e os governos municipais. Por outro lado, os ambulantes e seus mercados - os Camelódromos - tornam-se instituições urbanas que contribuem para dar personalidade própria a certas áreas da cidade. E por outro integram-se a fluxos econômicos globais.

A história de formação do SPMH em Campos dos Goytacazes e a unidade ecológica produzida com o comércio popular, em seu entorno, correspondem bem a esta descrição. De fato, a expansão do comércio informal do Centro da Campos dos Goytacazes, ocorreu no final da década de 80 (MAMANI, 2015), conduziu à criação do SPMH em 1991 por iniciativa do poder público, que foi considerada, por anos uma iniciativa positiva de revitalização de uma área decadente do centro (FREITAS, 2006).

Mas os conflitos reaparecem a partir de 2006, o retorno de ambulantes à área central da cidade é questionado pelos comerciantes. Os mesmos alegam a concorrência desleal acionam a prefeitura no Ministério Público, iniciando um conflito e negociações que conclui na retirada desses ambulantes para o camelódromo (ASSIS, 2011).

Ao longo dos anos, as políticas públicas municipais tenderam a se relacionar com o comércio informal, oscilando entre a repressão e a tolerância e a negociação. Desse modo, o SPMH constitui uma experiência particular de política para o comércio informal que combina tolerância e negociação na qual o governo municipal, tendeu, em muitas ocasiões, a intermediar e neutralizar as pressões do comércio já estabelecido numa sucessão recombinações de compromissos e arranjos políticos.

Tendo em vista as reivindicações comerciais, com envolvimento do Ministério Público, a saída dada pelo poder público foi a reforma e expansão do Camelódromo, transferindo todos os ambulantes espalhados para um local provisório, contudo esta obra não foi concluída até o momento, e a mudança da condução polícia da cidade a partir de 2017, parecem ameaçar a alternância entre apoio às reivindicações do empresariado ou os comerciantes informais, e fazer pender a política pública apenas para o lado do comércio estabelecido.

As questões que orientam a pesquisa são em torno de quais forças possibilitam a permanência ou saída dos ambulantes no Centro da cidade, como estes se organizam e como se desenvolve a atuação do poder público, para com as práticas desta categoria comercial.

O interesse em estudar o SPMH advém anterior ao momento da construção desta pesquisa; surgiu a partir do contato e experiência no “camelódromo”- SPMH, durante alguns anos de trabalho no local, em que juntamente ao conhecimento adquirido na vida acadêmica no curso de Serviço Social- Universidade Federal Fluminense- Campos dos Goytacazes/RJ, foi despertado o interesse em estudar e desenvolver uma compreensão mais profunda daquela realidade.

Acreditamos que esta pesquisa poderá contribuir com conhecimentos da economia popular do SPMH, a partir da conjuntura que este setor experimenta, se situando em jogos de poder, demarcados pelos movimentos do legal e ilegal, que se faz permanentemente sobre as atividades dos ambulantes.

Estima-se assim, que este estudo possa gerar maior visibilidade ao SPMH, tendo em vista maior atenção para as necessidades e prioridades do mesmo, atentando assim para a formulação de políticas públicas locais que venham respaldar os ambulantes e ampliar direitos em suas formas de atuação, assim como melhoria do desenvolvimento de suas atividades.

METODOLOGIA

Para responder as questões propostas pela pesquisa realizamos pesquisa documental em jornais, sites, revistas, licenças e leis municipais/federais, noticiários, e estudos científicos já produzidos, com o objetivo de construir um banco de dados e informações que possibilitaram contextualizar as situações e eventos sobre o SPMH em Campos dos Goytacazes, no período de 2009 até 2017, considerando as variáveis econômicas e circunstâncias política local. As notícias coletadas nos jornais e sites locais, foram de diversas fontes, sendo organizadas de modo cronológico, como: data, mês e ano.

Posteriormente, utilizamos como técnica a observação direta, com intuito de aproximação ao campo, tendo em vista compreender os aspectos sociais e interações que estruturam e mantêm o cotidiano do SPMH. O cotidiano e rotina dos ambulantes, como se organizam, os conflitos que permeiam este espaço, a relação dos mesmos e a segurança do espaço, além de permanente atenção para com o funcionamento em torno da fixação do SPMH. Junto a observação, foi realizado diário de campo, buscando no campo os aspectos acima citados, e também foram feitas fotografias pela câmera do celular, registrando deste modo o local e situações que chamaram atenção, para posteriores análises e uma descrição mais próxima possível da realidade, a partir de tais dados.

Vale destacar que a pesquisa de campo fluiu com boa recepção, mas que algumas vezes era questionado sobre “quem eu era”, e qual objetivo de estar no local do SPMH, o que permite supor que a minha presença enquanto pesquisadora poderia sugerir ser um tipo de agente de fiscalização. Deste modo, logo explicava que era aluna pesquisadora da UENF, e que o intuito da pesquisa era entender melhor aquele espaço e gerar maior visibilidade através da pesquisa realizada.

Em seguida realizamos entrevistas semiestruturadas, tendo em vista maior flexibilidade proporcionada, em que o pesquisador pode se sentir à vontade para as formulações de suas questões a partir de um roteiro prévio que foi adaptado a medida em que as entrevistas eram realizadas, de forma a ampliar as respostas e posteriores análises. As perguntas eram inseridas gradativamente, de acordo com o desenvolvimento da entrevista.

As entrevistas semiestruturadas foram direcionadas para as principais instituições, agentes e associações envolvidos na composição deste cenário, entre eles: os ambulantes e sua organização, como: Associação dos vendedores Ambulantes do Shopping Popular Michel Haddad - AVASP; as organizações

comerciais representadas pela, Associação Comercial e Industrial de Campos - ACIC; Comerciantes e Amigos da Rua João Pessoa e Adjacências - CARJOPA e instituições municipais, como: a Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL e a Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos dos Goytacazes - CODEMCA, órgão da prefeitura municipal que administra o camelódromo.

A partir das entrevistas com tais representantes das instituições e associações, busquei identificar as representações sobre o SPMH e explicações avaliáveis em torno da economia, política e soluções dadas ao contexto estudado. Destaca-se que ambas instituições e associações foram receptivas à solicitação da entrevista, em que através de contato prévio por telefone foi agendado o dia para realização da mesma.

No momento da entrevista foi levado um termo de concessão aos entrevistados, em que o entrevistado tinha ciência do caráter científico, as entrevistas foram gravadas com permissão dos próprios representantes, afirmando sigilo da identidade. Deste modo nomes fictícios foram dados aos representantes citados durante este trabalho. Após a entrevista os dados foram posteriormente transcritos, sendo então tratados em divisões de blocos temáticos, e em seguida análises buscando assim responder as questões iniciais da pesquisa.

OS CAPÍTULOS

Os capítulos desta dissertação foram desenvolvidos visando responder as questões iniciais propostas, buscando aproximação entre a realidade empírica e a teoria. O primeiro capítulo trata dos conceitos da economia informal no contexto urbano, trazendo categorias de análise como: comércio ambulante, camelôs, comércio popular. Buscamos também entender como a questão do ilegalismo e o binômio formal e informal podem ser teoricamente explicadas no contexto do mundo do trabalho, tentando a partir destes eixos de análise se aproximar do objeto de estudo desta dissertação, SPMH e suas variáveis explicações.

O segundo capítulo relata em suas análises o contexto do SPMH. Nele buscamos relatar o surgimento do comércio ambulante e SPMH em Campos dos Goytacazes histórico e legislações. Também buscamos relatar o espraiamento dos camelôs na cidade e a retomada de conflitos, até o momento da reforma e expansão do SPMH como solução para a questão problemática dos camelôs na cidade.

O terceiro capítulo traz um levantamento de notícias a respeito do SPMH, no período de 2009 até 2017, buscando obter informações e construir um banco de dados

sobre os episódios em torno do objeto de estudo. O capítulo três também traz uma linha histórica sobre o mesmo.

O quarto capítulo trata sobre o SPMH em seu cotidiano e as sociabilidades construídas, a partir de sua fixação atual. Abordando também questões como o entorno da obra do Camelódromo, sobre o local atual em que se encontram alocados, rotina e dinâmica dos camelôs. Também tratamos sobre a associação, camelódromo e ruas do centro da cidade, além de trazer entrevistas com os camelôs.

O quinto capítulo aborda sobre as perspectivas relacionais entre a liderança dos ambulantes e poder público ao longo dos anos no município de Campos dos Goytacazes. Buscamos entender as formas de agenciamento, em torno dos ambulantes a partir do poder público local, a percepção do poder público para este setor, e as formas de atuação da associação dos ambulantes no contexto local.

Assim, este capítulo traz as entrevistas semiestruturadas direcionada ao antigo membro da diretoria da Associação dos Vendedores Ambulantes do Shopping Popular Michel Haddad - AVASP e ao atual membro da direção da referida associação, além do atual membro da direção da Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos dos Goytacazes - CODEMCA, órgão da prefeitura municipal que administra o camelódromo.

O sexto capítulo buscou entender a partir da perspectiva das empresas formais, suas formas de representação, tradição, peso político e viés da relação entre Estado e capital, as diversas percepções sobre o SPMH, e como consideram as atuações do poder público local sobre este segmento. Assim o capítulo se compõe, pelas entrevistas realizadas com: Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, Associação Comercial e Industrial de Campos - ACIC, e Associação de Comerciantes e Amigos da Rua João Pessoa - CARJOPA.

CAPÍTULO 1: CIDADE, RENTABILIDADE E ILEGALISMO

Neste capítulo trataremos sobre os conceitos em torno da economia informal e seus desdobramentos no contexto urbano. Traremos ainda análises quanto ao comércio ambulante, camelôs e comércio popular. Buscamos compreender a questão

do ilegalismo e como o binômio formal e informal podem ser teoricamente explicados a partir das alterações no mundo do trabalho.

O estudo do comércio informal nos aproxima da temática dos camelôs em Campos dos Goytacazes, a partir da perspectiva do trabalho, relacionando-o a problemática da regulação municipal. Assim neste capítulo abordaremos as diretrizes teóricas e conceituais que orientaram este trabalho quanto a questão da informalidade no contexto urbano.

1.1. Economia informal no contexto urbano e a presença do estado: o binômio do trabalho formal e informal

No debate sobre a economia informal deve-se considerar as constantes transformações que a realidade social e o mundo do trabalho foram submetidos, atrelando a este processo mudanças políticas, econômicas e culturais que ocorreram. As transformações advindas do sistema capitalista na acumulação flexível acarretaram para os espaços de trabalho modificações no modo de produção e na mão de obra dos trabalhadores.

O que por um lado concretizou-se em avanços para o sistema produtivo, quanto ao uso de melhores recursos tecnológicos, com ênfase nos processos de informação, otimização do tempo e maior produtividade, desregulamentação do mercado, flexibilização e terceirização, por outro lado acarretou profunda desvalorização do trabalhador e conseqüente destituição desta classe. Esta reorganização do trabalho, segundo Mota (2010), propiciou o desaparecimento de algumas funções e surgimento de outras na realidade no sistema capitalista e na gestão do trabalho, transformando o perfil desta classe trabalhadora e implicando numa força de trabalho excedente.

Nesta relação do mundo do trabalho e suas transformações, faz-se necessário entender que além de suas alterações nas formas de produção material, tais mudanças incidiram diretamente na produção social das relações; onde assim o trabalho se coloca como um espaço de convergência entre diversos interesses e estratégias de dominação.

Por este viés, a divisão do trabalho demarcará condições de igualdade e desigualdade na realidade social (SIMMEL, 2005). Isto faz com que haja alterações nos processos e dinâmica do trabalho em suas variadas formas de organização,

trazendo novas maneiras de contratação da atividade laboral, evidenciando assim os empregos subcontratados, temporários, e um crescente mercado informal.

Abordar as ideias das práticas sociais e econômicas que balizam a economia informal, significa dizer segundo Mamani (2004), que tais práticas ditas como informais, “possuem formas definidas”, por se enquadrarem em critérios socioculturais, em que os mesmos são tidos como ocultos pelos limites dos modelos idealizados ao funcionamento do mundo do trabalho.

Para pensarmos no deslocamento do trabalho faz-se necessário refletir paralelamente sobre as formas de desigualdade, controle e dominação em que foram processadas, afetando os modos de vida e seus sentidos. Assim cabe ressaltar neste contexto de profundas transformações, e no caso deste estudo na relação da economia informal que:

...as distinções entre as ocupações legais e ilegais e apropriações “do” e “no” espaço público são temas tão antigos quanto o nascimento das cidades modernas e nas sociedades contemporâneas (MARCONSIN e MARQUES 2003, p.94).

Com destaque para seu caráter conflituoso nas relações que deve ser sublinhado. Nesta relação entre economia informal, estrutura social, e urbanização, Park (1967), retrata que os comércios informais, em sua maioria agregam-se nos centros urbanos comerciais ao redor da vida na cidade. Neste sentido a influência das localidades corroboram para integração e construção da identidade dos atores sociais, a partir do crescente desenvolvimento de tais atividades, ampliando a ideia de que o tamanho do comércio popular se institui enquanto um mediador. Sobre isto, Park (1967), comenta que:

A cidade moderna, pelo contrário, é principalmente uma conveniência de comércio, e deve sua existência à praça do mercado em volta da qual foi erigida. A competição industrial e a divisão do trabalho, que provavelmente mais fizeram pelo desenvolvimento dos poderes latentes da humanidade, somente são possíveis sob a condição da existência de mercados, dinheiro e outros expedientes para facilitar os negócios e o comércio (PARK, 1967, p.36).

O comércio informal em sua maioria localiza-se nos centros urbanos comerciais ao redor da cidade, uma vez que os trabalhadores que desenvolvem tais atividades,

buscam através do estar nas ruas uma possibilidade para geração de renda (PARK, 1967).

Deste modo à medida que a cidade foi enchendo, outras atividades começaram a progredir de modo equivalente no espaço urbano, como por exemplo o comércio, que foi utilizado à margem e contra as normas estatais reguladoras. Assim surgiu o comércio informal que desenvolveu-se essencialmente nas ruas, denominado comumente, como comércio ambulante e em mercados construídos especificamente para sair delas (DE SOTO, 1987). Na história do comércio informal, o autor ainda comenta que este se compõe por um eixo de excesso de politização da informalidade, e que na relação dos lojistas formais quando comparados aos ambulantes se sobrepõe, tendo em vista que os vendedores ambulantes são também capazes de gerar renda e produção de riqueza.

A informalidade enquanto prática acaba sendo relativizada e individualizada, gerando efeitos de moralização; sendo no meio urbano que os trabalhadores informais estarão em constante contato com a riqueza, através das ações estatais, assim, De Soto (1987) aponta que:

...a informalidade não é um setor preciso nem estático da sociedade, mas uma zona de penumbra que tem uma extensa fronteira com o mundo legal e onde os indivíduos se refugiam quando os tributos para cumprir as leis excedem seus benefícios (DE SOTO, 1987, p. 46).

O autor ainda ratifica que estes trabalhadores continuam informais mesmo quando possuem regulamentação de exceção.

Portanto, cabe a princípio destacar que o sentido atribuído a noção de economia informal não é unívoco, tendo em vista as diversas imprecisões empíricas e teóricas que o envolvem, destaca-se então que este não é um setor.

A noção de informalidade constituía imenso resíduo compreendendo as atividades produtivas que não correspondiam ao parâmetro de referências que podiam ser apreendidas a partir da formulação desta categoria criada, por assim dizer, por contraste. [...]. De qualquer maneira, o significado do termo dependia mais do acordo sobre o que a informalidade não era do que a unidade interna dos fenômenos aos quais a categoria se referia. (MACHADO DA SILVA, 2003, p. 149)

As divergências quanto ao conceito se encontram devido as possíveis manifestações deste ramo e alterações de significados, pela relação entre economia informal com a modernização e urbanização¹.

Essas ambiguidades e a imprecisão conceptual têm sido muito criticadas, às vezes levando os comentadores a afirmar que a vigência da noção de informalidade se restringiu ao campo das políticas públicas (PEATTIE, 1987) e só foi forte na ideologia, devido à sua capacidade de mascarar os conflitos e como “instrumento de legitimação do poder do Estado” (Miras, 1991:111). Porém, creio que, embora a crítica seja procedente, ambas as conclusões são exageradas, pois a noção teve peso analítico significativo. (MACHADO DA SILVA, 2003 p.144)

O autor acima propõe-nos entender a informalidade, descrevendo-a que “de uma forma mais sucinta, o “quase conceito” desempenha uma função de mediação que, de um lado, realiza a crítica interna, motor de transformação de modelos conceituais formais, obrigando-os a incorporar novos fenômenos como não acontecimentos singulares” – portanto descartáveis do ponto de vista teórico, mas que pelas “variações” típicas podem propor referências mais ou menos estabilizadas para formalização, podendo assim influenciar a orientação das atividades práticas.

Para o autor:

...não é propriamente o trabalho que está em questão, mas grupos desfavorecidos de trabalhadores, nem é a transformação econômica que está diretamente em pauta, mas sim a forma e a velocidade da integração de certos contingentes de trabalhadores a ela (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 84).

Sobre a composição do mercado de trabalho e suas formas, Machado da Silva (2003) afirma que este se revela como um “continuum” de posições sociais hierarquizadas, em que no topo estaria o emprego público ou as grandes empresas, e na base trabalhadores de baixa qualificação que realizariam os bicos e biscate.

Na década de 1960:

a noção de informalidade surgiu a propósito dos problemas ligados à incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores que se

¹ Harvey (2005, p. 170) denomina, a urbanização como: “conjunto espacialmente estabelecido dos processos sociais, que produz diversos artefatos: formas construídas, espaços produzidos, e sistemas de recursos de qualidades específicas, todos organizados numa configuração espacial distintiva. A urbanização também estabelece determinados arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos e administrativos, hierarquias de poder, etc.”

deslocavam para as cidades em todo mundo subdesenvolvido. (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 88).

As polêmicas geradas em torno da informalidade estavam relacionadas a questão da urbanização e industrialização, justificando que tais processos afetavam a capacidade de ampliação do trabalho assalariado.

A partir de 1972, a Organização Internacional do Trabalho - OIT se atém ao conceito de setor informal, o que pode ser visto pelo viés da modernização dos países em subdesenvolvidos em que coexistiam formas tradicionais e modernas de trabalho, como saída a pobreza, mas se questionava também que a modernização dos países subdesenvolvidos estaria ligada a não mais dependência dos países desenvolvidos.

Como afirma Moraes:

Isto corrobora para o fato de que o trabalho informal possuía uma relação direta com o atraso econômico, devendo ser combatido por políticas públicas de superação da pobreza e eliminação dos obstáculos ao desenvolvimento econômico (MORAES 2009, p. 22).

Assim, em sua maioria, a discussão da informalidade voltou-se para analisar as dificuldades e distorções de incorporação dos trabalhadores, ao processo produtivo onde o assalariamento era pouco generalizado. Deste modo o debate de que a informalidade voltava-se as condições e limites da integração econômica, amplia-se a medida que a informalidade se expande, deixando de lado a transitoriedade desta atividade.

Outro conteúdo ainda discutido em torno da informalidade era em relação aos debates, do pleno emprego, enquanto meta e tendência real da época, Machado da Silva, propôs que “o par formal-informal correspondia à forma aparente do jogo claro-escuro representado pelo ideal inatingido do pleno emprego” (Machado da Silva 2003, p. 143). A noção de informalidade, segundo o autor, propunha um amplo deslocamento entre as atividades produtivas que se colocavam como parâmetros de referência da época, podendo então esta categoria ser compreendida pelos contrastes, conforme comenta: “o par formal-informal, sempre foi um importante instrumento cognitivo para avançar o entendimento das relações entre produção e reprodução social, ou entre mercado de trabalho e estratificação”. (MACHADO DA SILVA, 2003)

Na década de 80, a economia informal passa a ser considerada fator de desenvolvimento econômico, como alternativa de enfrentamento a pobreza, e possibilidade de proteção social, quando leva-se em consideração as formas negativas da regulação estatal que privilegia somente os maiores empreendimentos e setores monolíticos.

Visualiza-se assim um espraiamento de novas demandas referentes as novas formas de gerir o econômico e sociedade. Portanto, outra vertente posta ao mercado de trabalho que tende a culminar no excedente de indivíduos em busca de postos de trabalho, estando mais vulneráveis à mercê de posições sociais desprovidas de amparo jurídico, evidenciando assim riscos e a coesão social entre a relação economia e sociedade.

Assim a coesão antes encontrada pelos teóricos para a definição do termo informal era sua explicação oposta ao emprego, a partir do “trabalho formal” que passa a ser questionado pelo duelo formal e informal a partir da proteção legal do trabalho e das empresas. Neste sentido, quanto à discussão do trabalho do ponto de vista de “proteção social”, permanece a questão da proletarianização, conforme comenta, Lautier (1993), sobre a principal razão do distanciamento da produtividade do trabalho e legitimidade social do desrespeito.

A denúncia desta ineficácia técnica nos leva apenas a buscar a racionalidade social destas práticas. Pode-se sugerir elementos destas com base nos interesses, táticas e estratégias dos atores sociais. A ideia é que o desrespeito dos códigos sociais e, particularmente, da obrigação de pagamento das contribuições sociais, por parte dos empregadores só pode persistir porque existe uma convivência conflitual entre estes três atores (empregadores, Estado e instituições sociais, assalariado). Esta convivência não conduz necessariamente ao desrespeito do direito ou ao não –pagamento das contribuições: tudo depende dos interesses e das estratégias desses atores (LAUTIER, 1993, p. 15).

Entende-se assim que o tema da informalidade estaria vinculado também ao incremento da ilegalidade empregatícia, o que se coloca como tendência secular, ao burlar o ordenamento jurídico da atividade econômica, conferindo deste modo tolerância a atividade. (MACHADO DA SILVA, 2003).

A este pensamento, pondera-se novas redefinições das políticas sociais, em que as formas de empreendedorismo econômico são vistas pelo Estado como qualitativas e incentivadas. Demanda-se então um novo perfil de trabalhador, um

indivíduo qualificado, polivalente e cooperativo; e não mais uma mão-de-obra semiquificada como antes. Deste modo os debates em torno da informalidade migram das análises do processo produtivo para a questão da regulação político institucional.

A partir dos anos 90, inclui-se a discussão dos ilegalismos, tendo em vista a condição de atrair investimentos, referindo-se na disputa de lugares ou áreas rentáveis da cidade. Na maioria das vezes o comércio informal se realiza nas ruas onde a disputa pelo espaço gera enfrentamentos que para além de tolerados, são em alguns casos patrocinados e promovidos pelas autoridades locais, tendo em vista debilitar ou fortalecer certas organizações e lideranças. Considera-se deste modo que as novas formas de produção corroboram para reestruturação sócio espacial, a partir de um novo viés da divisão do trabalho, tendo em vista que nestes contextos visam-se a rentabilidade local.

Através destas disputas das ruas associam-se atividades que se situam nas fronteiras da informalidade, cujos produtos possuem natureza legal, e a ilegalidade que em alguns casos, pode conviver com a criminalidade. O que possibilita que o comércio informal represente para a maioria “um espaço de refúgio e, para alguns, um lugar para fazer negócios mais lucrativos, em que para outros, também pode ser um espaço de reinserção comercial” (VEGA e LABEZÉE, 2012, p.101).

Deste modo, os conflitos intensificam-se nas relações de mercado e Estado, no que tange a provisão de políticas de bem-estar e democratização, a partir do aumento do desenvolvimento econômico. No entanto, não há estratégias eficazes no enfrentamento do abismo existente entre as desigualdades estruturais e as oportunidades laborais da sociedade brasileira. Deve-se atentar que as novas formas de produção contribuem para reestruturação sócio espacial, a partir de um novo viés da divisão do trabalho, quando se visa a rentabilidade local, cujo a ação estatal, contribui na promoção dos lugares e setores.

É possível pensar então que o SPMH, se pauta numa experiência particular de uma política de mercado popular, na gestão do comércio ambulante desde sua implantação em Campos dos Goytacazes. Tendo em vista que se mantém ao longo dos anos na cidade, a partir das intervenções políticas municipais, mediante permanentes negociações entre poder público local e lojistas, o que acaba inserindo-o numa condição de ameaça a partir das irregularidades em que se inserem. Deste

modo, os momentos vivenciados por este setor agregam recombinações de compromissos e arranjos políticos.

As alterações do mundo do trabalho acima mencionadas redefiniram o mundo urbano em suas formas contemporâneas da produção e circulação da riqueza, Telles (2012), considera que deste modo ativam-se os circuitos da chamada economia informal, mobilizando as várias figuras do trabalho precário em que se processam as fronteiras incertas do formal e informal, legal e ilegal, também o ilícito.

Deste modo a teoria dos circuitos e noção de involução metropolitana, a partir de Santos (1990), contribui para este estudo. Tendo em vista que o autor chama de “involução metropolitana”, os problemas relacionados a economia regional que demarcam e tipificam especificidades nos territórios a partir da divisão do trabalho. Comentando que existe um crescimento paralelo ao baixo rendimento médio e a quantidade de empregos mal remunerados.

Santos (1990) diz que, cada circuito será definido pelo “conjunto de atividades realizadas e pelo setor da população a que pertence essencialmente a partir destas atividades e consumo”. Deste modo, a economia adapta-se a involução metropolitana, caracterizando-se “por uma segmentação, ou seja, uma proliferação de atividades com os diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia” (SANTOS, 1990, p.33).

É possível pensar, então, que o Camelódromo de Campos à medida que se insere num circuito inferior, sendo representado por atividades de interesse da população pobre, situadas na área central da cidade, em que partir das necessidades dos habitantes - segundo a renda e distribuição espacial no contexto urbano – sendo pensadas em suas formas de consumo e modos de produção.

As concepções teórico-analíticas acima problematizadas contribuem para o estudo, do comércio informal na sociedade capitalista contemporânea onde a informalidade é vista, em algumas circunstâncias, como um problema público, quando se tem em vista a disputa da rentabilidade urbana legítima. Tal disputa é conduzida e intermediada pelo poder público a partir da figura do Estado e seus representantes, ao considerarem que este ramo propicia o desordenamento urbano.

Assim, a partir da modernidade globalizada ocorre nas cidades mudanças em suas configurações que a partir das escalas de mercado, tendem assim acompanhar ritmo, expansão e evolução, abrindo-se aos mercados para expansão e circulação de bens e mercadorias.

Nesta relação, as regulações dos espaços urbanos preveem as negociações do mercado informal, a partir do controle da distribuição comercial, marcados por conflitos entre diversos atores, como: Estado, lojistas e suas instituições representativas, ambulantes, e demais atores. Sobre isso, Freire (2012) comenta:

Diante dos novos modos de gestão da produção e das estratégias de circulação e distribuição comercial, a informalidade tende a ser cada vez absorvida nos processos econômicos, de modo que a produção e a circulação de riquezas, e portanto, a reprodução das desigualdades dependem das interações e das diversas formas, de passagem entre mercados formais, informais, legais e ilegais. O mercado informal que vemos proliferar atualmente é a expressão das novas modalidades de capital globalizado (FREIRE 2012, p. 57, 58).

Os modos de regulação do mercado informal, compõem-se a partir das práticas dos dispositivos sociopolíticos, em que se articulam “legal-ilegal”, “formal-informal”, o que envolverá vários atores: comerciantes, ambulantes, representantes políticos, associações, entre outros; tal ideia é defendida por Telles (2012), quando comenta:

Trata-se, a rigor, da configuração de campos de força e de disputa, conformados por práticas que oscilam entre acordos mafiosos e negociações abertas, entre acertos informais e mecanismos formais de representação, tudo isso sempre no limiar de soluções violentas na disputa por territórios e pelos modos de apropriação da riqueza circulante nesses mercados” (TELLES, 2012, p.10).

As formas de atuação do Estado quanto ao comércio informal se pauta numa linha tênue de certos momentos que permitem o funcionamento das atividades informais e outros que reprimem através das fiscalizações e regulações. Ora essa categoria se depara pelo viés da tolerância e negociações entre parcelas da sociedade se mantendo, e ora pelas formas de repressão, através de normas e fiscalizações que coíbem e controlam este ramo, por articulações representativas do Estado.

É em torno das especificidades territorializadas que vão se desenhando seus percursos, das vantagens diferenciais entre as fronteiras e das diversas formas de passagem entre o formal e informal, legal e ilegal, nas dobras do legal e ilegal. (FREIRE, 2012, p.58).

Os agenciamentos em torno do mercado informal se dispõem a partir da permanência nos locais, que possibilitam maior ou menor tolerância com estes comerciantes, tendo em vista sua distribuição comercial em determinada região. Para Lautier (1994), a respeito do desenvolvimento da economia informal, seus aspectos têm a ver com a simultânea relação de “sinal e causa de transformação do Estado e cidadãos”, evidenciando a fragmentação social e possibilidade de democracia.

Ao Estado está a demanda de promulgar, regular e formular leis que proponham o controle e desta forma buscar o cumprimento das mesmas a partir da sociedade. Desta forma, a interação do Estado na economia prevê o funcionamento do mercado. O Estado busca interesses econômicos visando sua própria manutenção tem em vista também suprir interesses políticos, sociais ou éticos (LAUTIER,1997). Resulta deste processo o conflito, como manifestação de diferentes interesses que compõem um Estado e sociedade heterogênea na imersão do espaço público, a partir da composição de diferentes atores e suas diversas práticas e interesses.

No lidar desta relação para com o Estado as perspectivas serão de constantes negociações. O Estado enquanto ação regulamentadora do mercado utiliza-se de mecanismos de controle coercitivos, normas, poder policial, agentes fiscalizadores, para atender os interesses e demandas dessa dualidade e conflitos entre formal-informal e coexistência de forças e interesses contraditórios.

As atribuições de irregularidades postas a prática dos comerciantes informais não podem ser aplicadas somente a estes indivíduos, o que explicita que há também irregularidades na prática dos comerciantes formais em que há por parte do Estado interesses quanto as fiscalizações e regulações também destes setores.

Compreende-se que em tais contextos operacionalizam-se o conceito de mercadoria política, proposto por, Misse (1997), que se estabelece como:

O conjunto de diferentes bens ou serviços compostos por recursos “políticos” (não necessariamente bens ou serviços políticos públicos ou de base estatal) que podem ser construído como objeto privado de apropriação ou troca (livre ou compulsória, legal ou ilegal, criminal ou não) por outras mercadorias, utilidades ou dinheiro. O que tradicionalmente se chama de “corrupção” é um dos tipos principais de “mercadoria política” ilícita ou criminal. (MISSE, 1997, p. 94)

Nisto entende-se que a irregularidade tolerada pelo Estado e agentes para com estes mercados tem relação com a troca e apropriação privada (fiscal) de um bem público em questão, tendo em vista a dimensão política e econômica que envolvem.

Assim, os conflitos gerados nestes contextos entre comerciantes, ambulantes e o jogo político posto, faz com que a ilegalidade² das atividades rentáveis estimulem a formação das mercadorias política. Portanto, a permissividade das atividades dos ambulantes está disposta sobre formas de negociação entre os diversos poderes³.

No caso do SPMH, segundo Mamani (2015), a partir de 2009, em Campos dos Goytacazes o debate na arena pública instalada fez referência à desordem urbana e segurança, de modo próximo ao debate dos camelôs que na arena pública do Rio de Janeiro, estava vinculado a ilegalidade, desordenamento urbano e segurança pública. Mamani (2015), discorre como aconteceu:

Com efeito, por clara pressão da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), da Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC), o Ministério Público Estadual exigiu à Prefeitura a remoção dos ambulantes do Centro, num prazo curto. O resultado foi a assinatura de um Termo de Ajuste de Comportamento (TAC), assinado em agosto (FOLHA, 15mai.2014) que vem orientando a política para o comércio popular desde então, pelo qual todos os ambulantes do centro seriam removidos para o camelódromo (MAMANI, 2015, p.15).

Ainda segundo o autor a prefeitura de Campos negociou as remoções em quatro oportunidades, até a remoção completa no início do ano de 2014, o que não alterava a arena local, mas ficava evidente que a prefeitura buscou uma solução consensual, observando-se a mudança no discurso da imprensa, com debate da ordem e segurança, a partir de 2009, e no combate à pirataria⁴ no Camelódromo de

² A penalidade seria assim uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não reprimiria pura e simplesmente as ilegalidades; ela as diferencia, faria sua economia geral. Foucault (2012, p. 258)

³ Para Foucault (2007, p. 7), o que possibilita que o poder se mantenha e seja aceito é que este não pesa somente como uma força que diz não, mas permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber e forma discurso. Portanto, “poder é uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. ”.

⁴ Quanto a legislação brasileira tendo em vista o combate à “pirataria” através da Lei 10.695, de 1º de julho de 2003, que alterou o Código Penal Brasileiro, sobre as tipificações de crime de direito autoral e às medidas processuais correspondentes, no Art.184, caput, do Código Penal Brasileiro, tipifica-se como crime a violação de direitos autorais e direitos conexos sem intuito de lucro. A referida lei traz em sua tônica a penalização, com foco, na prática com intenção de lucro direto ou indireto, como expressam os parágrafos 1º, 2º e 3º.

Campos, junto ao Camelódromo da Uruguaiana, em 2010, no Rio de Janeiro. (MAMANI, 2015)

Assim no caso do Rio de Janeiro, Mamani (2015) comenta que entre 1999 e 2004, o debate na arena pública, girou em torno das legislações que combatem a pirataria tem em suas bases a preocupação com a concorrência desleal, mas quanto aos usos e significados de tais normas são variados, principalmente quanto a desordem urbana.

Inicialmente, a partir de 1999, os camelódromos passam a ser relacionados à pirataria: a crimes de desrespeito aos direitos autorais, ao contrabando, e aos mercados de propinas. Esta arena não envolvia mais os comerciantes da cidade, mas as grandes empresas e associações de produtores preocupados com o problema da concorrência desleal introduzida pelo contrabando e desrespeito aos direitos autorais e resultou no aumento de forças destinadas à repressão e fiscalização (MAMANI 2015, p. 8).

A questão da ilegalidade compõe o cenário do cotidiano do comércio informal, e no caso desta dissertação, a partir dos camelôs, nas vendas de produtos contrabandeados e piratas. Segundo Soilo (2013) as leis que combatem a pirataria e que consideram tal prática como crime, vão de encontro ao que a sociedade prevê, enquanto uma ação desviante, que se coloca de modo ineficaz, sendo incorporado socialmente às condutas dos indivíduos que de tais produtos se abastecem.

O termo interlegalidade proposto por Santos (2003), conduz-nos ao esclarecimento de que nos comércios populares e em suas relações há uma legalidade própria construída, seja a partir dos camelôs e a partir dos próprios consumidores, o que assim confere legitimidade. Por esse viés para o autor a interlegalidade é “um cenário em que há porosidade legal, ou seja, a presença simultânea de diferentes direitos que não somente o direito oficial. ”

O Estado visa assim combater a venda de produtos piratas tendo em vista a alegação de que a comercialização dos mesmos contribui para o desemprego, não gera impostos, transgride leis e estimula o desenvolvimento das atividades ilegais, tidas como crimes.

Contudo, sabe-se que o mesmo Estado que propõe as leis pode ser visto em ocasiões cotidianas em contexto que há negociação com o comércio popular. Portanto, a legalidade acaba se tornando para os camelôs condicionada, segundo os interesses preponderantes de determinada realidade.

Segundo, Freire (2012) “é nas dobras do legal e ilegal que os negócios são feitos, as oportunidades aparecem e a riqueza circula” (FREIRE, 2012, p.77). São sobre tais dobras que as formas de lidar com os ilegalismos, geram os agenciamentos, a partir de formas definidas no cotidiano, o que prevê negociações, acordos e conflitos que canalizam os fluxos econômicos dos territórios, possibilitando assim, de certo modo, o desenvolvimento de tais atividades.

A fiscalização e atuação do Estado contra esta forma de comércio, no entanto, não ocorrem de uma maneira uniforme pelo território da cidade. A gestão diferencial dos ilegalismos (Foucault, 2006), opera segmentações, distinções e clivagens de mercado que se inscrevem no espaço da cidade, permite que este tipo de comércio floresça em determinados locais e que uma ampla gama de consumidores tenha acesso a mercadorias que de outro modo não teriam (FREIRE 2012, p. 72).

Assim a partir desta gestão diferencial são formados arranjos com os jogos de poder que assume forma particular em cada contexto. Possibilitando assim conformações, acordos e negociações, junto aos conflitos que canalizam os fluxos econômicos de determinados espaços da cidade, quando permitem a normalidade, regularidade e previsibilidade para o desenvolvimento das atividades informais. Deste modo, o ambiente urbano trata as “regulações de mercado que se desdobram em verdadeiros dispositivos comerciais dos quais depende essa ampla circulação de bens, mercadorias, pessoas e capital” (FREIRE, 2012, p. 77).

Atualmente, segundo Azais (2012), para além da discussão de ilegalismos o que hoje rege o mundo do trabalho é o “afrouxamento e redirecionamento” das normas. Portanto, conforme, o autor é preciso verificar a maneira como se constrói e como mudam as relações de emprego, propõe-nos entender como as relações de poder se estabelecem e de “dentro para fora” nas disposições do mundo do trabalho.

As transformações no mundo do trabalho possibilitaram o surgimento de novas práticas com expressiva proliferação dos indivíduos em atividades de normatividade extralegal, e que, em consonância a isto as regras que compõem a dimensão deste universo não se consolidaram a todos. Portanto não permitiram traduzir as complexidades das relações de trabalho.

O binômio legal/ilegal não se revela capaz de expressar a evolução que acompanharam tais processos, mediante as novas circulações de produção a informalidade se torna cada vez mais intrínseca aos processos econômicos, o que

supõe reproduzir as desigualdades através das interações entre os mercados formal/informal; leal/ilegal.

Assim o mercado informal de trabalho pode ser visualizado como uma típica expressão do capitalismo global, como descreve Tavares (2004) que, na sociedade contemporânea, os trabalhos considerados formais e informais tendem a ser incorporados cada vez mais pelo núcleo da economia capitalista, onde as fronteiras entre o formal e informal são cada vez mais tênues. Isto ressalta que as alterações que ocorreram no mundo do trabalho dificultam determinar os limites entre o trabalho formal e informal, tendo em vista que estes podem existir simultaneamente.

1.2. Comércio ambulante, camelôs e comércio popular

Ao falar de comércio informal, torna-se importante ressaltar as peculiaridades que envolvem o tema, no que tange as diversas modalidades, tais como: comércio ambulante, camelôs e comércio popular. Por comércio popular entende-se que este se desenvolve a partir de uma localidade em determinada região, é pois, segundo Assis (2011) aquele com características particulares, sendo um tipo de comércio que oferece produtos de baixo preço em uma ocupação de baixo custo. Portanto, não requer muito investimento para a geração de renda. Tal renda não é tida como uma produção de capital, mas sim, um meio de subsistência de camadas mais pobres da sociedade.

Nesta relação, é costume associar o comércio ambulante como atividade informal, tal associação se evidencia pela problemática de que esta atividade comercial se desenvolve nas ruas à margem de disposições legais. Segundo De Soto (1987):

...o comércio ambulante existe sobre duas modalidades distintas: o comércio ambulante e os mercados informais-, não se trata compartimentos estanques, mas de diferentes etapas de um mesmo fenômeno⁵ (DE SOTO, 197, p.104).

Ainda segundo o autor o termo, “comércio ambulante”

⁵ Segundo o autor, De Soto (1987, p. 104), aqueles que começam como ambulantes na rua não tem a pretensão de ficar na rua para sempre, e sim pretendem transladar-se para os mercados fora da via pública, o que permitia melhores condições; e aqueles comerciantes que hoje estão no mercado já estiveram um dia na rua.

...evoca duas atividades definidas: a do vendedor que perambula pela cidade oferecendo produtos ou serviços sem um lugar fixo para se estabelecer, e a do comerciante que exhibe mercadorias ou presta serviços a partir de um ponto fixo na via pública (DE SOTO, 1987, p.104).

Neste sentido existe no comércio ambulante aqueles que são itinerantes e outros que tem lugar fixo na via pública, o que no geral ainda segundo o autor acaba sendo etapas que os comerciantes superam em suas dinâmicas buscando assim maior segurança no trabalho.

Mesmo aqueles ambulantes que se fixam na via pública, a partir de autorizações do Estado, podem permanecer em situações irregulares. Ainda que tenha permissões para fixar-se na via pública com relação ao “ponto”, em que o ambulante possui uma licença local autorizada para uso do espaço, tal legislação não é capaz de tirá-lo da ilegalidade. Sobre isto De Soto (1987), afirma que:

O ambulante avalia se é possível chegar a um arranjo para integrar-se com outras pessoas que também desenvolvem suas atividades nas ruas[...]. Uma vez produzida a invasão e desenvolvido o ponto, esses contatos podem até mesmo converter-se numa férrea aliança de interesses para enfrentar os vizinhos atingidos e as autoridades. (DE SOTO, 1987, p. 107)

Assim no início do século XX, até princípios do século XXI, Vega e Labazée (2012), comentam que a relação das autoridades para com os vendedores ambulantes nas vias públicas se pauta de modo que estes são “tolerados, extorquidos, reprimidos, em que tudo depende da discricionariedade das autoridades de plantão, da pressão que possam exercer os atores econômicos, sociais e políticos, e do contexto e da conjuntura política local e nacional. ”

Evidencia-se nestas relações que entre a autoridade pública local e os ambulantes acaba se estabelecendo uma proximidade social e cultural entre aqueles funcionários públicos que pertencem escalões menores, que são aqueles que deveriam fazer cumprir as regulações. Sobre isto Vega e Labazée (2012) comentam:

Não passa despercebido para o observador o fato de que, entre os agentes do governo e os vendedores ambulantes, estabelece-se uma relação contraditória e de autoridade e não cumprem suas funções de apaziguar socialmente os vendedores e coletar os “impostos informais”. (VEGA E LABAZÉE, 2012, p. 98)

Quanto as diferenciações entre ambulantes e camelôs, Silva e Freixo (2014) contemplam em seus escritos que o sistema de classificação do direito identifica como ambulantes aqueles que carregam suas mercadorias consigo e não possuem ponto fixo, e já os camelôs seriam aqueles que de igual modo adquirem uma autorização precária do ente municipal para exercer sua atividade em local fixo, deixando assim de ser ambulantes.

Ao discutir sobre comércio ambulante no contexto urbano evidencia-se a questão dos camelôs e respectivos camelódromos. Segundo, Ribeiro Elias (1983) para apreender este fenômeno deve-se lembrar que:

...é a partir do aprendizado nas ruas que estes indivíduos se relacionam com as regras imediatas da sociabilidade humana, este é o limite e o patamar de afirmação de sua utilidade social e existência histórica (RIBEIRO E ELIAS, 1983, p.10).

Será a partir da vivência do “trabalhar nas ruas”, espaço em que os camelôs estão inseridos, que estes indivíduos podem compreender e assimilar modos se relacionar socialmente. Pode-se pensar nas questões das fiscalizações quanto as vendas de produtos ilegais, verificando-se no contexto dos camelôs que as relações sociais são assimiladas a situações de constantes conflitos.

Isto pode nos fazer refletir que, dada a situação em que os camelôs estão no espaço urbano, há a dependência de uma autorização prévia da prefeitura, porém muitos se instalam neste espaço sem a devida autorização ou até mesmo com a “negociação” dos pontos.

Para Rodrigues (2007), a carreira do camelô se destaca como:

...aquele que possui ponto fixo, independentemente de estar em um camelódromo ou nas calçadas’, e tem como característica fundamental que o diferencia das outras duas atividades, comumente a ele associadas e, confundidas, como o vendedor ambulante e o sacoleiro (RODRIGUES, 2007, p.131).

A partir dos anos 80 a criação de mercados, shoppings populares ou “camelódromos” constitui um tipo de política típica das cidades brasileiras. Ao autorizar a fixação de ambulantes em áreas estabelecidas pela prefeitura, retirando-os das ruas centrais, a prefeitura diminuiu os conflitos urbanos e estimulou a expansão de um comércio popular rentável. (MAMANI E SOUZA, 2017).

A origem do termo camelódromo refere-se aos primeiros mercados populares ou feiras permanentes, quando os camelôs do Rio de Janeiro foram removidos para a praça Onze de Julho, o local correspondia ao mesmo em que tinha funcionado o canteiro de obras do Sambódromo. A localização fica bem próximo ao Sambódromo, daí a o nome, Camelódromo (MAMANI e SOUZA, 2017).

O “camelódromo” se coloca assim como um lugar que tende a ter um segmento de produtos especializados e ainda pode ser visto como local de “consumo por ocasião”, onde ainda a reprodução das condições de trabalho dos camelôs se concretiza como estratégia de vida, tornando-se uma categoria social cristalizada, o que implica “na conquista e na preservação de seu amoldamento aos espaços socialmente construídos, às regras sociais, as formas de controle e às necessidades imediatas de consumo de quem passa pelas ruas da cidade”. (RIBEIRO E ELIAS, 1983, p. 16)

Assim as condicionalidades no exercício das atividades, dos camelôs refletem o conflito social vivenciado na sociedade capitalista, à medida que em dadas situações, estes assumem posturas de ordem passiva e em outros momentos com postura ativas, na disputa do espaço urbano.

CAPÍTULO 2: SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Neste capítulo⁶ buscou-se centralizar sobre a origem do comércio ambulante em Campos dos Goytacazes e a construção, contextos, histórico e legislações do SPMH, assim como espraiamento dos camelôs na cidade e a retomada de conflitos,

⁶ Buscou-se neste capítulo apresentar como ao longo dos anos se desenvolveu a prática dos ambulantes na cidade de Campos dos Goytacazes até a criação do SPMH, e contextos vivenciados. Para isto, foi realizada revisão bibliográfica de autores que ao longo dos anos estudaram a temática.

até o momento da reforma e expansão do SPMH como solução para a questão problemática dos camelôs na cidade.

2.1. Comércio ambulante e Shopping Popular Michel Haddad em Campos dos Goytacazes: legislação e conflito

A cidade de Campos dos Goytacazes é considerada uma cidade de porte médio e fica localizada no norte-fluminense, interior do estado do Rio de Janeiro. Sabe-se que o processo de urbanização da cidade não veio acompanhado de uma formação de mercado de trabalho nem de infraestrutura adequada, havendo deste modo uma unificação de mercado de trabalho urbano e rural.

Nos anos 80 a distribuição ocupacional volta-se para atividades agrícolas entre os moradores urbanos de baixa renda (MAMANI, 2010), com foco no setor sucroalcooleiro, onde em períodos entressafra as ocupações oscilavam entre trabalho doméstico e agrícola, ocupados por desempregados e biscateiros, o que prejudicava formalização e vínculo destes trabalhadores em períodos de colheita.

Deste modo, as primeiras abordagens da economia informal em Campos estão ligadas a atividades, como: biscates, construção e trabalho doméstico em casa de família ou como lavadeiras (MAMANI, 2010), onde a abordagem deste período se caracteriza ainda, segundo o autor, com a questão da marginalidade urbana onde a economia informal se coloca como produto da migração e falta de industrialização da época.

Num segundo momento a economia informal foi analisada em Campos de outro modo, a partir da mudança de um período estrutural no mercado de trabalho, que levou a “crise” da categoria trabalho; identificando assim que no debate contemporâneo a economia informal pode ser “uma estratégia limitada de sobrevivência ou um padrão de empreendedorismo”. Neste viés buscou-se estabelecer uma relação da economia informal e camelôs no Centro de Campos dos Goytacazes, onde os primeiros estudos afirmam que o comerciante informal não fazia parte do migrante rural pouco qualificado, concluindo então o “informal como um pequeno empresário, com seus códigos morais (ethos) disputando a ocupação de uma área central pelo comércio popular” (Lemos 2001 apud Mamani 2010).

Pode-se dizer que a presença dos camelos se coloca como algo típico da cidade, cuja a atividade espalhou-se de modo crescente ao redor do Centro da Cidade, cabendo destacar que se multiplicou na década de 1990, conforme,

pesquisas e jornais da época, momento em que este segmento acabou se tornando um problema público (FREITAS, 2006).

Não se sabe ao certo o momento em que o comércio informal apareceu no Centro de Campos dos Goytacazes, comenta-se que alguns pontos já existiam, há mais de quarenta anos, o que tem relação com as migrações sírio-libanesas e nordestinas. De qualquer modo, os conflitos gerados entre os lojista e camelôs são vistos como um problema público a partir de 1985, que se solucionou em 1991 com a criação do Camelódromo.

O conjunto integrador de camelôs na cidade de Campos dos Goytacazes, é conhecido como Shopping Popular Michel Haddad - SPMH, o nome dado ao shopping, Michel Haddad, faz referência a um dos primeiros comerciantes de rua.⁷

O SPMH se constituiu como uma ação política para remediar conflitos, e ao longo dos anos se instalou como uma prática de comércio popular, tendo como fixação o Centro da cidade, agregando camelôs da cidade.

A instalação do SPMH se situa junto as estruturas do Mercado Municipal, feira da cidade (que compreende o comércio de frutas, verduras e legumes, peixarias, pastelarias, artigos religiosos, medicinais, entre outros), e as ruas em seu entorno agregam lojas de produtos de festas, louças e panelas, material de construção e comércio atacadista com produtos para vendas de periferia ou de “roça”. Esta região compõe o setor e o lugar mais dinâmico da economia campista, sendo o “epicentro” do comércio popular (MAMANI, 2015). Vale ainda ressaltar a interseção próxima destes eixos comerciais da Rodoviária Velha da cidade, que recebe todo transporte do interior do município e alguns do Rio de Janeiro.

Estas instalações comerciais próximas uma da outra (até o início de 2014), se complementavam, por fatores, como: circulação de pessoas no centro da cidade, garantia de público e clientela que, na maioria das vezes, era frequentado por indivíduos das camadas populares.

⁷Em referência a um dos primeiros comerciantes de rua, chamado por Michel Haddad. Este de origem libanesa, nasceu em Campos no dia 05 de julho de 1911, sendo homenageado depois de morto, pelo prefeito da época, Anthony Garotinho, que batizou com o seu nome, em 07/12/1991, o Shopping Popular construído na Rua Barão do Amazonas, Centro, ao lado do Mercado Municipal. Segundo um blog da cidade, Michel Haddad era “visto todos os dias, sentado na frente do antigo, Café Monte Líbano, atual Largo da Imprensa, com charuto na boca, bengala nas mãos e cercado das mercadorias que vendia.” Conta-se que a opção pela rua deu-se pela ocasião em que chegando a ser dono de quatro lojas, se endividou e faliu, indo então para as ruas trabalhar como ambulante, sendo então conhecido como um dos precursores da atividade na cidade.

A conjuntura local na cidade permitia fácil acesso e de bastante transição de pessoas, a livre circulação de mercadorias, além da relação de coexistência que pelos anos de instalação de ambas estruturas se inteiravam. Podendo assim ser considerado um eixo de especialização de consumo popular, vendidos a varejo ou atacado. Freitas (2006), comenta que:

Junto ao Mercado Coberto, na lateral fronteira à Rua Barão do Amazonas, se encontra o Mercado Popular Michel Haddad, mais conhecido como Camelódromo. Trata-se de outra construção recente feita para atender à necessidade de se localizarem, num espaço delimitado, os ambulantes, dispersos, por várias ruas na área central da cidade, numa tentativa de regular sua atividade comercial (FREITAS, 2006, p.94).



Figura 1. Mapa do antigo local do SPMH e local atual. FONTE: Google Maps/ Shopping Popular Michel Haddad. Outubro 2017



Figura 2. Imagem de uma das entradas do atual local do SPMH. FONTE: Própria, 18 mai.2017

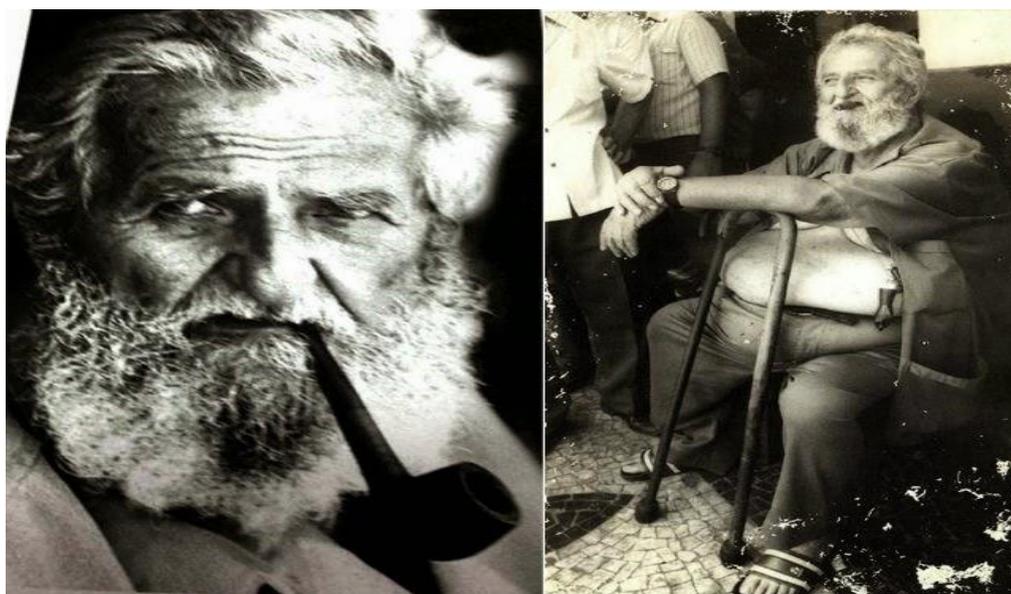


Figura 3. Fotos de Michel Haddad.

FONTE: <http://blogfabriciofreitas.blogspot.com.br/2014/05/neto-do-saudoso-michel-haddad-busca.html>

A atividade informal a partir da ação dos camelôs e sua crescente expansão no município de Campos dos Goytacazes, constitui-se como um modo de sobrevivência tradicional na cidade, cujo a prática é anterior a criação do SPMH, onde os comerciantes informais se situavam e despertaram visibilidade ao se instalarem próximo à Praça São Salvador, a partir de 1985, em que improvisavam as bancas e vendiam produtos comprados no Rio, São Paulo e alguns contrabandeados do Paraguai. Porém, a presença dos ambulantes passa a ser questionada, destacando-

se pelos conflitos entre comerciantes, sendo acusados pela concorrência desleal, crime e ilegalidade (MAMANI, 2015).

A presença dos camelôs na região central era questionada pelos comerciantes formais e suas associações, a partir da concorrência desleal. A criação do camelódromo foi uma ideia do presidente da Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC), Adailton Rangel, em 1992, junto ao presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CLD), Murilo Diéguez, para resolver a “questão camelô”, com o objetivo de retirar os ambulantes das ruas centrais da cidade, alegando a concorrência desleal para com os outros comerciantes, a questão do pagamento de impostos e locais ocupados pelos mesmos que atrapalhavam a clientela (FREITAS, 2006).

Sobre a criação do camelódromo, o presidente da Associação Comercial Industrial de Campos - ACIC, Adailton Rangel, na época comentou que diferentemente do Rio de Janeiro a questão dos camelôs em Campos dos Goytacazes não foi preciso tratar com violência. Já o Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Murilo Diéguez, apresentava a proposta como uma política negociada, em que a decisão do Camelódromo foi uma decisão conjunta entre prefeitura, comerciantes e ambulantes.

A prefeitura deste modo, trazia para si a ideia de pioneirismo nacional, entendendo que foi uma solução que atendia as reivindicações dos camelôs, evidenciando deste modo que o poder público estava tratando da questão com respeito e dignidade, a partir do local seguro em que poderiam então estar desenvolvendo suas atividades. (MAMANI e SOUZA, 2017).

Assim, a criação do SPMH, vem com intuito de criar um lugar destinado para o desenvolvimento de suas atividades, objetivando assim a contenção e retirada dos camelôs da rua. A construção do SPMH vem como resposta das autoridades em que agregariam em um único espaço os camelôs que estavam espalhados pelas ruas centrais da cidade.

Diante disto, Manani (2015), comenta que segundo LEMOS (2001) “houve um incremento econômico dado o crescimento das atividades”. Por essa via, o camelô aproximar-se-ia do comerciante formal, uma vez que sua banca se torna “quase loja”, se considerados os produtos e as práticas comerciais. Para Lemos (2001) apud Mamani (2015):

...o seu estatuto do ponto de vista legal pode até ser informal, mas a maneira como estrutura as suas atividades são em observância aquele padrão válido para o comércio em geral (LEMOS, *apud* MAMANI, 2015).

Ainda sobre este processo da criação do SPMH, segundo Mamani e Souza (2017), os conflitos entre comerciantes e prefeitura não chegam a uma ruptura entre si, gerando neste sentido um “aspecto singular” deste processo nas cidades a partir dos camelôs, lojistas e prefeitura.

Neste sentido, em Campos dos Goytacazes ratifica-se as práticas do comércio ambulante na questão do ponto como patrimônio e apropriação do espaço público, a partir da autorização municipal a partir da legislação - Lei nº 8.061⁸, de 10 de dezembro de 2008- Código de Posturas local. Sobre o comércio ambulante esta, Lei Municipal, Art.193, diz: “Comércio ambulante é o que não tem local fixo, e só poderá ser exercido, em qualquer parte do Município, se o negociante se mostrar habilitado com a respectiva e necessária licença”. Ressaltando ainda em seu Parágrafo Único, que:

A licença do negociante ambulante é pessoal e intransferível, será paga de uma vez em cada exercício, e, quando não existir requerimento do pedido de licença, ou de inscrição, prevalecerá o lançamento fiscal. I - na licença estará, obrigatoriamente, colocado o retrato do vendedor; II - também, respectivamente, chapa da licença, estará colocada ou afixada na caixa, tabuleiro, cesta, mala, etc., em que se conduzam as mercadorias. (CÓDIGO DE POSTURA, 2008, p. 52).

A partir desta orientação a prática dos camelôs em Campos guia-se institucionalmente a partir do Código de Posturas Local que orientam as práticas do comércio ambulante na cidade, cujo, nota-se as concessões deliberadas aos camelôs se instituem a partir de uma autorização simplista que legisla sobre a licença do ambulante, prevendo de forma muito vaga a orientação da atividade. A para o exercício das atividades dos camelôs em Campos, se coloca de modo simples, sendo

⁸ Art. 1º -“ Esta Lei contém o conjunto de normas para a ação e o policiamento administrativos exercitados pela Prefeitura Municipal, em assunto de Higiene Pública e Polícia Sanitária, de Polícia de Costumes, de Segurança, e de Ordem Pública, de Funcionamento do Comércio, Indústria e Profissões, e de Cemitério, estatuinto, disciplinando e supervisionando as necessárias relações entre o Poder Público local e os Municípios. Parágrafo único – Ainda quando a infração estiver capitulada em normas da competência de legislação federal ou estadual, a Prefeitura, no uso das prerrogativas da autonomia municipal assegurada na Carta Magna, não se omitirá no registro ou no conhecimento da ocorrência, para denunciar esta autoridade a quem dela couber conhecer, buscando, assim, as providências indispensáveis e inadiáveis.

uma legislação a partir do comércio ambulante que prevê a permanência de ambulantes na via pública.

Para Assis (2011), “a entrada e permanência no Centro é fruto de uma série de negociações, seja com seus pares, com lojistas ou mesmo com o poder público municipal”. Neste sentido percebe-se que as práticas deste comércio ambulante na cidade sempre foram administradas através, das políticas por momentos de repressão, tolerância ou negociação.

A respeito do SPMH, nos anos seguintes a partir de 2000, Freitas (2006, apud Mamani, 2015), comenta que:

...o local preparado para este fim, atendia às necessidades, mas pelo descaso dos prefeitos posteriores, que deixaram deteriorar a estrutura e o uso do espaço, hoje é, por muitos, considerado uma bagunça, com produtos expostos até nas ruas (FREITAS *apud* MAMANI 2015).

Assim a implantação do SPMH, a partir de sua criação no Centro da cidade, ampliou as possibilidades de reduzir conflitos, duração de mais ou menos quinze anos. Contudo, a partir de 2009 os conflitos voltam a reaparecer no contexto sócio-político municipal, justificando desordem urbana e segurança, havendo intervenção da Prefeitura Municipal, Ministério Público e Polícia Federal.

Cabe, portando destacar que a solução dada aos conflitos a partir de 2009, em relação a presença dos ambulantes na área central, foi a saída dos mesmos da região, o que pôde ser considerado um sucesso para os comerciantes formais, conforme será explicado nos próximos itens deste capítulo.

2.2. Espriamento dos camelôs na cidade e a retomada de conflitos

Os anos de 2008-2006 foram anos de instabilidade política, marcados por escândalos e problemas de infraestrutura na gestão das cidades, junto a isto, em tais anos também se intensificaram a contínua expansão do comércio ambulante nas áreas centrais, como no terminal rodoviário Luiz Carlos Preste, o Largo da Rua Santos Dumont e Praça São Salvador. Assim os lojistas, que se credenciavam a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos (CDL), recorrem não mais ao poder público municipal, mas sim ao Ministério Público Estadual.

Daí em diante, a partir de 2009 a situação do camelódromo passa a ser vista como desordem urbana e insegurança. Então pelas insatisfações propostas pela CDL, da CARJOPA- Associação de Comerciantes da Rua João Pessoa e ACIC, exigindo ao Ministério Público Estadual a retirada e remoção dos ambulantes no Centro, a curto prazo, e desse modo. Encaminham assinaturas através de um TAC- Termo de Ajuste de Comportamento- assinado em agosto de 2010, em que orientava a retirada dos ambulantes do Centro e inseridos junto ao Camelódromo. Como eu disse anteriormente, os comerciantes lojistas acionaram o Ministério Público, em 2006, para que os camelôs pudessem sair da área central, porém o ministério acatou o pedido, no ano de 2009, quando estipulou um prazo para que os camelôs saíssem do Terminal Rodoviário Luís Carlos Prestes. Mediante a decisão do Ministério Público, o poder público municipal, após duas reuniões com os camelôs, conseguiu convencê-los a irem para o lado do camelódromo Michael Haddad, no dia 27 de dezembro de 2009, que teria uma nova cobertura para que os trabalhadores se instalassem. (ASSIS, 2011, p.78)

Desde 2009, evidenciava-se também o discurso da imprensa pela manutenção da ordem e segurança; em que a defesa pelo ordenamento do Centro envolvia a dimensão de maiores lucros, a questão da rentabilidade do lugar como disputa entre comerciantes. Por esse viés a presença dos camelôs é vista como prejudicial a área central na questão turística da cidade e para circulação. O Jornal Folha da Manhã revela seu ponto de vista sobre o assunto, quando disse:

A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) está correta em cobrar, como representante da sociedade organizada, a reorganização da cidade tanto no âmbito da segurança pública quanto no da postura. O problema da Postura em Campos é crônico, porque ela é incapaz de retirar os camelôs que se espalham pelo Calçadão, mesmo a cidade já tendo uma área no Centro que foi destinada a eles. (BARBOSA, 17 set.2009 apud MAMANI e SOUZA, 2017).

Deste modo os lojistas pressionavam o poder público local a partir do momento em que entram com uma ação no Ministério Público, tendo em vista estabelecer o ordenamento do centro da cidade, dando-lhe novos usos, com ideias de revitalização da área; junto a este projeto estava incluído a ampliação e reforma do Camelódromo enquanto espaço apropriado para abrigar os ambulantes espalhados no Centro (MAMANI e SOUZA, 2017). Segue no trecho abaixo a opinião, do jornal Folha da Manhã, sobre o uso do Centro e seu entorno, no mês de setembro de 2009:

Existem coisas que já não cabe, em Campos, ou pelo menos não justificam suas ampliações. Entre elas estão a antiga Rodoviária Roberto Silveira, o Camelódromo e Feira do Mercado Municipal. A cidade cresceu, a frota de veículos quadruplicou e esses espaços estrangularam as vias de

escoamento que não acompanham o desenvolvimento. É preciso pensar grande. (BARBOSA, 9 set.2009, apud MAMANI e SOUZA, 2017)

Muitas foram as tentativas da prefeitura na realocação dos camelôs espalhados na área central, os lugares sugeridos não contemplavam as necessidades dos camelôs, por razões como: acesso, distância do eixo central e intenso tráfego de veículos. Paralelo a isso, o prazo estipulado pelo Ministério Público para saída dos camelôs do Centro foi alterado de 31 de dezembro de 2009 para 31 de novembro de 2010, (MAMANI e SOUZA, 2017).

Os camelôs mostraram grande capacidade de pressão, se articulando junto a prefeitura, vereadores, e fizeram uma manifestação na Rua Formosa, alegando que:

...só saíam do local após a certeza de uma conversa com a prefeita ou o secretário de governo, se recusando a sair do local em que exerciam suas atividades anteriormente para ficarem instalados em um local sem uma estrutura firme que protegesse de fato do sol e chuva (ASSIS, 2011, p 80).

Segundo o jornal Folha da Manhã, a notícia publicada revelava a capacidade de pressão dos camelôs e o modo como a prefeitura lidou com a situação:

Prefeitura recua e tentará rever prazo
Ambulantes fecham rua Formosa e prefeitura promete ir ao MP para atender pedido.
No dia marcado para que os ambulantes da área central de Campos passassem a ocupar a área improvisada ao lado do Shopping Michel Haddad, a prefeitura cedeu mais uma vez à pressão dos camelôs, após a categoria realizar uma manifestação que impediu o trânsito na rua Tenente Coronel Cardoso (Formosa) durante quase meia hora na manhã de ontem [...] Durante a manifestação um grupo de ambulantes se dirigiu a sede da prefeitura para tentar um novo entendimento com o poder público. A prefeita Rosinha Garotinho os recebeu e prometeu buscar um novo prazo junto ao Ministério Público para a mudança [...]. Prefeitura recua e tentará rever prazo: Ambulantes fecham rua Formosa e prefeitura promete ir ao MP para atender pedido. (FOLHA DA MANHÃ 29/12/2009 apud ASSIS, p. 79, 2011).

A partir deste momento os camelôs tiveram como conquista a prorrogação do prazo estipulado pelo Ministério Público, maior período de fixação na área central, e ainda como resposta do poder público municipal propõe a expansão e reforma do SPMH.

Toda resistência ao processo resultou na batida policial conhecida, como “25 de março” em 2010, quando por uma ação da polícia federal e receita federal foram apreendidas todas as mercadorias dos camelôs que não possuíam nota fiscal das mesmas e fechamento dos boxes.

Nos 2000 estabelecimentos, que totalizam 400 boxes, foram apreendidas cerca de 60 toneladas de produtos diversos avaliados em aproximadamente R\$ 2 milhões. Os boxes foram interditados pela justiça e os produtos levados em 15 caminhões para a Receita Federal, no Rio de Janeiro. ” (FOLHA DA MANHÃ, Apreensão de 60t de produtos sem nota: Mega operação lacrou todos os boxes do Shopping Michael Haddad, ontem, 26/03/ 2010a: 8, apud Assis,2011, p.61).

O retorno ao trabalho dos camelôs só seria possível mediante a instrução da prefeitura pelo cadastramento como microempreendedor ao Sebrae, que diante das reivindicações da Associação dos Vendedores Autônomos do Shopping Popular - AVASP, lançou o programa de Formalização do comércio informal. Segundo o Site da Prefeitura, a Prefeita Rosinha:

Determinou à Procuradoria Geral do Município que busque entendimento junto ao Ministério Público Federal, solicitando prazo para que os vendedores autônomos possam se formalizar como empreendedores e continuar atuando no Shopping Popular. A prefeita determinou que seja oferecida toda orientação técnica e capacitação para que os vendedores se transformem em microempreendedores. (PMCG, 25 mar. 2010apud MAMANI e SOUZA, 2017).

Segundo a Lei 8.768⁹ de 11 de agosto de 2017, "Lei geral municipal da microempresa e empresa de pequeno porte de Campos dos Goytacazes", sobre o microempreendedor individual no Art.21 em seu 3º parágrafo, esta orienta que:

⁹ DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES: Esta lei, denominada "LEI GERAL MUNICIPAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES", regulamenta o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao microempreendedor individual (MEI) e às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), como dispõem os arts. 146, III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. § 1º O tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido de que trata este artigo abrange os seguintes temas: I - Tramites de abertura, alteração e baixa de estabelecimentos empresariais; II - Tratamento tributário; III - Fiscalização orientadora; IV - Apoio à representação; V - Participação em licitações públicas; VI - Apoio ao associativismo; VII - Acesso ao crédito; VIII - Estímulo à Inovação; IX - Acesso à justiça; Art. 1º 1/33 Lei Ordinária 8768/2017 - LeisMunicipais.com.br X - Educação Empreendedora.

O Município poderá conceder "Alvará de Funcionamento Provisório" para o microempreendedor individual instalado em espaço público, para exercício de atividades transitórias ou temporárias, de acordo com a legislação municipal, exceto para o comércio eventual ou ambulante. (LEI MICROEMP. Agosto de 2017, p.11)

Desta forma os ambulantes foram orientados a se legalizar como microempreendedores individuais, ampliando a possibilidade de comprar mercadorias por meio de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o que facilita empréstimos, abertura de conta bancária, emissão de nota fiscal de suas mercadorias, além de ampliar as negociações para vendas no crédito, através da máquina de cartão, e contribuições mensais na previdência privada.

Sendo assim, os camelôs se submeteram ao cadastramento, formalizando agora as suas condições de trabalho, mediante a sociedade e órgãos representativos, contudo tal medida apenas formaliza, mas não é capaz de alterar a condição posta dos camelos de ilegalidade. A partir do cadastramento institui-se o Regimento¹⁰ Interno do SPMH em 2014, que contempla: definições e objeto; utilização; horários e obrigações; do comércio, fluxo de mercadorias e das propagandas; da conservação e limpeza e disposições gerais.

O regimento traz em suas disposições normas gerais sobre o funcionamento do SPMH, a partir do lugar provisório, situado no Parque Alberto Sampaio, estando em consonância com a Lei 8.061/2008 alterada pela Lei 8.243/2011, que consolida o Código de Postura de Campos dos Goytacazes/RJ.

Durante a pesquisa em busca do Regimento interno de funcionamento do SPMH anterior a 2014, onde busquei o mesmo em Diário Oficial e até no setor de arquivo da Câmara Municipal da cidade e não tendo encontrando fui encaminhada ao setor de arquivo da CODEMCA. Lá fui informada que anterior a 2014, não existia um regimento interno, apenas um Termo¹¹ de Compromisso de Ocupação por Permissão de Uso, que informava nome do permissionário, CPF e endereço, número e ala da banca, tipo de mercadoria comercializada, e importância de valor mensal para pelo permissionário à prefeitura pelo uso e ocupação da banca.

A CODEMCA informou que somente após cadastramento dos permissionários como microempreendedores foi criado o Regimento Interno do SPMH, sendo também atualizada a Ficha¹² de Cadastro do SPMH, em 2014.

¹⁰Ver em anexo o Regimento Interno do Shopping Popular Michel Haddad

¹¹ Ver em anexo Termo de Compromisso de Ocupação por Permissão de Uso

¹² Ver em anexo a Ficha de Cadastro do Shopping Popular Michel Haddad.

A política da prefeitura municipal na gestão de Rosângela Matheus, para com os ambulantes demonstra um certo grau de comprometimento com proteção ao comércio informal, de modo a garantir sua permanência e a intermediar com atores que pressionavam pela remoção. Como se verá, constitui um momento final, com mais de 25 anos de política municipal.

2.3. Reforma e expansão do Shopping Popular Michel Haddad como solução para os camelôs

O poder público municipal buscou postergar a remoção dos camelôs do Centro da cidade até o início de 2014, com possíveis soluções consensuais, o que segundo Mamani (2015), a saída desta problemática ocorre quando o poder municipal propõe a expansão dos boxes do SPMH, incorporando os camelôs centrais junto ao mesmo.

A proposta de reforma do espaço já vinha sendo cogitada, bem como a transferência provisória dos lócus produtivos, o que causava muita insegurança e temor aos camelôs já inseridos no local, por esta razão a resistência dos camelôs em saírem de seus lócus produtivos onde já estavam instalados.

Tal expansão abrigaria os camelôs espalhados na área central e os camelôs já fixos no Michel Haddad, o que permite expansão dos boxes de 300 para aproximadamente 500. Em março de 2014 os camelôs do SPMH foram os primeiros a se deslocarem na mudança do lócus produtivo para uma estrutura provisória, houve também muita resistência, visitas ao local, e prorrogações de prazo para melhorias nas instalações antes da mudança; e posteriormente os camelôs do Centro também foram transferidos em maio de 2014.

O SPMH fixou-se próximo ao Mercado Municipal até início de 2014, quando em março deste mesmo ano foi iniciado a transferência dos camelôs para a estrutura provisória no Parque Alberto Sampaio. Como descrito acima as proximidades destas instalações permite complementariedade entre ambas, por estarem inseridas próximas uma da outra.

Segundo Mamani e Souza (2017) o processo de transferência faz parte das obras de revitalização do Centro, em que o Mercado Municipal se destaca ao atender demandas dos lojistas local, do ponto de vista da restauração do prédio, tendo em vista somente a perspectiva de preservação e restauração do patrimônio, deixando de lado seu usos e entorno.

Mediante a tais fatos evidenciados nos escritos acima, entende-se que o comércio ambulante no centro da cidade se reafirma ao longo dos anos como uma atividade típica em Campos dos Goytacazes, num contexto marcado por conflitos que envolvem a questão do Centro da cidade como seio de desenvolvimento desta atividade, por uma relação conturbada em disputa pela rentabilidade do lugar, advindas das queixas entre comércio ambulante, lojistas formais, instituições e associações que compõem esta conjuntura.

Os camelôs foram transferidos para um espaço provisório de estrutura metálica, no Parque Alberto Sampaio, aglutinando então camelôs do SPMH e camelôs do Centro, o que agrava a problemática na relação dos camelôs com o poder público municipal, pois a obra do novo camelódromo prevista em um ano e oito meses, não foi entregue até o atual momento, e as lojas ao redor reclamam pelo declínio das vendas, e os camelôs que se encontram num lugar provisório temem não retornar ao antigo endereço.

Segundo Mamani e Souza (2017), a política municipal para o Centro da cidade, pauta-se:

A política municipal para o Centro da cidade pauta-se pelas exigências dos Lojistas e discute com estes, ações de mudar os usos do Centro de modo a favorecer eventos culturais e usos diversificados (PMCG, 2015). Inclui, assim, na agenda municipal, a renovação urbana e valorização do patrimônio e o incentivo a grandes eventos. Mas ao mesmo tempo preserva o Camelódromo e o Mercado Municipal e a Rodoviária –os restaura. Finalmente, a mudança de prefeito em 2016 parece não alterar grandemente tais expectativas. Contudo, permanece indefinido o que será do Camelódromo, que permanece em seu recinto provisório sem previsão de retorno ao antigo endereço. (MAMANI e SOUZA, 2017)

Pressupõe-se assim, que a permanência dos camelôs no eixo central da cidade, parece estar vinculada a forças políticas, que por vezes articularam através de medidas o desenvolvimento das atividades informais e a manutenção deste segmento a partir de sua implantação, em que acabam moldando a economia informal do município e por outras atendem as exigências dos empresários formais, a partir dos condicionantes políticos locais.

Percebe-se que as ações do governo municipal na gestão 2008 a 2016 vem como principal articulador para evitar a recorrência de conflitos durante anos,

enquanto uma política isolada local, o que deste modo tende a legitimar o compromisso deste setor as propostas do governo em que se desenvolveu tais ações.

Atualmente com alteração das eleições de prefeito em 2016, houve mudança do quadro da gestão municipal da cidade, a questão dos camelôs na gestão do poder público municipal em exercício encontra-se num contexto em que se alega falta de recurso financeiro para o término da obra deixada inacabada pelo governo anterior.

Segundo os permissionários e Associação de Vendedores Ambulantes do Shopping Popular Michel Haddad–AVASP, em duas reuniões que tiveram com a atual gestão, justifica-se que nem em 2017 e nem em 2018 há possibilidades de intervir na situação da obra do SPMH, tendo como prioridade no governo outros segmentos. Assim como, observa-se também a crescente expansão dos ambulantes espalhados ao redor da área central da cidade.

CAPÍTULO 3: SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD E A ARENA PÚBLICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Neste capítulo¹³ buscou-se enunciar como se formula a temática dos camelôs na arena pública em Campos dos Goytacazes entre 2009 a 2017, que segundo Cefai (2011) “se compõe por atores de dimensões e forças distintas”, junto as “cenas políticas, judiciárias, midiáticas da vida cotidiana dos cidadãos comuns”.

Deste modo este capítulo permite identificar durante a leitura, os conflitos, atores envolvidos, observando também os agenciamentos, quadros, momentos de mudanças em relação ao contexto dos camelôs na cidade e como se formulam as notícias a partir das publicações em jornais e sites locais.

3.1. Camelôs de Campos nas notícias e 2009 até 2017

Mediante ao contexto, que as instituições e associações comerciais formais, como Câmara de Dirigentes Lojistas -CDL, Associação Comercial e Industrial de Campos-ACIC e Associação de Comerciantes da Rua João Pessoa-CARJOPA em Campos dos Goytacazes buscavam a saída dos camelôs da área central, foi enviando um Termo de Ajustamento de Conduta ao Ministério Público.

A partir deste momento os comerciantes formais não recorreriam mais a saída dos camelôs a prefeitura local, por considerarem que o governo da prefeita Rosinha tinha em suas ações extrema “tolerância” para com os mesmos. Assim houveram constantes negociações tendo em vista a saída dos camelôs e um esforço por tirá-los do centro a partir do ano de 2009.

Deste modo, o Ministério Público solicita ao poder público municipal que retirasse os camelôs espalhados pelo eixo central da cidade. A partir deste pedido a prefeitura local, tentou de várias maneiras realocá-los, buscando encontrar um lugar que fosse adequado para o desenvolvimento das atividades dos camelôs. Neste processo os camelôs do Centro buscavam negociações e diálogo com a prefeitura, que postergava a saída dos mesmos do local. Como veremos nas notícias abaixo e a sucessão dos casos em diante.

¹³ Para isto realizou-se pesquisa documental em fontes, como: jornais e sites, revistas, a fim de uma construção de um banco de dados e informações que possibilitaram contextualizar as situações e eventos sobre o Shopping Popular Michel Haddad em Campos dos Goytacazes, a partir do ano de 2009 até 2017, considerando as variáveis econômicas e circunstâncias políticas local. As notícias coletadas nos jornais e sites locais, foram de diversas fontes, sendo organizadas de modo cronológico, como: data, mês e ano.

O jornal Folha da Manhã, em 27 de outubro de 2009, relata que o acordo firmado entre a Postura Municipal, Ministério Público e prefeitura era que os camelôs haviam negociado de “devolver as calçadas do Centro” até o final de dezembro daquele ano. Contudo, a notícia revela que o prazo máximo estabelecido para a saída dos camelôs do Centro da cidade, se tornou a partir da negociação com a prefeitura o início da remoção, tendo em vista que o período facilitava as vendas. A crítica da notícia vem ao governo municipal, que esta alteração de prazo não era o combinado entre os lojistas e a administração municipal.

Camelôs até 28 de dezembro, Camelódromo até 27 de janeiro

Além do teto da mudança ter se transformado em início da remoção, como os ambulantes impuseram a inversão diante de um governo municipal passivo, nada garante que, passado o Natal e Réveillon, os camelôs não se sintam novamente no direito de fazer o que bem entendem, atitude que vêm mantendo desde a administração Mocaiber. (BARBOSA, 27 de outubro de 2009)

Nota-se aqui, que as organizações representadas do comércio discordam do governo municipal quanto ao tratamento dado aos camelôs, considerada “pacífica”. Enquanto a prefeitura afirmava que a Postura Municipal garantiria a organização dos camelôs até serem removidos para o Novo Camelódromo, cujo projeto seria apresentado num prazo de três meses.

A matéria vinha acompanhada de uma charge que reproduzimos a seguir. A imagem é eloquente quanto à posição crítica do Jornal. Os camelôs ocupando as calçadas, impedindo a circulação dos pedestres, o que prejudica o trânsito da área central, e no diálogo apresentado na charge, pode observar através da fala do camelô as ações do poder público municipal através da gestão da Rosinha.



Figura 4. Rosinha a mamãe Noel dos camelôs. Fonte: BARBOSA, 27 de outubro de 2009.

Em continuidade as notícias, em 10 de novembro de 2009, o jornal Folha da Manhã, continua retratando sobre a retirada dos camelôs das calçadas do Centro e o prazo estabelecido pela prefeitura que não estava sendo cumprido. Havendo neste contexto crítica ao governo Rosinha, como um governo populista, comparando-o a administração do governo do presidente Lula conforme, a seguinte afirmação:

Rosinha: Mamãe Noel dos camelôs

Como, dado o grau de invasão dos camelôs nas principais calçadas do Centro, ninguém em sã consciência pode supor que a remoção pode se consumir em apenas um dia, fica o dito pelo não dito em mais um populismo irresponsável e veladamente debochado que tanto aproxima o governo dos Garotinho da administração do presidente Lula. E certamente não faltará uma viúva do Muro de Berlim para querer colar nos camelôs o cômodo teflon de “movimento social”, à margem da lei e à mercê da cooptação de quem só sabe governar a partir da ocupação da máquina do estado, como alertou ontem, num nível bem maior, o governador de Minas, Aécio Neves. Perde mais uma vez o comércio de Campos, já vitimado pela evasão de circulação de dinheiro com a coincidente e sistemática vitória de empresas de fora nas licitações municipais mais poludas. Perde, sobretudo, o cidadão comum, cerceado em seu direito de ir e vir, de usar as calçadas da sua cidade para se locomover livremente (BARBOSA, 10 de novembro de 2009).

Através desta notícia, pode-se notar a crítica quanto a postura do poder municipal para com os camelôs, relacionando até mesmo numa escala maior comparando atitudes da gestão local. Desse ponto de vista pode-se observar a oposição do referido jornal as práticas do poder público local para com os camelôs na cidade de Campos dos Goytacazes.

No ano seguinte, em 02 de janeiro de 2010, o Jornal Folha da Manhã, trouxe a seguinte notícia, em forma de charge, representando uma maneira crítica de situar a realidade:

E na novela dos camelôs...

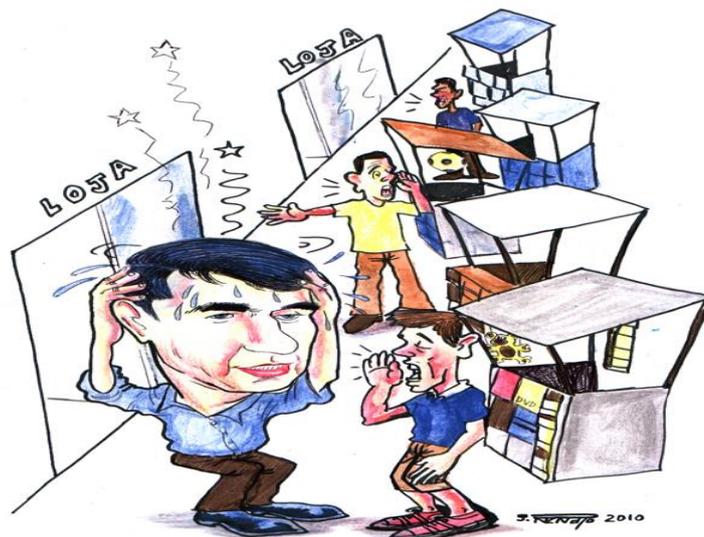


Figura 5. Camelôs em frente as lojas. FONTE: BARBOSA, 02 de janeiro de 2010.

A imagem acima traz como crítica a ocupação dos camelôs nas calçadas em frente as lojas dos comerciantes formais, e o incômodo gerado aos lojistas formais, a partir da expressão do mesmo na referida imagem. Como se sabe os comerciantes formais justificam a partir do contexto local, em Campos dos Goytacazes, que a presença dos camelôs atrapalha a visibilidade das lojas, gerando, concorrência desleal e desordenamento urbano.

Como já relatado neste trabalho, a solução dada pela prefeitura para a questão dos camelôs em Campos dos Goytacazes, veio a ser ampliação e reforma do SPMH, tendo como proposta incorporar os camelôs, que ao longo dos anos se espalhavam pelo Centro.

Na tentativa de soluções, e tendo em vista cumprir o pedido do Ministério Público para retirada dos camelôs espalhados pelo Centro, a prefeitura traz como proposta a reforma e ampliação do Shopping Popular Michel Haddad, como mostra a notícia publicada no site da prefeitura em, 26 de fevereiro de 2010: *“Novo Shopping Popular mais moderno e com normas de acessibilidade”*.

O novo local, foi idealizado com contribuição dos permissionários do SPMH, como um projeto mais:

...amplo e moderno, de acesso fácil para pessoas com necessidades especiais, com áreas apropriadas para carga e descarga de mercadorias, e ampliação do número de boxes, aumentando de 350 para 588 bancas padronizadas, reunindo em um só lugar, todos ambulantes da área central (OLIVEIRA, 26 de fevereiro de 2010).

A mesma notícia ainda relatava segundo o presidente da CODEMCA, na época, Jivago Faria, que a construção do Novo Camelódromo contribuiria para:

...o trânsito da área central, o que seria positivo, com a construção de duas áreas para a carga e descarga de mercadorias nas extremidades do camelódromo, desafogando e organizando melhor o tráfego de veículos. Também alargariam as calçadas da Rua Barão de Amazonas, aumentando o espaço para circulação de pedestres, e ampliando o número de sanitários, e quiosques construídos em torno do camelódromo, além de banca de jornal (OLIVEIRA, 26 de fevereiro de 2010).

O projeto do Novo Camelódromo propunha soluções das situações cotidianas elencadas acima, que travavam a questão da ordem urbana no centro da cidade. A notícia ainda retrata que o início da obra seria logo após a transferência provisória dos camelôs, para o Parque Alberto Sampaio, a partir da estrutura metálica, tendo em vista não prejudicar as vendas dos permissionários até o término da obra.

Contudo, os camelôs da área central não queriam sair do local instalado para o local provisório, aonde seriam alocados até a reforma do Novo SPMH. Paulinho Pedrosa, presidente da AVASP, informou que os camelôs eram contra a mudança, mesmo quando o local escolhido como provisório, tivesse sido definido em reunião junto aos mesmos, situado entre as ruas, Tenente Coronel Cardoso e Siqueira Campos.

Camelôs não querem deixar o Centro de Campos dos Goytacazes

Ninguém quer sair. Não somos contra a obra, mas o local onde vamos ficar até lá não é o ideal. É muito estreito, diz (FOLHA DA MANHÃ, 02 de março de 2010).

A notícia ainda informava que o Novo camelódromo abrigaria todos os camelôs do Centro, e que a licitação da obra era prevista para ser publicada em Diário Oficial, ainda naquela semana.

Até março de 2010, os camelôs conseguiram permanecer e desenvolver suas atividades no Centro da cidade, o que não seguia conforme o acordo entre a prefeitura e os lojistas, o qual definia a saída até dezembro de 2009. Assim em 25 de março de 2010, ocorreu em Campos dos Goytacazes uma operação da Polícia Federal e Receita Federal, conhecida, como “Operação 25 de Março”, na qual se recolheram todos os produtos piratas e sem notas fiscais. Também fecharam todas as bancas do camelódromo; tal operação ocorreu de modo simultâneo a uma outra operação no Rio de Janeiro, no camelódromo da Uruguaiana em 2010. O que não descarta a possibilidade desta operação ter sido uma retaliação a permanência dos camelôs no centro da cidade, destituindo assim por parte dos lojistas o ordenamento urbano.

Na ocasião da “Operação 25 de Março”, a prefeitura lançou o programa do microempreendedor, intervindo assim para formalização dos camelôs. Foi estipulado um prazo para cadastro dos mesmos, oferecendo assim o apoio necessário, como orientações técnicas e capacitação, conforme segue o trecho:

Rosinha oferece apoio para que camelôs se formalizem

A prefeita Rosinha determinou à Procuradoria Geral do Município que busque entendimento junto ao Ministério Público Federal, solicitando prazo para que os vendedores autônomos possam se formalizar como empreendedores e continuar atuando no Shopping Popular. A prefeita determinou que seja oferecida toda orientação técnica e capacitação para que os vendedores se transformem em microempreendedores (SITE DA PREFEITURA DE CAMPOS, RJ, 25 de março de 2010).

Sobre “Operação 25 de Março” encontramos em um blog local a opinião do Delegado da Polícia Federal em Campos dos Goytacazes, Paulo Cassiano, em 26 de março de 2010, que trouxe a seguinte publicação, redigida pelo delegado:

Delegado da Polícia Federal comenta no blog sobre a operação de ontem no Camelódromo em Campos

Sou o Delegado chefe da Delegacia de Polícia Federal em Campos dos Goytacazes/RJ e responsável pela Operação "25 de Março", que deu cumprimento a um mandado de busca e apreensão, expedido pela Justiça Federal, no Shopping Popular Michel Haddad, na data de ontem. Considero importante que todos entendam que o espaço do chamado "camelódromo", que é público, tornou-se, ao longo de anos de omissão da Prefeitura Municipal, um antro dedicado à criminalidade. A operação de ontem foi realizada depois de um sério trabalho de investigação policial, que durou vários meses. Não foi uma incursão aleatória. No "camelódromo", imperava a sonegação fiscal, a pirataria, o contrabando e o descaminho, dentre outros

crimes. Além de caracterizar desrespeito à lei, isso gera desemprego no comércio formal e perda de arrecadação tributária ao Estado. É dever constitucional da Polícia Federal reprimir esses delitos. É verdade que a nossa cidade vive um profundo problema socioeconômico- pelo que eu, como cidadão campista, lamento muitíssimo-, mas isso não pode servir de desculpa para o funcionamento ilegal do "camelódromo", pois esse mesmo argumento serviria para justificar o tráfico de drogas, por exemplo. Por fim, vale dizer que a Polícia Federal em Campos dos Goytacazes está atenta a todos os crimes de sua atribuição- e não apenas aos praticados no "camelódromo- , como tem sido demonstrado por diversas operações realizadas recentemente. Atenciosamente, Paulo Cassiano Jr. Delegado de Polícia Federal (MORAES, 26 de março de 2010).

Na citação acima pode-se notar o modo como a autoridade jurídica local questiona o posicionamento do governo municipal, na omissão dos possíveis crimes presentes no contexto, como: sonegação fiscal, pirataria, contrabando e descaminho.

O delegado evidencia também em seu discurso como a atuação de poder instituída pelo Estado, através da polícia, tem total autoridade para se fazer legítima e atuar reprimindo tais práticas nestes segmentos. Contudo, não considera outros aspectos, como o modo que se institui a operação, a forma como policiais abordam os camelôs e suas respectivas bancas. Poderíamos citar, como exemplo, que no dia da operação, várias bancas em que os camelôs não se encontravam presentes foram “abertas” com serras elétricas, sendo levadas todas as mercadorias piratas.

Entende-se que o Programa do Microempreendedor possibilita aos camelôs terem notas fiscais de suas mercadorias e assim poderem contribuir com os impostos, porém não tem efeito em relação aos circuitos econômicos em que estão inseridos.

No decorrer do ano de 2010, encontramos apenas mais uma notícia no Jornal Folha da Manhã, em 26 de novembro de 2010, que retrata sobre um caso de violência dos agentes municipais para com camelôs espalhados na área central. A notícia ressalta sobre a continuidade dos camelôs nas calçadas, mas também emite a opinião de que não se justifica a violência, como meio de tratamento, ou modo de lidar com esta situação, alegando que um dos guardas chegou a usar *spray* de pimenta e ofensas pessoais.

Violência de agentes municipais gera revolta no Centro

Este blog já fez cobranças quanto à livre ação dos camelôs, que toma as calçadas da área central dos pedestres. Todavia, nada parece justificar a violência com que quatro ambulantes foram tratados por fiscais da postura e, depois, por guardas municipais, agora há pouco, na rua João Pessoa, entre a 13 de Maio e a Lacerda Sobrinho. Como evidência a apuração do jornalista Ciro Mariano e do repórter fotográfico Antônio Cruz, ambos da Folha, um dos guardas chegou a usar *spray* de pimenta, não só nos camelôs, que foram detidos, como nos populares, também ofendidos verbalmente pelos agentes

da municipalidade, cuja violência gerou grande revolta. A PM também foi acionada ao local, a partir da denúncia de agressão dos ambulantes, muito embora quem testemunhou o caso tenha dito que os fiscais foram os agressores. O caso, está sendo registrado na 134ª DP. (BARBOSA, 26 de novembro de 2010)

Segue fotos da notícia que retrata a forma como os agentes trataram os camelôs:



Figura 6. Violência dos agentes municipais aos camelôs no centro. FONTE: Antônio Cruz, 26 de novembro de 2010.

No ano seguinte, em 2011, não foram encontradas nenhum noticiário que tratasse da questão dos camelôs na cidade. Porém, deve-se destacar que o ano seguinte era o ano de eleições municipais.

Sabe-se que até 2014, os camelôs se mantiveram nos mesmos lugares, os do SPMH e os do Centro, aos quais continuavam suas atividades, enquanto resolvia-se o local para onde seriam transferidos provisoriamente.

Neste sentido, o poder público local na gestão da prefeita Rosinha, buscou ao máximo postergar a remoção dos camelôs, além de nesta mesma gestão também ter iniciado junto a Associação dos Amigos da Rua João Pessoa e Adjacências - CARJOPA, as obras de revitalização da área central, que previa a retirada dos ambulantes desta área.

Assim somente em 24 de junho de 2012 viu-se novas notícias referentes aos camelôs da cidade, publicada pelo jornal Folha da Manhã, "*Camelôs do centro tumultuam o comércio*", onde alegam que o Centro da cidade vem sendo tomado pelo comércio informal, principalmente no tradicional Calçadão.

Os camelôs do centro justificam que a permanência e comercialização no local é vital para seus sustentos. Contudo, há queixas por parte dos lojistas do centro, por meio das instituições e associações representativas, como: CDL, ACIC e CARJOPA, e da população sobre os camelôs, como promotores da poluição visual e desordem urbana.



Figura 7. Rua do calçadão e a presença de camelôs. FONTE: FOLHA DA MANHÃ, 24 de junho de 2012.

A notícia ainda atesta que o poder público local prometeu a remoção dos camelôs, assim que o Novo SPMH estivesse pronto, a qual a previsão era o ano de 2013. O presidente da ACIC, Amaro Ribeiro Gomes, não questionava o trabalho, mas sim a falta de organização de como se encontravam instalados os camelôs, evidenciando que colocava em risco o pedestre, além da questão visual. Abaixo temos sua opinião: "*A gente sabe que as pessoas que ocupam o Camelô precisam trabalhar, mas o que a gente não pode permitir é que a presença deles prejudique outros*

comerciantes e os consumidores. Espero que agora com a revitalização da área central, iniciada na semana passada, eles possam logo ir para o camelódromo novo informou” (FOLHA DA MANHÃ, 24/06/2012).

O presidente da CARJOPA, Eduardo Chacur, compartilha da mesma ideia anteriormente citada, e ressalta que tem recebido reclamações dos comerciantes que se sentem prejudicados com o crescente número de ambulantes em frente as portas do comércio formal. Ele deixa claro que: “Não somos contra os camelôs sabemos que eles precisam trabalhar, mas a desordem no local é; muito grande e acaba prejudicando; quem tem o comercio formal como também os pedestres que perderam o livre acesso. Vamos torcer para que o deslocamento deles para outra & área seja realmente feita o mais rápido possível”. (FOLHA DA MANHÃ, 24 de julho, 2012).

Outro comerciante sente-se prejudicado com a presença dos camelôs na área central, justificando aspectos, como: “*Os consumidores não têm onde transitar direito, visualmente essa área central está feia, totalmente poluída e isso é ruim para quem vem de fora para comprar no nosso comércio. O ideal é que se providencie um local adequado para eles e logo, disse*” (FOLHA DA MANHÃ, 24 de junho, 2012).

A notícia também retrata a opinião de um dos ambulantes do camelódromo, que também não quis ser identificado, dizendo que: “*Não estamos aqui por que queremos. Não temos outro local. E trabalhar na rua não é; nada confortável, não temos banca adequada, quando chove agente praticamente fica sem trabalhar por falta de cobertura. Estamos ansiosos com o anuncio de que vamos para o novo local. Espero que dessa vez o projeto saia do papel; disse*” (FOLHA DA MANHÃ, 24 de junho, 2012).

Assim sobre a presença dos camelôs na área central o chefe da Fiscalização de Postura, Leonardo Simões, comenta que todos os camelôs do Centro seriam cadastrados, e que sempre que possível há fiscalização direta no local, pedindo também para que não se instalem novas bancas.

Em outubro de 2012 houve na cidade de Campos dos Goytacazes, eleição para prefeito, e neste processo a prefeita Rosinha Garotinho foi reeleita. A notícia publicada em 07 de outubro de 2012, traz a partir de uma postura particular, que a reeleição da prefeita Rosinha tinha como principais propostas de governo, ações voltadas para projetos populares, como a obra do Camelódromo.

Entre as propostas de governo, a atual prefeita de Campos ressaltou manter os projetos que já desenvolve no município. Entre os novos projetos está a ampliação Programa Morar Feliz, que retira famílias de área de vulnerabilidade social e dá novas casas. Outras propostas são reformar o Mercado Municipal e o Shopping Popular Michel Haddad. A prefeita também prometeu revitalizar a orla da praia do Farol de São Thomé e urbanizar as comunidades da Baleeira e Oriente. Nas áreas de Saúde e Educação e demais, a prefeita garante dar continuidade aos projetos já desenvolvido (BLOG OPINIÃO PLÍTICA E ECONOMICA 07 de outubro de 2012).

Em 25 de novembro de 2012, o jornal Folha da Manhã, retratou a notícia sobre o “*Comércio espremido entre as obras e camelôs*”, que a partir das obras de revitalização do Centro Histórico, seguindo em passos lentos num período próximo ao natal, propício para vendas, o comércio vinha se “virando” entre as obras e entre a aumento dos vendedores ambulantes espalhados pelas ruas centrais, alegando ainda que “o novo camelódromo que estava previsto no pacote de obras de “R\$ 1 bilhão ainda não o saiu do papel”, devido ao pedido dos permissionários, para não atrapalhar o movimento de final de ano (FOLHA DA MANHÃ, 25 de novembro de 2012).



Figura 8. Comércio local espremido entre as obras. FONTE: Site Folha da Manhã, 25 de novembro de 2012.

Esta notícia publicada, demonstra que há um interesse por parte dos lojistas da área central para que as obras de revitalização do Centro histórico fossem concluídas, pois o atraso da mesma acaba interferindo nas vendas e acesso de clientes. Relatando ainda a forma como se estabelecia a relação entre ambulantes e poder público, onde são firmados acordos entre ambas as partes e negociações, para a

permanência e fixação no Centro da cidade. A mesma notícia ainda relatava o valor da obra do “Novo Camelódromo”, o que parece deste modo questionar o uso do dinheiro público para reforma do SPMH.

No ano de 2013, em 12 de janeiro, o Jornal Folha da Manhã, através de Murillo Dieguez, relata sobre o “estado de abandono” que o Centro da cidade se encontrava. Segundo ele a situação do Centro era de “*obras em ritmo lento, camelôs ocupando calçadas, limpeza falha e trânsito tumultuado*”(FOLHA DA MANHÃ, 12/01/2013).

Nesta notícia o empresário Murillo Dieguez fez uma crítica a estratégia que o presidente da CARJOPA, Eduardo Chacur, estava usando para com o poder público. Ele questiona o modo silencioso em que se desenvolvia o processo. Na reportagem, o Murillo, disse:

Conhecendo Eduardo como conheço, sobretudo, o seu coração, suas convicções e seu grande amor pelo Centro de Campos, só mesmo uma consideração paternal o faria silenciar diante do abandono que o Centro se encontra dizia a nota, referindo-se a; ocasião da diplomação da prefeita Rosinha Garotinho, que, de acordo com Murillo Dieguez fez uma deferência para lá de especial ao empresário Eduardo Chacur: Quero agradecer ao Eduardo, que tem sido um grande conselheiro e pai nos momentos difíceis (FOLHA DA MANHÃ, 12 de janeiro de 2013).

Quanto à CARJOPA, esta associação parecia fornecer bases de apoio ao poder público municipal, e mesmo com a demora das obras, havia consensos entre poder público e setores privados, como as associações e locais do Centro, em que se desenvolviam o comércio popular.

As solicitações para obras de revitalização do Centro a partir dos empresariados locais, mesmo que lento, pareciam estar sendo atendidas, o que permite entender também como que o poder público e o setor privado fazem suas concessões para poder ordenar prioridades e deste modo fazê-las funcionarem. A respeito da colocação do Murillo Dieguez, o presidente da CARJOPA, responde:

Todo mundo tem livre arbítrio para falar o que quiser, só não entendi direito o que levou Murillo a fazer tal comentário, já que a situação não procede. Sou a única voz que, em 16 anos, nunca se calou diante da situação do Centro. Sempre briguei pelo centro da cidade. Ele destacou que mudou a forma de agir, na tentativa de conquistar ações que favoreçam os comerciantes do Centro. Foi com diálogo que conseguimos, com o decorrer do tempo e paciência, as obras que estão beneficiando as ruas do centro da cidade. Por isso, tenho que agradecer e não bater; disse o presidente da CARJOPA (FOLHA DA MANHÃ, 12 de janeiro de 2013.)

O presidente da CARJOPA na reportagem admite que o Centro da cidade carece de melhorias, mas que aos poucos tem mudado, citando como exemplo, a saída dos trailers de lanches que se situavam na Avenida Alberto Torres, sendo transferidos para quiosques em baixo da ponte Rosinha, evidenciando assim a melhoria tanto nos serviços quanto para o consumidor; assim do mesmo modo ressalta que na situação dos ambulantes a promessa da prefeita é construir um novo camelódromo, e que deseja-se organizar o Centro.

Em 30 de setembro de 2013, o site G1.com do Norte Fluminense relatou sobre uma manifestação dos camelôs, evidenciando que tal atitude atrapalhou o trânsito e gerou transtornos, informando ainda que os manifestantes, reclamam da falta de estrutura de trabalho. Nesta ocasião o site ainda informa que alguns camelôs do terminal rodoviário do Centro, realizaram uma passeata, tendo em vista que o acordo firmado entre prefeitura, Ministério Público e camelôs, que previa que os camelôs seriam transferidos apenas quando o novo local estivesse pronto; a notícia diz que segundo a prefeitura o Mercado e Camelódromo seriam reformados e o projeto seria a reorganização de todos os camelôs num mesmo local, o que não agradou aos camelôs do Centro.

A manifestação bloqueou várias ruas, como as do Mercado Municipal e a XV de Novembro, pois, a construção do espaço provisório previa a inclusão dos mesmos junto ao SPMH, e nesta ocasião os camelôs centrais não queriam ir, alegando que havia um acordo realizado a três anos atrás, em que firmaram com a prefeitura de que sairiam do Centro somente quando as obras do espaço definitivo estivesse pronta.



Figura 9. Manifestação dos camelôs do centro. FONTE: Carlos Grevi, 30 de setembro de 2013.

A notícia relata que os manifestantes foram à casa da prefeita Rosinha Garotinho, para reivindicar o cumprimento do acordo firmado há três anos; nesta ocasião a prefeitura respondeu através do presidente da CODEMCA na época, Celso Gonçalves, que:

Havia um termo assinado em que os ambulantes se comprometiam em ir para o espaço provisório, esclarecendo ainda que a medida é necessária atendendo a decisão do Ministério Público, através de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), visando a organização dos espaços públicos para garantir a mobilidade urbana (G1, NORTE FLUMINENSE, 30 de setembro de 2013).

Percebe-se neste sentido, que os camelôs se mobilizavam e buscavam com o poder público respostas para suas demandas através dos protestos, evidenciando também que há uma resistência as mudanças, por parte dos camelôs do SPMH, e também os do Centro. Cabe aqui destacar que parte desta insatisfação vem do fato de que os pontos comerciais eram tidos pelos camelôs como patrimônio.

Em 2 de outubro de 2013 o blog local do jornalista, Ricardo André Vasconcelos, informa que: *“Governo Rosinha já pagou R\$ 350 mil pela reforma do camelódromo, que ainda não começou”*. A publicação faz uma crítica ao pagamento da obra do camelódromo que foi orçada em R\$ 9.985.938,34, e que duas empresas ganhadoras da licitação, já haviam recebido em 26 de setembro deste ano, a quantia de R\$ 179.780,03 reais referente à empresa Serven Serviços de Engenharia Ltda, e a empresa Gecoplan Engenharia Ltda que recebeu também uma quantia de R\$ 179.780,03 reais; valores estes referentes as primeiras parcelas da obra do SPMH.

A crítica vem a ser que, os pagamentos foram efetuados antes do início da obra do novo camelódromo começar a ser executada, tendo em vista também que os camelôs não haviam sido transferidos também para o local provisório no Parque Alberto Sampaio.

Ainda em 10 de outubro de 2013, o site da prefeitura de Campos publicou que as obras da nova estrutura do Shopping Popular seguiam em ritmo acelerado, fazendo referência a estrutura provisória construída no Parque Alberto Sampaio para instalação de 573 bancas, numa área de 2.660 metros quadrados. O secretário de Obras, Urbanismo e Infraestrutura da época, Edilson Peixoto, disse que os valores já pagos em relação a obra do Shopping Popular são referentes aos serviços da

estrutura provisória, como a construção do galpão, execução do piso em concreto e instalações provisórias.



Figura 10. Nova estrutura metálica do SPMH. Fonte: SECOM, 10, out.2013



Figura 11. Interior da nova estrutura metálica do SPMH. Fonte: SECOM, 10, out.2013

O secretário de obras ainda na mesma notícia, responde:

Tivemos que encontrar áreas próximas para abrigar os permissionários, de forma que ficassem perto da estrutura fixa e em local seguro. Estamos fazendo uma obra que vai garantir segurança e conforto a todos". O primeiro passo para realizarmos as intervenções no camelódromo é oferecer instalação adequada a quem trabalha ali. Em seguida, vamos construir um novo camelódromo -, informou o secretário, acrescentando que a previsão é de que as obras da estrutura montada no Parque Alberto Sampaio sejam concluídas em novembro (PMCG, 10 de outubro de 2013).

O secretário de obras evidencia na fala acima, sobre a previsão de conclusão das instalações provisórias montadas no Parque Alberto Sampaio, sendo esta em novembro, e após esse processo seria iniciado as obras no espaço do SPMH

Nesse momento, apresenta-se ao público o projeto de reforma do SPMH. Em 11/10/2013 no site Ururau, publica a notícia "*Novo Shopping Popular Michel Haddad terá Modernas Instalações*", chamando atenção para a reforma como uma proposta de benfeitoria e modernização para o local, em que o empreendimento se fixaria numa área de 3.150,88 metros quadrados, com corredores amplos, iluminações individuais, boa visualização; esta notícia também já indicava a transferência provisória dos permissionários para o Parque Alberto Sampaio que se distribuiriam em 573 bancas, numa área coberta de 2.660 metros quadrados, durante as obras, neste contexto o secretário de Obras, Urbanismo e Infraestrutura, Edilson Peixoto durante a entrevista, disponibilizada pelo site, informou que estavam :

Construindo um espaço amplo e próximo ao camelódromo para que todos tenham segurança, conforto e não tenham qualquer tipo de prejuízo. A nossa expectativa é de que em novembro os permissionários possam ser transferidos do shopping Michel Haddad para o espaço provisório", disse o secretário (SITE URURAU, 11/10/2013).



Figura 12. Parte do projeto do novo SPMH. FONTE: SITE Ururau/Arquivo, 11 de outubro de 2013.

A necessidade da reforma se fazia presente, pois o espaço desde que implantado não teve reparos, o que trouxe durante anos desgaste na estrutura, fiações elétricas, dentre outros.

Contudo, havia questionamento por parte dos camelôs, a fim de saber para onde iriam, após anos de experiências e relações construídas naquele espaço; como se alocariam, como reconstruir uma história, cultura, laços criados com os clientes e até mesmo aqueles que fazem desta via uma passagem, e que acabam sendo atraídos pelos produtos, que neste local, acabam chamando a atenção e então, adquirindo os produtos comercializados.

Em 01 de novembro de 2013 o Jornal Folha da Manhã publicou sobre os novos prazos estipulados em relação a transferência provisória dos camelôs e feirantes, tendo em vista a reforma dos antigos espaços. A notícia informava que os camelôs e

peixaria do Mercado Municipal seriam transferidos em dezembro e os feirantes em janeiro. Edilson Peixoto, secretário de obras, justifica sobre os novos prazos:

A transferência dos camelôs e a peixaria do Mercado Municipal estava prometida para novembro. Como em toda obra temos imprevistos e problemas, por isso muitas vezes não conseguimos entregar intervenções dentro do prazo. Inicialmente, pensamos em colocar os feirantes do Mercado num terreno ao lado da Usina do Queimado, na avenida 28 de Março. Porém, tivemos problemas com proprietários e trocamos o local para o estacionamento do Jardim do Allah. Não queremos prejudicar ninguém. As obras nos locais provisórios, Parque Alberto Sampaio e Jardim do Allah, estão avançadas e acreditamos que vamos cumprir os prazos estabelecidos (FOLHA DA MANHÃ, 01 de novembro de 2013).



Figura 13. Local provisório para os comerciantes do mercado municipal. FONTE: Site Folha Da Manhã, 01 de novembro de 2013.

A notícia ainda retrata sobre as parcelas já pagas sobre a referida obra do Camelódromo e sobre as intervenções iniciadas no estacionamento do Jardim de Allah, local vizinho ao Parque Alberto Sampaio. O mesmo estava sendo preparado para receber os permissionários do Mercado Municipal em janeiro. Este movimento de obras e reforma, segundo a notícia, gerou também por parte dos feirantes temores com relação a diminuição de fregueses, e com relação a tradição popular do Mercado Municipal e seus consumidores, contudo entende-se também que o local carecia de melhorias.



Figura 14. Mercado Municipal e Jardim De Allah. FONTE: Google Maps/ Outubro 2017.

Em janeiro de 2014, o site ASP Justiça divulgou a notícia que por meio de um sorteio seria definido os locais onde os ambulantes iriam atuar na cidade. Isto foi proposto através de um encontro entre a Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos - CODEMCA, e os permissionários do SPMH através de um sorteio dos boxes provisórios, marcado para 20 de janeiro, em que seriam transferidos os 365 permissionários até os dias 3,4 e 5 de fevereiro do referido ano. Na mesma notícia temos ainda a fala do secretário de Desenvolvimento Econômico, Wainer Teixeira, em que diz:

Os permissionários serão transferidos para um espaço com total infraestrutura. Trata-se de um espaço superior ao atual, porque é mais arejado, maior e novo, disse. [...]temos a possibilidade de fazermos uma transferência ordeira, respeitosa e em diálogo com os próprios permissionários (SITE ASP Justiça, Janeiro de 2017).

A notícia ainda destaca que a construção do novo espaço provisório foi edificada junto a Associação dos Permissionários do Shopping Popular - AVASP, para deste modo atender as necessidades dos mesmos de acordo com as experiências dos camelôs; neste sentido, a notícia relata que segundo o presidente da AVASP, Frederico Henrique, banheiros de alvenaria, tapagem para proteção do sol e chuva foram solicitadas e a prefeitura esteve de acordo.

Em 3 de fevereiro de 2014, o Jornal Folha da Manhã divulga a notícia que a partir daquela semana seria iniciada a transferência dos camelôs para o local provisório. A notícia relata que as obras para o Novo Camelódromo ainda não tinha sido iniciadas, mas que segundo o presidente da AVASP, os permissionários estavam

empolgados com a mudança e que solicitações feitas ao poder público foram atendidas, evidenciando ainda que o Novo Shopping Popular Michel Haddad teria modernas instalações, um espaço com novas lojas com identificações e letreiros padronizados e corredores mais amplos para melhor circulação dos consumidores, um espaço com sistema de comunicação, visual e sistema de rede elétrica individual.



Figura 15. Novo local provisório do SPMH. FONTE: SITE FOLHA DA MANHÃ, 03 de fevereiro de 2014.

Em 3 de março de 2014, o site da prefeitura divulgou que a AVASP, entrou com uma solicitação¹⁴ de mais 30 dias para a transferência dos permissionários do Shopping Popular Michel Haddad, justificando que precisava destes dias para a confecção das portas e definição de modelo das mesmas. A notícia relata que o secretário de Desenvolvimento Econômico, Wainer Teixeira, disse que a transferência dos permissionários será feita gradualmente, a medida os mesmos forem confeccionando suas portas.

Um site de São João da Barra, divulgou que a partir do dia 10 de março iniciavam-se a transferência dos 390 permissionários do Shopping Popular Michel Haddad para o espaço provisório construído no Parque Alberto Sampaio, onde segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico, Wainer Teixeira, "a mudança seria feita a partir do número dos boxes sorteados, relatando ainda que após a saída dos camelôs o antigo camelódromo seria imediatamente entregue a Secretaria de Obras, Urbanismo e Infraestrutura para o início das obras que faz parte das obras do Centro Histórico."

¹⁴. Ofício que a AVASP enviou a Prefeitura, disponibilizado pelo próprio site da Prefeitura de Campos.

Em 13 de março de 2014 o site G1.com do Norte Fluminense traz a notícia que o Camelódromo teria começado a funcionar no novo endereço, no Parque Alberto Sampaio, onde a partir deste mesmo dia o espaço estava aberto aos consumidores e que os camelôs ainda terminavam de fazer seus últimos ajustes, trazendo ainda a informação de que as obras do Shopping Popular Michel Haddad deveriam ficar prontas somente em 2016.

Em 20 de março de 2014, no site da Câmara Dirigente Lojistas- CDL, têm-se a notícia que a Prefeita Rosinha assinou junto a CDL um termo de cooperação sobre aos principais problemas do município; além da CDL estiveram presentes os presidentes da Associação Comercial e Industrial de Campos- ACIC, o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Campos- SCVC, o presidente da CARJOPA- Associação dos Amigos da Rua João Pessoa e Adjacências. –Entre as pautas apresentadas a prefeita e que tem relação com este estudo, evidenciamos a Pauta 1, que tratava das Obras do Centro Histórico. Segundo a notícia relata a prefeita dizia que:

As obras eram uma reivindicação do comércio e que está mudando a fisionomia da área central de Campos. Admitiu os transtornos, e lembrou – “esse é uma obra grande que não se faz de um dia para o outro. Tem que ser feita em etapas e deverá ser concluídas em dois anos”- (SITE CDL CAMPOS, 20 de março de 2014)

Outra pauta que se destaca na notícia e que tem relação com o estudo deste trabalho, foi a pauta 5, sobre os camelôs do Centro, aonde a prefeita Rosinha garantiu que até 13 de maio daquele ano não haveria mais camelôs no Centro da cidade. Sobre este assunto, a prefeita disse:

Na próxima segunda-feira mil permissionários estarão sendo deslocados para a nova área próxima ao Parque Alberto Sampaio e depois outros 600 estarão seguindo o mesmo caminho – “estamos nos esforçando para que todos sejam legalizados, dentro da formalidade e vamos conseguir”- disse (SITE CDL CAMPOS, 20 de março de 2014).

Em 25 de março de 2014, o site da prefeitura de Campos dos Goytacazes informava que os camelôs do Centro aprovaram a mudança para o espaço provisório do Shopping Popular, trazendo ainda relatos de que os camelôs do Centro estavam satisfeitos com a mudança, pois estariam se livrando da instabilidade do sol e chuva,

tendo assim mais conforto, e que mesmo com a insegurança que geraria devido à mudança, eles acreditavam que as coisas se acertariam.



Figura 16. Instalações camelôs centro da cidade. FONTE: Site da Prefeitura de Campos, 25 de março de 2014.

Em 10 de maio de 2014, o site da prefeitura de Campos divulgou que com o intuito de tornar o novo local do SPMH mais confortável para permissionários e consumidores aos poucos a prefeitura tem realizado melhorias. Para isto, o espaço contaria com a instalação de toldos, para proteção de sol e chuva, possibilitando assim maior comodidade, além disso a Secretaria de Obras iniciou também o plantio de jardins internos, “para humanizar mais o local”. Na próxima página pode-se visualizar fotos da notícia:



Figura 17. Toldos instalados no espaço provisório do SPMH. FONTE: Site da Prefeitura de Campos, 10 de maio de 2014.

As ações realizadas no espaço provisório do Shopping Popular Michel Haddad estavam sendo realizadas junto da AVASP com permanente diálogo com o poder público.

Em 13 de maio de 2014, o site G1.com do Norte Fluminense, relatava que chegara ao fim neste dia o prazo para a transferência para o novo local provisório dos camelôs espalhados pela cidade. Divulgando ainda que “o espaço já estava ocupado por 390 permissionários e que faltava ainda 126 camelôs serem transferidos”. A representante dos camelos do Centro disse através da notícia: *“o novo local não possui estrutura adequada para receber todos os comerciantes”*. A notícia ainda lembra que a transferência dos camelôs que trabalham na área Central veio através da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre prefeitura e Ministério Público em 2007, numa ação movida pelo CDL, que justificava que os camelôs atrapalhavam o movimento do comércio formal.

Em 28 de maio de 2014, o jornal Folha da Manhã, relatou que havia bancas vazias no espaço provisório do Camelódromo, o que gerava tumulto, pois os ambulantes que ainda não tinham sido beneficiados tentaram ocupar as bancas vazias no local provisório.



Figura 18. Tumulto dos ambulantes quanto as bancas vazias. FONTE: Valmir Oliveira, 28 de maio de 2014.

A notícia informa ainda que segundo o presidente da AVASP, Frederico dos Santos, alguns vendedores fizeram inscrições, mas ainda não teriam sido atendidos; e que foi marcada uma reunião entre a CODEMCA e a Postura, a fim de saber o que seria feito com as bancas que não estavam sendo usadas. A notícia ainda traz a fala de uma permissionária, cadeirante que reclama da dificuldade de acesso ao local, e que o projeto do mesmo não atende a pessoas com deficiência física.

Em 10 de julho de 2014, o blog local, Blog do Ralph Braz, discorre que a *“Paciência dos camelôs estava se esgotando”*, e que os camelôs chamam o novo espaço de *“gaiola”*, e que a apreensão dos mesmos é que voltem o mais rápido possível para o Novo Shopping Popular, aonde se mobilizaram através de uma página no Facebook, que dizia:

Depois que a senhora (Rosinha) apressou nossa saída de um local que já estávamos situados e nossos clientes habituados, prometendo que depois que saíssemos teria a obra a ser começada, mas até agora nada. Prefeita Rosinha, uma verdadeira covardia da parte da senhora se essa obra não começar logo. Então, por favor, não perca a admiração que temos pela senhora. Por favor, cumpra com sua palavra”, postou um camelô no perfil *“Exigimos o Novo Camelô”* (BLOG DO BASTOS, 10 de Julho de 2014.).



Figura 19. Página no Facebook exigindo o novo camelódromo. FONTE: Blog do Bastos, 10 de julho de 2014.

A notícia ainda divulgou que “aliados” do governo informaram que as obras do Shopping Popular teriam começado na última segunda-feira dia 07, e que também foi postado por um deles, dizendo: “*Primeiro quero agradecer a Deus depois a Prefeita Rosinha Garotinho, cumprindo o que prometeu*”; o que não procede segundo um permissionária, que teria ido até a CODEMCA, e foi informada do seguinte contexto:

A situação é delicada, porque a obra pode começar e ser embargada devida a ação que o Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal (Coppam), abriu contra a prefeitura para impedir que o camelódromo e a feira retorne. Lamento, mas isso me parece carta marcada. (BLOG DO BASTOS, 10 de Julho de 2014.)



Figura 20. Obras paradas e estacionamento irregular. FONTE: Blog do Bastos, 10 de julho de 2014.

Através das notícias percebe-se que após a transferência dos camelôs para o local provisório do SPMH, parece que o diálogo entre o poder público e os permissionários não se estabelecia mais de modo pacífico, em que percebe-se que quando os camelôs se instalaram no local, e com surgimento das demandas e adaptações, evidencia-se maior dificuldade para o desenvolvimento do trabalho dos mesmos.

Em 27 de agosto de 2014, o site Show Francisco da Cidade, publicizou que os camelôs estavam preocupados em relação a volta para o espaço do Novo Shopping Popular, e que até o referido momento o espaço estava em fase de terraplanagem.

Segundo a notícia após seis meses, já no local provisório, os permissionários informavam que só sabiam a respeito do local das obras que havia feito terraplanagem, comentando ainda que o movimento caiu bastante, desde a saída provisória. Na notícia temos ainda a informação que o presidente da AVASP, Frederico dos Santos, afirmando que o processo das obras estava sendo acompanhado junto deles e da AVASP: *“A CODEMCA tem mostrado como vai ficar o novo shopping popular aos ambulantes. Surgem muitos boatos, mas os que nos passam de oficial é que está tudo caminhando bem. A gente tenta acalmar o pessoal”*.



Figura 21. Obras da reforma do SPMH. FOTO: Site Show Francisco da Cidade, 27 de agosto de 2014.

Além da preocupação dos camelôs, a notícia ainda informou sobre a apreensão dos feirantes, que também a prefeitura já teria preparado um espaço provisório para

receber os mesmos, em que o presidente da CODEMCA, Wainer Teixeira, afirmou que as necessidades dos ambulantes têm procurado ser ouvidas em modificar o projeto do Mercado Municipal. Sobre prazos, na ocasião o secretário não estipulou uma data, alegando que:

Não depende só de nós, está tendo uma grande obra de dragagem e rede de esgoto. São mais de três mil pessoas trabalhando ali. Tudo é grande, até o espaço provisório, disse (ARNALDO NETO, 27 de agosto de 2014).

Em 20 de setembro de 2014, o Jornal Online Terceira Via, trouxe a notícia que a obra do Novo Camelódromo estava paralisada funcionando como estacionamento irregular. O local que foi esvaziado para início das obras há seis meses e com promessa de retorno em um ano e oito meses, se encontrava abandonado virando então espaço para estacionamento, em que nesta situação um jovem abria o local para entrada e saída dos carros.

A reportagem frisa as dificuldades que os camelôs estavam vivenciando no espaço provisório, evidenciando que *“na ocasião, eles reclamaram que espaço era estreito e de difícil acesso para os clientes que estariam acostumados com a antiga locação do camelódromo, e que as vendas diminuíram consideravelmente desde a transferência”* e, por isso, a ansiedade para retornar ao antigo Shopping Popular era grande.



Figura 22. Obras paradas e estacionamento irregular no local. FONTE: Silvana Rust, 20 de setembro de 2014.

A notícia ainda revela que a CODEMCA, não estava cumprindo os acordos firmados, e o presidente da AVASP- Frederico dos Santos, ratifica a preocupação dos

camelôs com o atraso das obras, visto que nesta reportagem nem início ainda havia tido; o presidente comenta que neste sentido dez vendedores tomaram a iniciativa e criaram uma comissão independente reconhecida pela prefeitura para acompanhamento do caso, e que em reunião com o presidente da CODEMCA-Wainer Teixeira, o arquiteto das obras- Cláudio Valadares e representantes do camelôs, o presidente da CODEMCA afirmou que um ano e dois meses seriam suficientes para entregar as obras. Porém o presidente da AVASP, alegava que:

Eles disseram que iriam concluir a obra em um ano e oito meses. Na época achamos que o prazo era curto, mas ainda assim ficamos esperançosos em ter de volta o nosso Shopping Popular. Agora já se passaram seis meses e nada foi feito. Não acreditamos que vamos receber nosso camelódromo em 2015, ainda mais sabendo que estão utilizando o espaço para estacionar carro de 'não sei quem'. Estamos preocupados (JORNAL 3ª VIA, 20 de setembro de 2014).

Tendo em vista este cenário em treze de outubro de 2010, os camelôs decidem sair as ruas e se manifestar em função do atraso das obras e descaso público para com tal situação; esta notícia divulgada pelo Jornal 3ª Via, disserta que “*Camelôs fazem manifestação e cobram resposta da prefeitura*”, que já sendo desocupado há sete meses e não dando início das obras, eles reivindicavam por respostas.



Figura 23. Manifestação dos camelôs na Beira-Valão. FONTE: JTV, 13 de outubro de 2014.

Os manifestantes seguiram da Beira Valão até a Prefeitura da cidade, para reivindicar o início das obras. Segundo o presidente da AVASP, Frederico dos Santos,

a manifestação em forma de protesto foi decidida após Assembleia pelos sete meses de atraso em que neste dia o Camelódromo estaria fechado em ocasião a manifestação.

Como resposta divulgada, os permissionários foram recebidos no auditório da prefeitura pelo secretário de obras, Edilson Peixoto e presidente da CODEMCA, Wainer Teixeira, em que ele apresenta as obras e seu devido tempo necessário. O mesmo afirma que se trata de um projeto amplo, que prevê também a recuperação do Mercado Municipal e feira, contando tais projetos numa só licitação, e o presidente de obras informou que o tempo das obras está ocorrendo, e que alterações solicitadas pelos permissionários são levadas em consideração, portanto havendo alterações no projeto e isso demanda tempo, mas que as primeiras iniciativas de obras já aconteciam, como a drenagem no entorno.

O Blog de Ricardo André Vasconcelos, em 13 de janeiro de 2015, trouxe a notícia, *“SOMOS TODOS PELO MERCADO MUNICIPAL”*, vem discorrendo sobre os obstáculos que se travam em torno da obra do Mercado Municipal, que o governo municipal executava a reforma do prédio quase centenário, mantendo as estruturas como a Feira e o Shopping Popular Michel Haddad anexadas. Ressalta-se aqui então, que se antes o governo municipal teve que gastar com o ordenamento do Centro, em concomitância a isto, vem a questão do patrimônio.

A foto abaixo o projeto da prefeitura para Mercado Municipal e adjacências, mantendo assim Camelódromo e Feira anexado ao mesmo, após a reforma:



Figura 24. Projeto da reforma do mercado municipal e entorno. FONTE: Blog Ricardo André Vasconcelos, 13 de janeiro de 2015.



Figura 25. Mercado Municipal e entorno em janeiro de 2015. FONTE: Blog Ricardo André Vasconcelos, 13 de janeiro de 2015.

A foto acima, retrata como estava a obra e o entorno do Mercado Municipal no período em que a notícia foi divulgada. A notícia retrata que o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município – COPPAM, permissionários da Feira e do Camelódromo aprovaram o projeto proposto pelo governo municipal, mas a questão parece seguir em impasse pela justiça; aonde o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, pediu a paralisação das obras através de um ofício, tombamento do prédio histórico do Mercado Municipal.

Segundo a notícia a área do camelódromo que no período da notícia estava em reforma, é defendida por alguns para que mantenha em livre destaque a arquitetura do Mercado Municipal, da década de 20; revelando ainda que no projeto de 2008, proposto por urbanistas e arquitetos o Mercado deveria manter-se em absoluto, sem Feira e Camelódromo, tendo em vista que tais obras poderiam causar “empachamento”(fechamento da visão, emparedamento), do prédio do Mercado Municipal; como exemplo o site também disponibilizou a foto do projeto, como é possível visualizar:



Figura 26. Maquete da reforma do Mercado Municipal e adjacências. FONTE: Blog Ricardo André Vasconcelos, 13 de janeiro de /2015.

Em meio ao contexto de diversas dificuldades enfrentadas pelos camelôs, após a transferência, atraso de obras, declínio nas vendas em 27 de março de 2015, o Blog, Pense Diferente, de Ralph Braz noticia: “*Camelôs se revoltam com fiscalização e fecham trânsito no Centro*”.

A notícia vem informar sobre a revolta dos camelôs mediante ação da Subsecretaria de Posturas e da Guarda Municipal, que recolheram mercadorias ao realizarem uma fiscalização no SPMH, no local provisório em que se encontram; nesta ocasião os camelôs bloquearam a Avenida José Alves de Azevedo e descida da ponte Leonel Brizola, colocando fogo em caixote com intuito de interditar tais passagens.



Figura 27. Manifestação dos camelôs ateando fogo. FONTE: TERCEIRA VIA, 27 março de 2015.

Na reportagem um camelô, dizia:

A Prefeitura de Campos prega uma crise econômica e tira o nosso ganha-pão. Colocaram as mercadorias em sacos de lixo. O sentimento que eu tenho é que eles entendem que o nosso dinheiro é lixo. Tem gente pensando em fechar a banca. Não está dando para continuar trabalhando com toda essa repressão (BLOG PENSE DIFERENTE, 27/03/2015).

A reportagem informa que outra fiscalização já havia ocorrido no início do mesmo mês, e por isso a revolta dos camelôs, porém a fiscalização alegou que estava havendo no local, exposição de mercadorias em jardins e corredores, o que segundo normas se faz proibido; e que para a retirada das mercadorias apreendidas que haviam sido enviadas para a Postura, os permissionários deveriam ter nota fiscal das mercadorias e documento de licenciamento de uso do espaço.

Novamente em maio de 2015 os camelôs voltam a se manifestar em função das obras atrasadas. O G1.com do Norte Fluminense, traz a reportagem comentando que em 11 de maio de 2015, cerca de 50 camelôs bloquearam o acesso da Avenida Jose Alves de Azevedo, sentido Avenida XV de Novembro, no Centro. Eles manifestaram com apitos e megafones durante 30 minutos; a manifestação contou com o apoio da Guarda Municipal que auxiliou o trânsito. A notícia informava ainda, que segundo o vice-presidente da AVASP, Édson Pedrosa, a ocorrência da manifestação era em prol de melhorias para os funcionários e para a população, em que alegam também o atraso das obras atrasadas em mais de um ano, a instalação de semáforo frente ao local provisório, já que o mesmo se situa em sentido a subida de uma das pontes da cidade, e a divulgação em rádio e TV do local transferido em que se encontram o “novo” SPMH, já que isso foi prometido aos permissionários pela CODEMCA, além da identificação das lojas nos corredores.

O vice-presidente da AVASP nesta ocasião afirmava que:

Se as nossas reivindicações não forem atendidas, vamos realizar essa manifestação todos os dias. As obras do Novo Camelódromo deveriam ter sido iniciadas desde o dia 13 de março de 2014 (G1, NORTE FLUMINENSE, 11 de maio de 2015).

Ainda segundo esta reportagem a assessoria de Comunicação da prefeitura, disse que o presidente da CODEMCA, Wainer Teixeira, nesta ocasião se reuniria na próxima segunda-feira com o promotor público, Marcelo Lessa, para tratar do assunto, no Ministério Público. Mediante a este encaminhamento, o Ministério Público negou o pedido de

arquivamento do processo das obras referente ao prédio e entorno do Mercado Municipal que se encontravam paradas, e o afastamento do promotor Marcelo Lessa que era suspeito de arquivar o processo, o que é então uma resposta positiva para a sociedade civil.

Ainda nessa reportagem o presidente da AVASP, Frederico dos Santos, comenta que, o espaço das obras que se encontra abandonado, virou criadouro do mosquito *Aedes aegypti* (transmissor do vírus causador da dengue), afirmando que:

Fez um ano e oito meses que a gente saiu daqui e foi para aquele espaço provisório. O prazo para entrega da obra já passou e até agora nada. A desculpa de sempre é que estão esperando a liberação dos recursos dos royalties para dar continuidade a obra. Estamos cansados, porque desde que mudamos de lugar, as vendas caíram drasticamente (INTER TV, 11 de maio de 2015).



Figura 28. Obras paradas e espaço abandonado. FONTE: Abreu, 11 maio de 2015.

Em 14 de maio de 2015, no Jornal Folha da Manhã, na coluna Opiniões, encontra-se uma fala do promotor Marcelo Lessa, que tem como título, “*Mercado Municipal de Campos para quem e por quê?*”, em que o promotor discorre sobre o assunto da seguinte maneira:

Compreendo este nobre espaço não somente como um espaço de reflexão e de manifestação da opinião crítica mas, também, um espaço para dar satisfações aos leitores de nossas atividades na vida pública. Principalmente para esclarecer o que nem sempre é informado de maneira exata. Refiro-me ao Mercado Municipal, tema deste breve relato. Tem gerado bastante

discussão um projeto de revitalização do entorno do Mercado Municipal, com demanda no Ministério Público no sentido de impedir o prosseguimento das respectivas obras em andamento no Município. O argumento é que o projeto em execução “empacharia” o prédio do mercado, dificultando sua visualização, porque ficaria emparedado pelos boxes que serão construídos para abrigarem os ambulantes que exercem o comércio em seu entorno. Mas o que o demandante não leva em conta é que, atualmente, o prédio do Mercado se encontra nas mesmíssimas condições: “empachado”, emparedado pelos referidos ambulantes, que exercem seu comércio de forma improvisada, impedindo ainda mais a visualização do prédio do Mercado. Com o projeto que se pretende para o local, ainda que se mantenha a situação, ao menos minimiza-se o impacto da visualização, porque diminui o gabarito construído ao redor e padroniza os boxes, criando uma espécie de shopping popular ao ar livre. É a solução ideal? É a solução correta na perspectiva da preservação do patrimônio histórico-arquitetônico? Não. Reconhece-se que não. A solução correta, como parece quererem os demandantes, é banir dos arredores do mercado todos os comerciantes que há décadas exercem o comércio informal na localidade, com isto tirando o sustento de inúmeras famílias mantidas por gerações através deste comércio. E a pergunta que se impõe é a seguinte: para onde levar esses comerciantes? Espalhá-los pelo centro da cidade? Mas aí teria que combinar com a ACIC e a CDL, que, outrora, demandaram no Ministério Público justamente o contrário, ou seja, a retirada dos camelôs do centro da cidade. Ou levá-los para um local isolado, onde os fregueses, evidentemente, não teriam como ir fazer suas compras? Uma sugestão seria muito bem-vinda. Ora, o bom senso reclama uma visão macro do problema, que não permite o encontro da solução ideal, mas apenas da solução possível, já que não se pode deixar de considerar, ao lado do aspecto histórico-arquitetônico, o aspecto social da questão, uma situação que nesta perspectiva está consolidada há décadas, com a mesma riqueza histórica da construção que se pretende deixar em evidência, para deleite contemplativo dos que poderiam observá-la à distância. Cabe ao Ministério Público ponderar os valores em jogo; e não deixar que o exagero de um interesse venha a aniquilar o outro, já que ambos são para lá de legítimos (FOLHA DA MANHÃ, 14 de maio de 2015)

Abaixo encontramos fotos referentes a mesma notícia que mostra a maquete do projeto do Mercado Municipal, e junto a ele anexas as estruturas da Feira e Camelódromo:



Figura 29. Mercado Municipal visto de cima. FONTE: Mauro de Souza/Vagner Basilio, 14 de maio de 2015

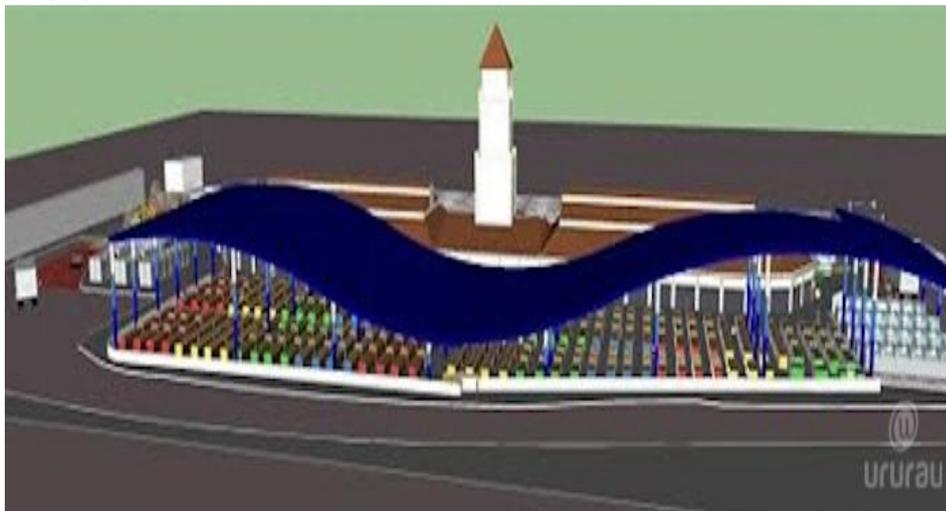


Figura 30. Projeto feira e mercado municipal. FONTE: URURAU, 14 maio de 2015.

A fala do promotor parece evidenciar ambas justificativas, e lados dos atores envolvidos, como a presença dos ambulantes na área central, a questão das obras do Novo Camelódromo e a visibilidade do Mercado Municipal e seu projeto de reforma; evidenciando também através de sua fala os interesses que estão por trás dos atores envolvidos no assunto.

Em 4 de setembro de 2015 o site da prefeitura de Campos, divulgou a notícia de que cerca de 516 permissionários do SPMH passaram por um processo de capacitação, desenvolvido pelo poder público municipal, através da CODEMCA, com aulas teóricas ministrada pelo presidente da CODEMCA, Wainer Teixeira e consultores do Sebrae, havendo também outra equipe de consultores realizando o diagnóstico de desempenho dos permissionários de modo personalizado, no espaço provisório.

Segundo o assessor de Desenvolvimento de Comércio e Serviços da CODEMCA, Fellipe Augusto Almeida da Conceição, este tipo de trabalho propôs:

Ser uma atividade complementar às aulas teóricas, com duração de quatro meses e é condição imprescindível para cada permissionário legalizado (com CNPJ) atuar no Novo Shopping Popular Michel Haddad”, acrescentando ainda que durante o processo “possibilita permissionários, tirarem dúvidas, verificar níveis de dificuldades e permitindo que o conhecimento seja colocado em prática (PMCG, 4 de setembro 2015).



Figura 31. Ações entre a CODEMCA no SPMH. FONTE: Rodolfo Lins (PMCG), 4 de setembro de 2015.

A notícia relata ainda que os permissionários demonstraram receptividade aos consultores que visitaram os boxes, e mesmo entusiasmo nas aulas dos cursos.

Em 18 de novembro de 2015, os funcionários do Mercado resolvem também se manifestar em função do atraso das obras do camelô. Segundo o site, G1 Norte Fluminense, os funcionários resolveram tirar os tapumes colocados em função das obras, que atrapalhavam a visibilidade, o que gerou grande tumulto no local, sendo então acionada a Guarda Municipal para conter os comerciantes.

Foram chamados os representantes da CODEMCA, a fim de uma resposta para os problemas apontados. Os comerciantes do Mercado pediram para que fosse aberta uma passagem nos tapumes que ficavam na margem da Rua Barão do Amazonas, facilitando assim o acesso dos clientes ao mercado. A notícia ainda informava que a obra, a qual a princípio custava R\$ 14,4 milhões, já estava mais cara ultrapassando a marca dos R\$ 24 milhões.

Os movimentos dos camelôs na cidade revelam que até houve representatividade por parte deste segmento social, porém percebe-se pouca visibilidade para tais manifestações. As respostas do poder público acabam sendo sempre pontuais, na tentativa de contornar os conflitos e postergando as soluções, tendo em vista a função social e demandas que este segmento atende.

Em 2015 ainda, no dia 28 de dezembro as Polícias Civil e Militar realizaram uma operação no Camelódromo provisório situado no, Parque Alberto Sampaio, a fim de combater o roubo e furto de celulares, a ação foi conduzida pela delegada Natália Patrão, da 134ª Delegacia Legal, e resultou na apreensão de diversos celulares;

segundo a delegada “*se não tiver quem compra, não terá quem vende*”. Esta notícia revela que mesmo em situações adversas para os camelôs desenvolverem suas atividades após a transferência, as fiscalizações no SPMH quanto a questão da ilegalidade continuaram sendo realizadas no local.

Em 12 de janeiro de 2016 o site G1.com do Norte Fluminense divulgou a notícia de duas grandes obras que se encontravam paradas em Campos, como a do Camelódromo e a do Palácio da Cultura. Segundo a notícia tais obras eram de grande importância para a cidade e, no caso a do Novo Camelódromo era para ter sido entregue em novembro de 2015.

A notícia conta que a obra do Camelódromo, foi iniciada em março de 2014, e que 390 permissionários foram transferidos para o local provisório, no Parque Alberto Sampaio, onde o investimento da obra, segundo a prefeitura foi de R\$ 9.985.938,34 reais, e que o prazo para execução da obra era de um ano e oito meses, tendo vencido então em novembro de 2015. Revelando ainda que no período da reportagem o local se encontrava abandonado com tapumes e uma base de concreto, não havendo nenhum funcionário no local, o que também fez gerar revolta por parte dos feirantes do Mercado Municipal que revoltados derrubaram tapumes, que prejudica a circulação dos clientes levando a queda em 60% das vendas.

Ainda no mês de janeiro, com a construção do Novo Camelódromo parada, o Site Ururau, informou que os camelôs novamente saem as ruas questionando sobre o dinheiro das obras, se manifestando em frente ao camelódromo provisório, na Rua Barão de Amazonas. Os camelôs nesta ocasião, queriam saber para onde foi o dinheiro da obra; um camelô que deu entrevista dizia:

Só queremos que a obra seja concluída. Nunca atrapalhamos ninguém enquanto trabalhávamos no Mercado antes da reforma. Nos colocaram neste local e só perdemos dinheiro, porque nossas vendas caíram consideravelmente e a obra mesmo não está sendo feita. Onde está esse dinheiro? (SITE URURAU`, 28 de janeiro de 2016).



Figura 32. Protesto dos camelôs, questionando o dinheiro da obra. FONTE: Abreu, 28 de janeiro de 2015.



Figura 33. Protesto dos camelôs e presença da polícia. FONTE: Abeu, 28 de janeiro de 2015.

Nesta manifestação a notícia diz que segundo o presidente da AVASP, Frederico dos Santos, comenta que a maior dificuldade dos camelôs no momento era conseguir dialogar com o governo municipal a respeito do problema enfrentado, afirmando que: *“Não temos nenhuma posição dos representantes do governo. Estamos aqui e não sabemos como vamos ficar, porque não temos nenhum contato e nenhuma resposta”*, disse o representante.

A notícia disponibilizada no site entrou em contato com o departamento de comunicação da prefeitura, que em resposta o presidente da CODEMCA, Wainer Teixeira, alegando que se reuniria com a comissão representante dos permissionários.

O presidente da CODEMCA, após essa notícia e ato dos camelôs se pronunciou dizendo que se reuniria com uma comissão de representante dos permissionários.

Em resposta a tais movimentos em 04 de fevereiro de 2016, o Site Campos 24 Horas informou que aconteceu uma reunião com Secretário do Governo, Anthony Garotinho, o presidente da CODEMCA, Wainer Teixeira, o secretário de Obras, infraestrutura e Mobilidade Urbana, Edilson Peixoto; técnicos da Superintendência de Iluminação Pública; da empresa executora do projeto; e Paulo Renato Gomes Pedra, microempreendedor que solicitou reunião com a representação dos permissionários do Shopping Popular. A discussão foi em tono do fornecimento de luz elétrica, da empresa Ampla, justificando haver uma parcela de culpa, na questão do atraso das obras do Novo Camelódromo, já que foi solicitado a empresa que reposicionasse os postes para retirar a rede elétrica sobre o canteiro de obras, facilitando para que o bate-estaca pudesse cravar as últimas estacas.

Na reunião realizou-se uma alteração no projeto inicial para desviar da rede e, assim dar continuidade a obras. Segundo o secretário de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Edilson Peixoto, acrescentou: *“a prefeita Rosinha recomendou solução para o impasse, reestudamos o projeto arquitetônico, e fizemos alterações, de forma que os pontos de cravação da última sessão de estacas serão reposicionados em linha paralela à rede elétrica”*.



Figura 34. Reunião do governo com permissionários a respeito da questão da AMPLA.
FONTE: Supcom, 04 de fevereiro de 2016.

Segundo, Wainer Teixeira, presidente da CODEMCA, entregar a obra é um compromisso da administração municipal, informando que:

Agora, caminhamos para entregar aos permissionários do Espaço Provisório do Shopping Michel Haddad, um prédio de dois pavimentos onde vai funcionar um belo Shopping Popular, conforme prometeu a Prefeita Rosinha Garotinho, confirmado pelo secretário de Governo, Anthony Garotinho, que ela vai entregar as obras dentro do seu governo (CAMPOS 24 HORAS, 04 de fevereiro de 2016).

E acrescenta que, a CODEMCA tem trabalhado a favor dos permissionários municipais, seja os do box do Mercado ou os do Camelô situado no Parque Alberto Sampaio, assim como outros espaços da cidade, afirmando que:

Implementamos curso de qualificação para aprenderem a fazer gestão do seus negócios e atuem com postura de empresário; inscrevemos os empreendedores individuais no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) para que tenham direitos previdenciários; implementamos o Programa de Microcrédito, que tem possibilitado microempreendedor evoluir para microempresário. (CAMPOS 24 HORAS, 04 de fevereiro de 2016)

Ainda segundo o presidente, a CODEMCA tem uma relação aberta e democrática para com os permissionários, afirmando que a gestão da prefeita Rosinha é que mais tem dado atenção a este setor da cidade, lembrando que essa tem sido a postura do governo municipal, mesmo antes de iniciarem as obras do SPMH, contribuindo deste modo para atender aos empreendedores individuais.

Em 23 de fevereiro de 2016 o Site Ururau trouxe como notícia uma apreensão de 15 mil mídias, como: CD's, DVD'S piratas, e celulares no SPMH, pela polícia militar. O material arrecadado e alguns permissionários foram levados para a 134ª Delegacia de Campos, outros permissionários conseguiram fugir ao verem a viatura da polícia chegar.

Passados dois anos desde a saída dos permissionários do antigo endereço do SPMH, o site Noticia Urbana, vem informando quem em protesto os Camelôs se manifestam com um bolo rosa em que nele escrevem: "Dois anos de Mentira", em comemoração há dois anos de obras atrasadas. Nesta ocasião 14 de março de 2016, na Avenida Coronel Cardoso; revoltados os camelôs retiraram os tapumes e

caminharam por ruas como José Alves de Azevedo (Beira Valão) e Barão de Amazonas.



Figura 35. Bolo rosa em menção aos 2 anos de obras atrasadas. FONTE: Jhonattan Reis, 14 de março de 2016.



Figura 36. Camelôs na rua, dois anos de obras atrasadas. FONTE: Site g1.com Norte Fluminense, 14 de março de 2016.

Segundo a notícia do site o presidente da AVASP, Frederico dos Santos, ao questionar sobre o atraso das obras e suas postergações, alega que:

Não sabemos mais o que fazer. Tem vários camelôs passando por necessidades. Será que a prefeita não se solidariza conosco? (NOTICIA URBANA, 14 março de 2016).

Durante o protesto houve indicio de confusão com a Guarda Civil que acompanhava a manifestação, mas foi contida por policiais militares.

Em 05 de junho de 2016 o jornal Folha da Manhã divulgou a notícia de que as obras do Camelódromo estavam sendo retomadas, informando que após anos de espera, os mais de quinhentos permissionários estavam recebendo uma boa notícia, da retomada das obras e de sua conclusão até dezembro de 2016.

A notícia informa que, desde 2014 os permissionários aguardam a nova estrutura e que vários protestos haviam sido feitos, diz ainda que segundo o presidente da AVASP, Frederico dos Santos, um grupo de 15 permissionários reuniu-se com o governo e que foi garantido que a obra não pararia; Frederico dos Santos, dizia:

Estamos na expectativa de que isso realmente ocorra e vamos ficar de olho, disse ao acrescentar que alguns permissionários também vão fiscalizar a obra , junto da Prefeitura (FOLHA DA MANHÃ, 05 de junho de 2016).

A Prefeitura disse que devido as solicitações do Mercado Municipal, feira e permissionários, as obras seriam intensificadas, como previsto pelo cronograma, se responsabilizando então que naquela semana seria feita limpeza no canteiro de obras do local e entorno do Mercado. Também seria realizado um trabalho de educação no trânsito para segurança dos pedestres da rua Barão de Amazonas, acrescentando também que a obra seria concluída até o final do ano, e que segundo o Wainer Teixeira, presidente da CODEMCA, todos os responsáveis pelas obras se mostravam empenhados na solução o mais rápido possível, entre eles: Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, CODEMCA, Superintendência de Postura e Guarda Civil Municipal.

Em 14 de novembro de 2016 a CODEMCA reuniu-se com os camelôs, feirantes e comerciantes do Mercado Municipal, a fim de tratar de assuntos sobre a obra, como: segurança, limpeza, e preparativos para o Natal, e iluminação especial desta época, conforme informou a notícia do Jornal Folha da Manhã.



Figura 37. Reunião prefeitura com camelôs, feirantes e comerciantes mercado.
FONTE: Folha Da Manhã, 14 de novembro de 2016.

O presidente da CODEMCA, Wainer Teixeira, apresentou a evolução da obra no Camelódromo, espaços entorno, em que provisoriamente deliberou-se para estacionamento provisório e trailers de lanches, mostrando também o acesso ao novo prédio pela Rua Tenente Coronel Cardoso, esclarecendo também que as providencias para construção da substituição da parte elétrica, já estava sendo tomada.

Mediante a tais noticiários é possível salientar algumas percepções no plano sociopolítico, no que diz respeito a relação dos ambulantes, sobretudo o Shopping Popular Michel Haddad e grupo político poder público municipal, da prefeita, Rosinha Garotinho, evidenciando que em tal gestão foi a que abriu mais espaço para uma articulação com o SPMH, contudo percebe-se a questão política está intimamente ligada ao viés de soluções pontuais, por ações de cunho “clientelistas”, que distorce a noção de direito e garantias para a sociedade.

É importante destacar que em outubro de 2016, a cidade de Campos dos Goytacazes vivenciou eleições municipais, e neste momento, o mesmo grupo político retornou as obras, o que denota a percepção de que o governo estaria trabalhando em vista a atender as necessidades de obras já iniciadas em sua gestão. Porém com intuito de obtenção de votos, já que um espaço, como o Camelódromo, com mais 500 permissionários, seria um grande terreno para vitória nas eleições. Em visita ao local em que hoje é o espaço provisório e contato com parte destes trabalhadores, o que se diz é a que a promessa de entrega das obras seria então até 20 de dezembro de 2016, saindo então a obra do SPMH, que de promessa viria a ser realidade.

No final do ano, 25 de dezembro de 2016, o Jornal Terceira Via publicou uma notícia que em sua manchete dizia: “Rafael Diniz: Comando da cidade pode ser presente de grego”, em que este texto escrito por Marcos Curvello, comenta que a gestão da Rosinha Garotinho deixou para o novo prefeito um pacote de problemas, principalmente na questão do orçamento financeiro que teria sido comprometido e das dívidas previdenciárias.

Dentre os diversos problemas elencados, como saúde, trânsito caótico e a questão da mobilidade urbana e ausência de sistema de drenagem, em que o autor do texto cita o exemplo da chuva que teve entre os dias 14 e 15 de dezembro de 2016 que alagaram o Centro e que:

Invadiram o Shopping Popular Michel Haddad, causando prejuízos para os camelôs, que perderam as mercadorias compradas para abastecer o negócio para o Natal (TERCEIRA VIA, 25 de dezembro de 2016).



Figura 38. Forte chuva inunda o SPMH. FONTE: Pesquisa de dissertação ,16 de dezembro de 2016.



Figura 39. Entrada do SPMH alagada pela forte chuva. FONTE: Pesquisa de dissertação, 16 de dezembro de 2016.

Esta notícia evidência, de certo modo, uma particularidade por conta de quem escreve, que se revelava insatisfeito e como oposição ao governo Rosinha. As obras do Novo Camelódromo desde a troca de prefeito, na gestão municipal em Campos dos Goytacazes, seguem paradas, podendo afirmar que o grande empreendimento de reforma do SPMH não foi concluído na gestão de Rosinha Garotinho, tendo em vista que este grupo político perdeu as eleições municipais, no primeiro turno, em que o candidato Rafael Diniz (PPS) obteve 151.462 votos contra o 81.989 votos ao candidato do governo, Dr. Chicão (PR).

Tal demanda, do término da construção do Novo Camelódromo, ficou inconclusa durante o governo Rosinha Garotinho, ficando então como uma pendência a ser resolvida para a gestão do poder municipal posterior, no governo Rafael Diniz. O prefeito Rafael Diniz justificou sob vários aspectos que seu início de governo seria um tempo difícil, em que estaria “arrumando a casa” e um período de colocar as contas no lugar, se referindo a dívidas deixadas pela gestão anterior.

Em 14 de fevereiro de 2017, uma das primeiras iniciativas tomadas pela Postura Municipal a partir da nova gestão foi o cumprimento de lei e coibir comércio irregular no Centro de Campos, conforme o site da prefeitura da cidade. A notícia informava que *“todo cidadão que queira comercializar algum produto em bairros ou desenvolver campanhas sociais em espaços públicos deve procurar a Superintendência de Posturas para se cadastrar”*, onde tal ordenança vinha a partir do diretor de Fiscalização, Elvson Machado Mesquita, que lembrou ainda que se o vendedor ambulante exerce a atividade sem autorização estaria irregular e sujeito a

apreensão da mercadoria, em que neste mesmo dia havia sido feita a apreensão de DVD's no centro a partir de uma denúncia anônima. A notícia ainda informa que esta ação atendia a Lei de Mobilidade Urbana e uma Ação Civil Pública transformada em inquérito, a partir da CDL e ACIC, que diz:

A partir deste inquérito, não é permitido fazer novas instalações, principalmente, no quadrilátero da área central. As denúncias chegam e os fiscais vão ao local para averiguar”, informa Elvson Machado, lembrando que o órgão está impedido de conceder novas autorização na área central por força de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público (MP) (PMCG, 14 de fevereiro de 2017).

A notícia ainda ratifica que caso não se cumpra o que se estabelece na Lei 8.060/2008, que regulamenta a utilização correta dos espaços públicos, o município estaria sujeito a penalidades previstas pelo Ministério Público. Portanto, é a partir de tais princípios e da Lei de Mobilidade Urbana que a Superintendência de Postura vinha atuando, conforme a notícia. Segundo o superintendente Fabiano Mariano, as ações tomadas baseadas nas leis possibilitaram:

Partindo deste princípio e, com base na Lei de Mobilidade Urbana, a Superintendência de Postura, vem disciplinando a utilização dos espaços públicos, garantindo a toda população o direito de ir e vir. De forma organizada e gradativa, liberou o calçadão e, hoje, os antigos camelôs, que trabalhavam na área central, se transformaram em microempreendedores e, hoje, atuam no espaço provisório do centro comercial Michel Haddad. Cumprimos uma determinação do MP e, hoje, as pessoas podem transitar mais livremente, principalmente, cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida — explica o superintendente Fabiano Mariano (PMCG, 14 de Fevereiro de 2017).

Em 31 de março de 2017, o Jornal Folha da Manhã trouxe a notícia de que o Mercado e Camelô estavam na pauta da CODEMCA, em que neste mesmo dia os permissionários do SPMH e Mercado Municipal haviam recebido a visita do presidente da CODEMCA, Vinicius Vieira, e na ocasião os camelôs apresentaram suas demandas, desde que saíram do antigo endereço, há 3 anos, como informa a notícia. Vinicius Vieira e o diretor da CODEMCA, Augusto Rosa, manifestaram-se na notícia, respectivamente, dizendo:

Queremos ouvir a todos, mesmo não tendo como resolver todas as demandas de uma só vez. Desde o início de nossa gestão já realizamos uma série de melhorias neste espaço e estamos levantando junto ao pessoal outras intervenções que poderemos realizar. Entre as benfeitorias que já realizamos, estão as melhorias nos banheiros masculino e feminino, a recuperação das jardineiras, que estavam abandonadas, e a intensificação no trabalho de varrição na área”, explicou o diretor da CODEMCA no Mercado Municipal, Augusto Rosa, também responsável pela área do camelódromo. As novas demandas a receber atenção incluem reparo na calha de chuva de um dos lados (FOLHA DA MANHÃ, 31 de março de 2017).



Figura 40. Visita da CODEMCA ao SPMH em 2017. FONTE: Supcom, 31 de março de 2017.

Neste mesmo dia de visita da CODEMCA ao Camelódromo, foi realizada a eleição da nova diretoria da AVASP, onde duas chapas concorriam para um novo mandato de quatro anos. Sobre isto, a CODEMCA se manifestou dizendo que *“acompanha essa disputa democrática sem qualquer apoio a uma das chapas ou interferência”*. Ainda no mesmo dia, a equipe da CODEMCA realizou um levantamento do quantitativo de boxes do antigo prédio do Mercado Municipal e bancas da Feira.

Com a alteração do governo municipal em Campos, houve uma mudança drástica quanto a proposta da nova gestão. A partir das ações deste novo governo percebe-se que não há interesse na solução de conflitos, como o caso do SPMH, quanto a permanência e expulsão deste setor no Centro da cidade. A tônica do governo revela uma posição conservadora quanto a investimentos e gastos em setores sociais.

Em 26 de julho de 2017 o Jornal Folha da Manhã trouxe um texto, por Aluysio Barbosa, quanto ao recebimento dos royalties na cidade de Campos dos Goytacazes,

e como os mesmos vinham sendo gastados nos últimos anos, a partir da gestão Rosinha. Ao final de seu texto, ele faz críticas as obras grandes e populares, como a do Mercado e Camelódromo:



Figura 41. Royalties na cidade. FONTE: Folha da Manhã, 20 de julho de 2017.

A figura acima, faz uma crítica a partir da nova gestão do poder público municipal, sobre o recebimento de royalties da cidade, ao longo dos anos, tendo em vista que os usos deste investimento na gestão anterior, foram utilizados em gastos sociais; o que vem a ser a crítica da nova gestão local em 2017, onde os royalties ficariam sendo geridos pelo empresariado.

Ao contrário do que o senso comum poderia pensar, mais dinheiro nos cofres públicos só trouxeram mais prejuízo para a cidade. Desde que Campos começou a receber royalties expressivos, um monte de dinheiro foi gasto de forma irresponsável e apressada, fazendo questão de não reservar um tostão para as futuras gerações. O desperdício tem alguns ícones representativos, como o Sambódromo ou a Praça São Salvador, mas milhões de reais também foram desviados — principalmente — em contratos superfaturados de ‘terceirização de gestão’, ‘consultoria’, ‘compra de softwares’, etc. [...] Passou da hora de valorizar cada real que entrar na Prefeitura, pensando duas vezes como gastá-lo adequadamente. A racionalidade, infelizmente, somente aparece quando há escassez, não fartura. Tomara que acabe todo o petróleo da Bacia de Campos, para não mais recebermos royalties e recursos especiais. Oxalá a justiça decida que deve ser honrado o empréstimo nos termos que Garotinho perversamente maquinou. Ou que o STF decida, finalmente, desengavetar a lei que os distribui para todos os municípios do país. Afinal, não seria mais justo que todas as unidades da federação tenham o direito a mal gastar esse dinheiro? Sempre achei curioso que uma sociedade que majoritariamente se auto percebe como progressista, solidária e inimiga do conservadorismo defenda uma consigna tão egoísta quanto ‘os royalties são nossos’. Os royalties nunca foram nossos, amigos. Eles vão para os bolsos dos que saqueiam os estados e os municípios ‘produtores’ (embora o petróleo saia do mar). Os trocados que deixam para a população se transformam em déficits e obras inúteis, como a do

Camelódromo, a lado do Mercado Municipal (FOLHA DA MANHÃ, 20/07/2017).

A fala acima evidencia uma postura próxima do posicionamento do novo governo municipal a partir da gestão de Rafael Diniz, o que pode esclarecer futuras ações em setores como o SPMH, evidenciando uma postura clara de não investir dinheiro público em setores populares, como o Mercado Municipal e o Camelódromo. As iniciativas do governo, logo no início de gestão, pautaram-se em reformular o Código Tributário, visando arrecadações, como segue a notícia abaixo.

Em 31 de julho de 2017, o Jornal Terceira Via comenta sobre as pautas polêmicas que estavam acontecendo na Câmara. Dentre as pautas evidencia-se a questão problemática da reformulação do Código Tributário, dizendo que este assunto foi polêmico no governo passado, quando a Prefeita Rosinha teve pela justiça sua atitude considerada como inconstitucional ao tentar aumentar os valores de taxas cobradas aos permissionários, onde a notícia informa que tal demanda advém dos setores da sociedade do setor produtivo e do comércio, como a CDL e ACIC.

No dia 24 de novembro de 2017, o Jornal Folha da Manhã divulgou sobre uma operação que aconteceu no dia anterior, 23/11 no SPMH e em um estabelecimento no Bairro do Jockey Club, sob comando da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Propriedade Imaterial (DRCPIM), do Rio de Janeiro. Nesta operação, o jornal informa que foram apreendidos sapatos, capinhas de celular e outros objetos, e que dez pessoas foram conduzidas à 134ª Delegacia Policial (Centro), onde o caso foi registrado. Após a operação, a notícia conta que os camelôs resolveram se manifestar entre a Avenida José Alves de Azevedo (Beira Valão) e a rua Tenente Coronel Cardoso, esquina com Mercado Municipal, o que impactou o trânsito.

Os permissionários iniciaram o protesto “revoltados”, logo após a operação com duração de 45 minutos, usando caixotes de madeira para interromper o trânsito nas ruas em que se manifestaram. Na manifestação a notícia informou, que um camelô, disse: "*Tem um monte de loja fechada. Vamos invadir!*" (FOLHA DA MANHÃ, 24 de novembro de 2017). A manifestação foi moderada pela ação da Polícia Militar que contou também com a Guarda Civil Municipal (GCM) para o controle do trânsito.



Figura 42. Apreensão de mercadorias no SPMH. FONTE: Folha da Manhã, 24 de novembro de 2017.



Figura 43. Manifestação camelôs e polícia no local. FONTE: Folha da Manhã, 24 de novembro de 2017.

Nesta ocasião, o presidente da Associação dos Permissionários do Mercado Popular Michel Haddad- AVASP, Sandro da Silva Queiroz, que estava no local durante a manifestação, disse: "*A Polícia Civil veio e apreendeu as mercadorias dos permissionários. Mercadorias de marca. Levaram sete permissionários*". Esta manifestação ocorreu num dia de chuva e que os veículos por conta da manifestação tiveram que trafegar pela Rua Carlos Lacerda, que ficou tumultuada, gerando lentidão no trânsito.

Após pesquisa de campo no espaço provisório e em entrevista com o atual representante da Associação de Vendedores Ambulantes do Shopping Popular Michel Haddad- AVASP, os camelôs contam que tiveram duas reuniões com o prefeito e que

a resposta no atual momento foi de que não se poderia intervir na situação da obra do SPMH, nem em 2017 e nem em 2018, tendo como prioridade no governo outros segmentos.

Mediante as nuances que a gestão Rafael Diniz tem executado em seu primeiro ano de mandato, pode-se considerar que a atual gestão municipal, tem sido marcada por um discurso de racionalização financeira, com cortes de programas sociais, que visa o desenvolvimento do mercado, supondo deste modo, ajustes e delimitando investimentos nos segmentos sociais e populares, como o SPMH.

Deste modo, o SPMH em Campos dos Goytacazes se insere a partir na arena pública a partir do debate da concorrência desleal, que se amolda a partir do momento e posicionamento político local para com este setor da economia popular.

No plano sociopolítico, a problemática dos camelôs na arena pública prevê a articulação de atores, como: poder público municipal, comerciantes formais e os camelôs, principalmente os do SPMH, em que houveram constantes negociações na interface com o poder público municipal .

As recorrentes manifestações e histórico de conflitos, quanto a saída e permanência dos camelôs no centro da cidade, tendeu muitas vezes caminhar entre limites e possibilidades das ações dos permissionários do SPMH em relação ao novo contexto. Nisto ressalta-se que o conflito também muita das vezes pode ser uma forma de expressar sociabilidades de um espaço público compartilhado, que tende a ser “dominado” pela gestão do poder público municipal. Logo, percebe-se que tais conflitos tendem a permanecer na arena pública local.

CAPÍTULO 4: SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD A PARTIR DA FIXAÇÃO ATUAL: COTIDIANO E AS SOCIABILIDADES

Na sequência deste estudo, neste capítulo¹⁵ discorreremos sobre o cotidiano e as sociabilidades do SPMH a partir do local provisório em que atualmente os camelôs se encontram fixados. Evidenciando os modos de vida e como os camelôs compartilham suas experiências no local provisório, tendo em vista compreender os aspectos sociais e interações que estruturam e mantêm o cotidiano do SPMH.

4.1. Local da obra do Shopping Popular Michel Haddad

No campo foi possível notar que a estrutura do Novo Shopping está praticamente toda pronta, faltando principalmente terminar a parte elétrica e os pisos. A parte de telhados, concreto, espaços e divisões de corredores já está adiantada. Algumas partes da obra estão revestidas por tapumes, onde no seu interior guardam materiais da obra. Não foi possível observar nenhum movimento ou pessoas trabalhando. A obra está parada.



Figura 44. Obra do SPMH parada e lixos ao redor da obra. FONTE: Pesquisa de dissertação, agosto de 2017.

¹⁵ Com intuito de maior aprofundamento buscamos realizar observação direta, acrescentando entrevistas com os camelôs no local, fazendo juntamente as pesquisas no local o diário de campo.



Figura 45. Material e estrutura da obra parada. FONTE: Pesquisa de dissertação, agosto de 2017.

Nos tapumes que protegem a obra tem escrito, proibido estacionar motos ou presença de ambulantes, porém o que se vê é a presença de ambulantes e motos estacionadas. Os corredores criados fazem parte de caminhos de acesso ao mercado, ou ruas ao redor, sendo utilizados como passagens, que após serem abertos, ajudaram a melhorar o movimento, como informou um comerciante do mercado.

Esse mesmo comerciante, comentou: *“não há movimento de obra desde a época da eleição, acabou a eleição eles tiraram tudo e até agora ninguém falou mais nada, após a abertura desses caminhos de passagem o movimento melhorou, porque antes estava péssimo”*.



Figura 46. Proibido estacionar na obra e corredores criados. FONTE: Pesquisa de dissertação, agosto de 2017.



Figura 47. Circulação entre a obra e ambulantes no entorno. FONTE: Pesquisa de dissertação, agosto de 2017.



Figura 48. Proibição de ambulantes e ambulantes ao redor.
FONTE: Pesquisa de dissertação, agosto de 2017.

4.2. Local provisório e atual do Shopping Popular Michel Haddad

A partir da transferência dos lócus produtivos, os camelôs comentam que houve piora das vendas e conseqüente diminuição de recursos. Segundo eles, anteriormente eles estariam de frente para os clientes e expostos na via pública em diversos locais da cidade, contudo alegam que na atual condição “*é muito camelô para pouco cliente*”; revelando assim que o espaço que se encontram hoje retira a visibilidade dos mesmos para o público da sociedade campista.



Figura 49. Mapa mercado municipal e local provisório SPMH. FONTE: Google Maps/ Outubro de 2017.

Próximo as entradas do SPMH há a presença de bicicletas, motos, que parecem ser dos próprios camelôs que ali trabalham, além disso pode-se notar a presença de outros ambulantes que circulam dentro do Camelódromo tendo em vista atender os próprios camelôs.



Figura 50. Uma das entradas e motos estacionadas no SPMH. FONTE: Pesquisa de dissertação, agosto de 2017.

A forma como os camelôs arrumam e expõem os produtos não segue um padrão. Eles improvisam, de modo variado a demonstração de seus produtos, os mesmos são expostos nos muros que cerceiam o espaço, entre os corredores, e nos altos acima do “teto” das bancas visando chamar atenção dos clientes e de quem caminha dentro do camelódromo.

Observa-se que a maioria dos camelôs usa estantes ou penduram em grades, fora do lugar estabelecido na distribuição, pois alegam que o espaço é muito pequeno. Fazem isso para o cliente veja e atraia desta maneira a atenção dos mesmos. Eles também utilizam letreiros luminosos, faixas, placas para chamarem a atenção e como forma de fazer propaganda de suas mercadorias, além de chamarem os clientes através do “boca a boca”. As fotos a seguir demonstram a respeito da organização e exposição das mercadorias.



Figura 51. Visibilidade dos produtos e mercadorias expostas. FONTE: Pesquisa de dissertação, agosto de 2017.

Um fato que chamou a atenção, é que em uma das entradas haviam duas pessoas, um deles, um rapaz a cargo da prefeitura, sendo novo no local para atuar junto as demandas e organização do espaço, o outro era dono do carrinho de cocô. Esse rapaz novo no local, me apresentou a “Francisca” que atua no SPMH, Mercado e Feira, como a responsável por fazer uma interface entre as demandas do local, problemas do cotidiano e a Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos- CODEMCA.

Ao me aproximar dela, a fim de saber sobre sua atuação no local, percebi que ela não ficou à vontade para falar, mas foi muito útil pois passou meu contato para o diretor da CODEMCA, cujo consegui marcar entrevista com o mesmo. Segundo ela “ *a nova gestão mudou muita coisa, hoje a CODEMCA é a secretária que toma conta da maioria das coordenações*”, e ao interrogar sobre a obra, ela disse que “*os camelôs sempre perguntam a ela, mas que ela acredita que este ano ainda não aconteça*”.

Circulando entre as bancas, vão me oferecendo produtos, e ao parar numa banca a fim de saber sobre a atuação da pessoa da Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos- CODEMCA ali no local, alguns ambulantes relatam não saber da presença desta pessoa. Já em outra banca um ambulante afirmou que: *é esta pessoa a responsável pela manutenção do lugar, que o que eles precisam solicitar a CODEMCA é avisado a esta pessoa e então são atendidos.*

Ao questionar nessa banca se os camelôs tem cobrado por parte deles a associação sobre o retorno ao antigo local, ela disse: *“Que nada, esse ano só teve duas reuniões, o prefeito só fala que não tem dinheiro, diz que o dinheiro seria investido na saúde, mas até os hospitais estão fechando, e ainda aumentaram a passagem, agora mesmo que ninguém vem aqui, o dinheiro não circula, tá ruim pra todo mundo...”*

Nota-se no local provisório, em que o camelódromo hoje se encontra, existe a oferta de diferentes tipos de serviços que antes não eram oferecidos, como: bancas de lanchonete, salão de corte e barba masculino, sorveteria, banca de tatuagem e *piercing*, bancas que recarregam cartuchos para impressão e xerox. Ao dialogar sobre esses serviços, foi possível perceber que tais eram destinados, na maior parte, para uso dos próprios camelôs, com destaque também que entre uma visita de campo e outra, o salão de corte e barba já não funcionava mais no local.



Figura 52. Salão de beleza e xerox no SPMH. FONTE: Pesquisa de dissertação, agosto de 2017.

Ao abordar os camelôs identificava-me como estudante da UENF, explicando que estava fazendo um estudo sobre o SPMH e camelôs da cidade, e então começava a conversar.

Ao dialogar com o responsável por uma dessas bancas de salão de corte masculino e barba, o mesmo explica que a banca era emprestada por um parente e que estava fazendo um teste, já que trabalhava com salão num bairro, e foram ao Camelódromo com propósito de levantar dinheiro e chamar atenção, porque ninguém imagina uma barbearia em camelô. Mas a experiência não está sendo tão bem-sucedida: *“Esse espaço aqui as pessoas olham de modo diferente, aqui não pode lavar, não é muito apropriado pra isso, mas as pessoas que olham lá de fora, alguns gostam da novidade e outros já acham desnecessário, o local aqui também não é muito bacana; mas é mais pra levantar um dinheiro pra gente abrir lá fora, aí já é mais profissional”*.

Ao perguntar se ali naquele local já não era profissional, ele responde: *“Aqui é, mas não passa muito essa credibilidade para quem está de fora, entendeu? Pra quem tá assistindo a gente e nunca entrou acaba olhando pra gente de um modo diferente..., mas só que vamos supor, pra gente a gente trabalha profissional, a gente trabalha com luva, tenta trabalhar nesse calor de blusa social, mas tá indo né...o pessoal vem mais final de semana a partir da quinta-feira”*.

A fim de saber se no novo local do SPMH algum representante municipal já havia ido ao local, como agentes da postura municipal, ou até mesmo a CODEMCA, órgão que administra o Camelódromo, o camelô, respondeu que sim eles já estiveram no Camelódromo, e que havendo alguma fiscalização basta ligar para o primo- proprietário da banca, para ir ao local, transferindo deste modo a responsabilidade.

O atual lugar em que se encontra o SPMH no Parque Alberto Sampaio, além do difícil acesso por ser no meio de uma subida e descida de ponte, em dias chuvosos o local fica alagado.



Figura 53. Fixação do SPMH entre a ponte. FONTE: Pesquisa de dissertação, agosto de 2017.

A partir da transferência provisória nota-se no espaço vários corredores com bancas fechadas, e entre a distribuição das bancas observa-se que há camelôs com mais de uma banca, onde não se sabe por qual meio adquiriram. Porém sabe-se que para isto deve haver uma negociação interna entre os camelôs, como estratégia para ampliar as bancas e melhor demonstrar os produtos a serem vendidos. Em conversa com um camelô, sobre o local, ele disse: *“o governo mudou, mas não mudou nada, a desculpa é que não tem dinheiro”.*



Figura 54. Corredores fechados e camelôs com mais de um box. FONTE: Pesquisa de dissertação, agosto de 2017.

Sobre os impactos negativos do espaço em que se encontram percebe-se nos camelôs a partir de suas falas o elemento da fé como perspectiva de melhoria em relação ao local que se encontram hoje, o que torna distante a noção do exercício do papel do poder público para com as instalações do SPMH,

pois os trabalhadores ao reproduzirem tal discurso com a esperança de benfeitorias, retiram do poder público tal atribuição, o que confere um caráter de relações clientelistas, destituídas da efetividade de direitos enquanto cidadãos.

Durante a pesquisa de campo e observação direta buscava junto aos camelôs estabelecer uma aproximação, através do diálogo, que na maioria das vezes se iniciava quando eles tentavam vender os produtos para mim, daí iniciava conversa me apresentando e a fim de saber sobre o novo espaço, e logo um camelô foi dizendo: *“Aqui é horrível, tem lugar aqui dentro que é conhecido como corredor da morte, tem gente aqui que aluga a banca em outro lugar aqui dentro pra poder vender mais, vai fazer o que precisa trabalhar, né”*.

Para saber se a postura municipal já tinha ido ao Camelódromo, a partir do novo local, e se de fato conheciam de perto a nova realidade dos camelôs, o camelô respondeu que: *“Então, veio uma vez, mas não vem mais, porque o pessoal botou quente, porque o movimento já está péssimo...disseram que vão vir de novo, mas por enquanto não vem mais não”*.

Quanto ao retorno para o antigo espaço, e se a prefeitura responde com alguma previsão, o camelô disse que segundo o prefeito esta não é uma prioridade para este ano, e nem para o ano seguinte; colocando como prioridade atual outros segmentos como saúde e educação, ressaltando ainda que outras pessoas deixaram de ser camelô para assumir outras atividades, como pedreiro, ajudante, ou segurança, devido as dificuldades que o novo local impõe.

Sobre o novo local e a atual situação das vendas, outro camelô comenta que esta no local há sete meses, e que junto a crise que o país enfrenta o novo local não ajuda, ressaltando que aquele local “não é vida”, e que veio de um outro ponto, próximo a UFF, onde vendia água, mas que teve que sair, pois o ponto “já era de outra pessoa”, indo então para o Camelódromo, vender água, café, tapioca, justificando que esses são produtos que o povo gosta.

Abordando outro camelô, sobre as mesmas questões, ele dizia que o novo local é péssimo e que se quiser vender suas mercadorias, precisa expor em corredor diferente de onde se situa sua banca; enfatizando que o que prejudicou os camelôs, foi ter colocados eles “naquele fim de mundo”, se referindo ao novo local.

Sobre a saída dos camelôs do Centro para o novo local, uma senhora que é camelô, comentou que foram segundo ordem da prefeita Rosinha, quando fez

a promessa que seria um local provisório, até a reforma do antigo espaço ficar pronto, e acrescenta ainda que o novo prefeito “*não fez mais nada, não está fazendo nada, né*”. Perguntei ainda se ela conseguia se manter só trabalhando no Camelódromo, e sua resposta foi que somente dali, e que tinha que dar graças a Deus quando se vende, porque na maior parte do tempo é difícil vender.

Num contexto que o país vivência de crise econômica, que se estende aos estados e municípios, percebe-se aumento do número de pessoas desempregadas, o que desacelera a demanda no comércio. Estas interferências impactam no contexto específico do SPMH. Um outro fator que impacta as vendas é a localização provisória em que se encontramos camelôs, segundo eles o local não propicia o fluxo de pessoas.

Dialogando com um outro camelô sobre questões, como: reforma, transferência do local e a mudança, sua fala mencionou que o local provisório aglutinou muitos camelôs, e por esta razão a Feira que também deveria ter se mudado para um local provisório não havia mudado, até aquele momento.

Este camelô trabalhava com CD's e DVD's, desde o antigo local e justificou que lá haviam mais batidas policiais que o novo local. Sobre a associação e aproximação dos camelôs com a mesma, e a fim de saber como esta se posiciona, segundo o camelô eles não têm resposta, alegando que buscam junto ao prefeito alguma resposta, mas que o governo possui outras prioridades no momento.

Quanto aos camelôs fazerem alguma manifestação, o camelô diz que eles até pensam e já conversaram, mas que existe medo de protestar e chamar atenção da polícia o que faz com que deixem a situação como está; fazendo menção ao transporte ilegal, sobre as vans, que ao fazerem protesto e fecharem as ruas, houve maior fiscalização.

Afirmo então, que no governo anterior houve algumas manifestações e que nesse ainda não havia tido, e o camelô confirma. A fim de saber se há alguma diferença do governo anterior para o atual, o camelô considera que houve uma piora, ressaltando que no outro governo, o Garotinho começou a obra, e que acabou perdendo a eleição, o que fez piorar, principalmente quanto a atenção, alegando que na gestão anterior tinham respostas ou pelo menos previsão e que a gestão pública municipal nem prazo dá como resposta.

Observa-se, que quanto a variedade de mercadorias encontradas no SPMH, pode-se dispor de mochilas, carteiras, óculos, aparelhos eletrônicos e *smartphones*, brinquedos, meias, acessórios para carro, relógios, artesanatos, e a mudança possível de destaque seria a venda de biscoitos, lanches, cafés, açaí, entre outros produtos alimentícios, voltados para venda no interior do shopping, ou seja, entre os próprios camelôs e clientes, pois alegam que com a queda das vendas tiveram que buscar alternativas e “tentar” a venda de outros produtos.

Em meio ao local, pode-se destacar que a presença de outros ambulantes se faz presente, como: manicures, pessoas vendendo bebidas, doces; o que neste sentido percebe-se o estabelecimento de uma rede solidária organizacional criada entre os indivíduos que experimentam o interior do espaço do “camelódromo”.

Quanto a circulação dos clientes do SPMH, pode-se perceber que na maioria das vezes, as pessoas andam acompanhadas e com sacolas de lojas do Centro, como se já estivessem no Centro com algum objetivo e entram no camelô a procura de algo específico de que necessitam.

O público é variado, tanto quanto mulheres, homens, jovens, como estudantes e pessoas idosas que geralmente estão acompanhadas. Evidenciamos a proximidade do Mercado Municipal e feira, onde há em frente ao mesmo um ponto de ônibus. Esse fator permite acesso e chegada ao local; outros clientes acessam através de motos ou bicicletas, destacando que no local há um estacionamento cedido pela prefeitura através da articulação e pedido da Associação dos Vendedores Ambulantes do SPMH, e no mesmo pessoas por escolha própria decidiram organizar o espaço e ficam à mercê da benevolência dos proprietários dos veículos em pagar ou contribuir com algo pelo serviço ofertado.

Ao chegar no SPMH em dias diferentes da observação, nota-se bancas que em dias estavam abertas, e em outros dias se encontram fechadas. Observa-se também que não existe horário específico para abrir as bancas. Cada ambulante abre a hora que convém, alguns chegam para abrir no horário da tarde, outros estão lá desde manhã, e como disse alguns tem dias que não abrem.

Em contato ainda com os camelôs, e buscando permanente diálogo com os mesmos, a fim de extrair mais informações, me aproximei de um senhor,

questionando sobre a principal mudança, a transferência, para saber como estava sendo no local provisório, ele menciona que já se faziam três anos que os camelôs estavam naquele local, e que a situação estava péssima. Este camelô trabalhava como bolsas e bijuterias desde o antigo local.

Segundo este camelô o espaço do Novo Camelódromo não recebe a presença da CODEMCA, órgão que administra o espaço, ratificando que *“Ninguém, quer nem saber o que está se passando aqui dentro”*.

Quanto a associação, através da fala deste camelô percebe-se que há uma fragmentação entre associação e associados, comentando que *“cada um faz sua parte”*, e que os camelôs acabam não cobrando mais, porque para ele *“não tem mais jeito”*, e deste modo os camelôs já acabaram se acostumando.

Ainda sobre a associação e a troca de gestão feita recentemente, o camelô diz que isto aconteceu no meado do ano, e que sempre que troca o governo, trocam-se os *“puxas-sacos”*, sai do governo passado e coloca os do governo atual.

Quanto a fazer manifestação, para o camelô, não adianta, sendo melhor *“ficar quietinho”*, acrescentando e suas palavras: *“chega de fazer zueira e não ter solução”*; afirmando que já participou de duas manifestações em que esteve à frente, e que não participa mais porque para ele não resolve nada. Comenta ainda que : *“Eu chamava, mas muitas pessoas se ajuntavam, depois ficavam só de longe doida pra ver o inferno da pessoa, então melhor ficar quietinho...porque eu graças a Deus não vivo só disso aqui...”*.

Este camelô então comenta que dá graças a Deus que em sua casa todos são independentes, e que é melhor deixar outros *“colocarem a cara”* para resolver a questão do Camelódromo, melhor deixar a *“água rolar e ver os que vai acontecer”*.

Outros camelôs próximos ao senhor que entrevistava ouvia a conversa e se pronunciou dizendo: *“Eles só aparecem aqui em período eleitoral, na verdade hoje eles nem vem mais aqui na eleição; eles escolhem um pra ser o cabeça e vai...aí essa pessoa faz a campanha pra eles. Toda troca de governo é isso, tudo uma cambada de ladrão. Na rua era muito melhor, aqui juntou os camelôs de um lado tem os do Shopping Popular Michel Haddad, aqui são os do centro e da Pelinca, e Barão de Amazonas. Aí sempre tem problema, o pessoal vai colocando mercadoria, fechando os corredores, uma hora um vai matar o outro;*

eu fico na minha, não ou me aborrecer por isso não. Ninguém pisa aqui não, eles não querem saber da gente, não”.

Caminhando pelos corredores do SPMH, parei em uma banca, aproximei-me olhando as mercadorias, e prontamente o diálogo começa, pois a moça pergunta se quero ver alguma bolsa. Identifico-me como aluna, pesquisadora da UENF, e para saber se ela trabalha há muito tempo ali, e se ela é dona da banca, ela disse *“Tem mais ou menos um mês, aqui eu sou funcionária, meu primo que é o dono”.*

Quando pergunto: E o movimento está como? Ao que ela responde: *“o movimento tá fraco, né...mas aqui é maneiro, a gente faz amizade, pro final do ano que deve dar mais movimento, porque aqui só vende bolsa”.*

Quando comento: “Unh...aí você vende as coisas, e como você repassa para o seu patrão”? Ela responde: *“Então eu vendo, anoto aqui no caderno o que sai, aí no final do dia ele vem e pega o dinheiro, ele também trabalha vendendo dvd na rua, ali tem minha prima que trabalha com dvd”.* Ao que agradeço e saio.

No mesmo dia andando entre os corredores do Camelódromo, desperto a atenção para uma senhora que fazia crochê, já que não tinha freguês em sua banca, me aproximo e começo a conversar. Quando pergunto sobre o local, a senhora afirma que no local provisório tudo piorou, que antes no Centro, ainda de manhã já se teria vendido uns R\$ 150,00 reais, e que mesmo colocando os produtos na promoção o povo não compra, pois pensam que não é coisa boa. A fim de saber se esta senhora era dona da banca, ela disse que não, aquela banca ali era de sua filha, e que naquele dia, assim como na maioria das vezes sua filha fica em casa vendendo pela *internert*.

Enquanto conversava com esta senhora, percebi uma mulher de outra banca, me olhando de longe, ela foi se aproximando, e perguntou-me se eu era da CODEMCA, respondi que não, e que estava ali fazendo uma pesquisa, enquanto aluna da UENF.

Ela, então disse: *“Ah tá, porque eu vi você na outra banca, agora já está aqui...mas então você fala lá nos seus estudo que a gente aqui está muito mal, tem gente aqui passando necessidade, e agora o prefeito ainda aumentou a passagem, aí o dinheiro não circula, agora mesmo que ninguém vem aqui”.*

Explico que o intuito da pesquisa é exatamente levar notoriedade e gerar visibilidade das situações que o SPMH tem vivido, e que na pesquisa há preservação do anonimato, então poderia ficar despreocupada.

Voltando a conversa com a senhora, e a fim de saber se ela gosta de trabalhar ali no SPMH, ela afirma que gosta, só que o atual local provisório não favoreceu, pois quando chove o espaço fica alagado, não existe divulgação do espaço, e as vendas só pioraram, acrescentando ainda que na rua era muito melhor, mas que apesar de tudo gosta de ser camelô, e que numa loja a pessoa fica presa, enquanto lá é possível se distrair.

Para saber como aquela senhora começou a ser camelô, ela disse que começou trabalhando junto com sua filha que já tinha uma banca, e que foi até ao Shopping Estrada, local que fica a CODEMCA, e que assim conseguiu uma banca, ratificando que isso fazia algum tempo, sendo camelô do Centro, próximo ao terminal de ônibus. Quanto a sua banca, ela comenta que quem estava “tomando conta” naquele momento era seu sobrinho.

Em relação a presença da prefeitura no espaço do Camelódromo, ou se alguém da gestão municipal estava indo ao local, ela comenta que: *“Que nada, eles só vem quando tem eleição, aí vem aqui, pergunta o que a gente precisa, eu uma vez até falei nome de remédio, porque eu gasto muito com farmácia, mas você voltou pra trazer o remédio, nem ninguém?”*, enfatizando que só pode ter esperanças Naquele lá de cima.

A partir desta fala pode-se notar existe camelôs com mais de uma banca, e no espaço do Camelódromo as famílias formam espaços para empregar seus membros. Assim a relação familiar se pauta numa relação de confiança, dispondo do local para trabalhar e aumentar suas rendas. Pode-se destacar ainda que há uma percepção por parte dos camelôs sobre a aproximação do poder público naquele local, que se intensifica mais em períodos eleitorais, tendo em vista cooptação de votos.

4.3. Rotina e dinâmica dos camelôs

Nas formas de sociabilidade e convivências dos camelôs, é notório que os ambulantes fazem de tal espaço uma construção que demarca identidade própria, expressando que mesmo em meio a impossibilidades postas, como o

tamanho de uma banca de 1,5 X 2,0 metros; os camelôs improvisam formas de retirar recursos para suas subsistências.

Para chamar atenção dos fregueses, os camelôs colocam placas de *led*, buscam na banca improvisar melhorias das condições para o cotidiano, como adaptação de ventiladores e filtros para beber água, abordam clientes nas esquinas dos corredores na tentativa de atraí-los e propiciam do melhor modo expor as mercadorias.

A estratégia de venda observada na maior parte é a partir do “boca a boca”, em que os camelôs abordam os clientes oferecendo produtos ou perguntando o que se deseja, e então mostra-se as serventias do produto e tenta-se convencer para que o cliente leve a mercadoria. Para este fim, são oferecidos descontos, o que acaba sendo a maneira de fechar a venda. O “boca a boca” é a categoria mais comum, é o meio como chamam os clientes para comprar seus produtos: Perguntas do tipo: “*Fala filha, posso ajudar?*”, “*fala minha querida, o que se tá procurando?*”, *fala moça, conserto de celular?*”, “*Capinha, fone de ouvido?*”, “*pode falar amor, fica à vontade*”, são frequentes.

Observa-se que os camelôs tentam ao máximo convencer os clientes para aquisição do produto, mostrando as vantagens da mercadoria, percebendo que para atração da clientela a estratégia de oferecer descontos sempre é usada para “não perder o cliente”.

A negociação do preço dos produtos parte muitas vezes também do próprio cliente, em que após o ambulante dá o preço, ele negocia, as vezes pela quantidade de produtos que quer levar, as vezes pela concorrência de preço, onde ao final pedem desconto.

É perceptível que as bancas que haviam mais clientes eram aquelas de consertos e vendas de aparelhos eletrônicos, principalmente no que diz respeito a *smartphones* e eletrônicos; entendendo isto é um caso do circuito inferior marginal, em que o SPMH, enquanto um comércio popular, oferecendo jogos, cd's, eletrônicos de segunda, assim como os consertos destes aparelhos, mesmo sendo perseguidos.

Ao andar no interior do SPMH é possível notar que os ambulantes conduzem seu cotidiano nesse contexto de maneira rotineira, onde se alimentam, cochilam, conversam, fazem crochê, fazem caça-palavras, durante o tempo em que não estão atendendo os clientes na banca.

Em suas rotinas e dinâmicas de trabalho, pode-se perceber que há bastante interação, tanto comercial quanto nas relações pessoais. Interação para conseguir trocar dinheiro, e devolver o troco para o cliente, os ambulantes vão de banca em banca para conseguir o troco com o vizinho caso não tenham; do mesmo modo quando não tem a mercadoria que o cliente deseja, levam e indicam o cliente até a banca de algum "amigo" que tenha o que a cliente precisa. Neste sentido interagem e constroem suas relações entre si no cotidiano.

Os ambulantes arrumam seus produtos como meio de chamar atenção e deixá-los mais atrativos. Percebe-se também que há uma noção de cooperação mútua e confiança entre eles, onde um "vigia, ou passa o olho" na banca um do outro, ou até mesmo indica e vende a mercadoria, quando preciso. Contudo, há também "brigas e bate-boca" que se manifestaram principalmente na questão de venda, em que, às vezes, um camelô tenta "pegar" o cliente de outro.

Percebe-se também que há compartilhamento de assuntos pessoais, sobre problemas do dia-a-dia com vizinhos das bancas, fazem piadas, ouvem músicas, mexem no celular. E nas horas em que o movimento dos fregueses está fraco ou ruim, compartilham entre si jogos de tabuleiro, como: dama, dominó, leem jornal, arrumam os produtos expostos na banca.

Se faz presente ainda a presença de famílias como proprietárias de mais de uma banca, nesta ocasião marido, mulher ou filhos estariam "ocupando" além de uma banca; o que pode ser visto do ponto de vista da lei como ilícito, contudo percebe-se que é uma estratégia em prol de melhorias de subsistência.

Sobre relações de grau de parentescos pode-se visualizar que entre os permissionários se faz marcante, como primos, sobrinhos, tios, ou irmãos. Isto denota que por ser um lugar de tradição na cidade algumas gerações foram permanecendo, fixando-se e se distribuindo entre famílias no interior do SPMH. Também neste sentido percebe-se que crianças, como filhos, netos circulam entre as bancas e acabam também tendo suas rotinas de cuidado, educação ali no local. As crianças brincam entre si, dormem, são educadas, fazem atividades escolares e até mesmo atendem os clientes, caso os responsáveis estejam ocupados com algum outro cliente ou tenha precisado sair para realizar alguma atividade de interesse pessoal.

Quanto à diversidade, deste espaço no que diz respeito a heterogeneidade de gênero do local, observa-se em maior quantidade a

presença de homens, seja como, proprietários ou vendedores, contudo observa-se que as mulheres também ocupam este espaço se colocando de igual modo na busca da renda. Nota-se ainda a presença de crianças que em sua maioria aparentam ser filhos dos permissionários, e que acabam passando parte do dia naquele local.

4.4. A associação

Há, contudo, divisões internas quanto a organização política dos camelôs em suas dinâmicas, que está ligado a forma como se estabelece a relação com o governo municipal. Sobre isto, pode-se notar uma divisão política, a partir de preferência por quem está ou já esteve à frente do poder público municipal. A eleição da AVASP, é realizada de quatro em quatro anos, e percebe-se que nos últimos anos sempre que houve troca do poder público local, a associação parceira do governo ganha as eleições também.

Em conversa com um outro camelô e ao questionar sobre a ação da associação e se há diferença entre uma gestão e outra, ele disse: *“Agora a associação que tá aí é outra né, teve eleição no início do ano, mas é mais ou menos tudo uma máfia só. Essa que tá aí é meio que oposição da outra, que saiu...a outra fez umas coisas aí meio que errada, parece que conseguia banca na época de Rosinha, vendeu banca dos outros...aqui tem de tudo, tem o “Corredor da treta,” que é a galera que mexe com celular roubado, “Avenida Brasil”, “corredor da morte,” “Rabo da Coruja”, até “Pelinca”, rs..”*

E o que significa cada um desses nomes? *“Ah, Rabo da Coruja, é porque não vinga nada, nada que vai pra lá dá certo; Corredor da Treta, é porque só tem gente que meche com coisa errada, quer comprar um celular roubado, é lá que você encontra; Avenida Brasil, é porque é o mais movimentado, o mais largo que tem mais gente; Corredor da Morte, é porque não tem ninguém, as bancas todas fechadas...esse aqui dizem que é a Pelinca, porque só dá patrão...rs”.*

O camelô dizia isso em tom baixo, e entre os dentes, fazendo deste modo menção, a divisão política organizacional que há entre os camelôs e associação, o que gera divisões internas no Camelódromo. Evidencia-se também em sua fala que há uma relação próxima do poder público municipal com os representantes da associação, cooptando forças dentro desses espaços, o que gera divisões.

Sua fala também explicita as negociações internas quanto as bancas, dentro do Camelódromo, o que mediante a lei é proibido, mas que tais práticas aconteceram mediante respaldo da associação. As nomeações dadas pelos próprios camelôs quanto ao espaço interno do Camelódromo, caracteriza que cada área dentro daquele espaço determinando vantagens quanto localização das bancas, o que está diretamente ligado as negociações das mesmas que se diferenciam a partir dos preços; pois deste modo os camelôs mesmo sendo proibido vendem e alugam as bancas entre si.

4.5. Entorno do camelódromo e ruas do Centro

Passando pelas ruas próximas do Camelódromo - desde o início da Rua João Pessoa, indo entre a área do Campos Shopping, passando pela Praça São Salvador, saindo nas obras do SPMH e andando pela Barão de Amazonas até chegar na Rodoviária é possível observar a concentração dos ambulantes por tipos diferenciados. Nos altos da João Pessoa - em direção oposta ao Camelódromo encontram-se ambulantes mais voltados ao ramo de bebidas e alimentos; como carrinhos de cocô, ou biscoitos, carrinho de picolé, e pipoca.



Figura 55. Mapa rua João Pessoa. FONTE: Google Maps, outubro de 2017.

Ao caminhar chegando na praça, próximo a Caixa Econômica, vê-se discretamente alguns camelôs que possivelmente alugam lojas dentro de algumas galerias, mas que expõem seus produtos pelo lado de fora; assim como não é diferente das lojas que tem exposto seus produtos para além de suas portas, e também utilizam pessoas para chamar clientes, e divulgar seus

produtos; acredita-se que seja a dificuldade de vendas e necessidade de atrair os fregueses.



Figura 56. Camelôs na galeria e camelôs no centro da cidade. FONTE: Pesquisa de dissertação, agosto de 2017.



Figura 57. Produtos espalhados e produtos nas calçadas. FONTE: Pesquisa de dissertação, agosto de 2017.

Ao final da Rua João Pessoa e chegando ao local onde estão paradas as obras do SPMH, encontramos alguns ambulantes, de sandálias de dedo, correias de sandálias, panos de chão, controles universais, e até mesmo isopores com bebidas. Ao me aproximar de uma pessoa que estava dentro da obra, a fim de saber quem era, o homem afirmou ser o vigia; e quando ao perguntar sobre previsão de retorno, ele me disse que a obra só voltará quando o prefeito der as ordens, que no momento a resposta é que não tem verba.



Figura 58. Ambulante centro da cidade e ambulantes em torno da obra. FONTE: Pesquisa de dissertação, agosto de 2017.

Indo a caminho da Rua Barão do Amazonas, encontra-se uma quantidade maior de ambulantes, os quais expõem suas mercadorias no chão e com bolsas para estoque, outros usam paredes de terrenos para expor suas mercadorias. Ainda podemos ver alguns pontos de lojas alugados, mas que possuem produtos como os vendidos no SPMH, sendo os mesmos falsificados.

Sobre a ação dos camelôs quanto a um trabalho criativo e estratégico, amplia-se as possibilidades de melhorias para sua subsistência. Contudo, para o lojistas e associações – CDL, ACIC, e CARJOJA, órgãos de segurança e fiscalização local, esta atividade ainda é vista como uma prática ilegal, marginalizada e um problema que destitui e atrapalha o ordenamento urbano. Isto se agrava pela localização (centro da cidade), ou seja, pela proximidade que o SPMH possui de vários comércios formais.

Apesar da aparente marginalização dos camelôs do centro de Campos, estes participam e se beneficiam da produção da liberdade urbana. Encontra-se aqui o que Simmel (2005) abordava sobre a cidade moderna, como a união dos diferentes tipos, reproduzindo a partir dos gestos, ações e comportamentos seu “espírito”, o que faz com que indivíduos adotem padrões de comportamentos, impostos de modo subjetivos.

O conflito entre ambulantes e lojistas em suas associações, se faz presente a partir da disputa do uso do local, pela rentabilidade que os lugares do Centro oferecem, o que intensifica a questão da concorrência desleal, justificada pelos lojistas.

Os comerciantes são contra a presença dos camelôs no Centro da Cidade, tendo em vista alegar que há uma extrema disparidade de tributos, entre eles, por isso a relação conflituosa. Tendo em vista queixar-se que o Camelódromo em Campos hoje é uma realidade, comentando que esta prática expandiu-se mediante o apoio ao longo dos anos dado aos camelôs.

Como mostra esse trabalho, observamos como ao longo dos anos tais instituições comerciais se uniram nas tentativas de saída dos camelôs da área central.

Considera-se assim que em Campos dos Goytacazes, a partir do SPMH, desenvolve-se arranjos políticos locais a partir da concentração do comércio popular no Centro da cidade, o que propiciou ao longo dos anos a partir desta atividade que alguns camelôs prosperassem, tendo em vista que a questão da ilegalidade não é um problema público em Campos.

Neste sentido, a ampliação das atividades dos camelôs se dá a partir do reconhecimento desta categoria, por parte do poder público com as concessões construídas ao longo dos anos para os permissionários do SPMH.

Contudo, mesmo que em meio aos conflitos e atual situação adversa que os camelôs enfrentam, de estarem fixados num lugar de dificulta o desenvolvimento das atividades, os camelôs buscam alternativas possíveis dentro do território em que estão inseridos. Mesmo que esta seja limitante, fazem neste lugar adaptações e possibilidades em suas experiências e transformações para continuarem seus meios de vida.

Mediante a isto faz-se necessário pensar como se dá a conciliação dos espaços públicos da cidade, as relações do poder e a concorrência desigual dos interesses do capital. No que diz respeito ao compartilhamento, circulação, interação e acesso das pessoas ao cotidiano construído na cidade, com destaque para a circunscrição limitante vivida pelos camelôs do SPMH que buscam formas de construções específicas do viver, exprimindo em seus processos de comercialização, que há mais que somente um meio de subsistência e trabalho, unindo-se a uma disposição espiritual que reflete a maneira como guiam seus modos de vida para existir neste contexto.

CAPÍTULO 5: SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD: E A RELAÇÃO ENTRE AMBULANTES E O PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Neste capítulo procuramos abordar sobre as perspectivas relacionais entre a liderança dos ambulantes e poder público municipal ao longo dos anos em Campos dos Goytacazes. Busca-se entender as formas de agenciamento em torno dos ambulantes a partir do poder público local, a percepção do poder público para este setor e as formas de atuação da associação dos ambulantes no contexto local.

Buscando assim obter respostas as questões iniciais¹⁶ da pesquisa. Para isto, realizamos entrevistas¹⁷ direcionadas aos principais membros das instituições envolvidas, como, a associação dos ambulantes, a AVASP e a CODEMCA, órgão municipal que administra o SPMH. Na AVASP

¹⁶ Questões iniciais da pesquisa: Quais forças disputam a permanência /retirada dos ambulantes do Centro, como se organizam, e desta forma como se constituem enquanto atores coletivos. E como atua o poder público no sentido de tolerar ou reprimir as práticas econômicas populares. Havia estabelecido um roteiro prévio (apêndices) estabelecido, sendo o mesmo adaptado durante as entrevistas, o que permitiu ampliar as respostas e posteriores análises.

¹⁷ Neste capítulo apresentamos as três entrevistas semiestruturadas direcionadas ao ex-membro da diretoria da Associação dos vendedores Ambulantes do Shopping Popular Michel Haddad (AVASP) e ao atual membro da direção da referida associação, além da entrevista com o atual membro da diretoria da Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos dos Goytacazes (CODEMCA), órgão da prefeitura municipal que administra o camelódromo, a fim de entender as diferentes percepções sobre o Shopping Popular Michel Haddad no âmbito local, a partir da ótica da associação dos ambulantes e do poder público local.

entrevistamos¹⁸ um ex-membro da direção e atual membro, já na CODEMCA, entrevistamos um membro da direção da atual gestão municipal.

5.1. Associação de Vendedores Ambulantes do Shopping Popular Michel Haddad- AVASP

A Associação de Vendedores Ambulantes do Shopping Popular Michel Haddad- AVASP, foi criada na gestão Rosinha (2009-2016), com iniciativa de um dos permissionários que na época foi um dos primeiros membros na diretoria à frente da associação, na gestão da referida prefeita. A organização da AVASP se deu no momento em que os conflitos referentes aos camelôs reaparecem na cidade, quando os lojistas entram com uma ação no Ministério Público, reivindicando a saída dos camelôs do Centro da cidade.

Junto a este momento, em 2010 houve a “Operação 25 de Março”, uma das maiores operações realizadas no SPMH, em que a partir disto o poder público remete-se ao cadastramento dos camelôs como microempreendedores, e propõem como solução a ampliação e reforma do Camelódromo.

O poder público então propôs que os camelôs do centro e do SPMH fossem alocados provisoriamente no espaço em que se encontram hoje, no Parque Alberto Sampaio.

Assim deve-se entender que a localização provisória em que se encontram atualmente os camelôs é vivenciada coletivamente como um problema, que cabe à AVASP reivindicar a solução.

Como já mencionado a criação da AVASP foi durante o governo Rosinha nos anos de (2009- 2016), a partir de uma iniciativa de um permissionário, que na época compunha da direção da associação.

Buscamos então, esse antigo membro que compunha a diretoria da AVASP, tendo em vista obter dados e aprofundar análises, a partir da entrevista como veremos a seguir. Segundo ele, os objetivos iniciais da associação quando criada, eram de: *“Lutar pelos permissionários, a gente fazer representatividade,*

¹⁸ As entrevistas foram gravadas com permissão dos próprios representantes, afirmando sigilo da identidade. Deste modo nomes fictícios foram dados aos representantes citados durante este trabalho. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e estes dados foram tratados em divisões de blocos temáticos, e posteriormente análise.

porque na época estava esse boato de obra, né; e muitas operações de polícia em relação a mercadoria dos permissionários. Então eu montei a associação justamente para defender, né” (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

Percebe-se que orientou a criação da associação quanto aos seus objetivos, foram as ideias de lutar pelos camelôs, evidenciando assim uma representação política dos mesmos, já que o contexto era de conflitos, num contexto em que intensificam –se as operações policiais, o poder público local propõe a expansão e obra do novo Camelódromo e operações policiais.

A fim de saber sobre quais instância essas operações vinham, ele disse: *“É muitas vezes os comerciantes denunciavam, tinha outros que denunciavam, era uma perseguição. E aí eu sempre tive na associação presente pra poder, a gente tá defendendo os permissionários“* (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

Nesta fala evidencia-se o conflito gerado, a partir do interesse dos lojistas na saída dos camelôs da área central, o que levava então operações policiais no local. Então, ao questionar, “defender os permissionários” sobre o que? Ele disse: *“Tinha muita apreensão, eram muitas apreensões, então a gente tava acompanhando, dava auxílio com advogado, chegava junto entendeu? Até na hora de pagar fiança a gente fazia isso também. E fizemos muito, eu já fui no Rio tirei gente presa, várias vezes, os camelôs antigos sabem tudo disso; então associação na minha época foi bem atuante”* (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

Sobre as operações policiais que ocorreram na época deste ex-membro da AVASP, ele disse que esta prática já havia se tornado até perseguição, porque era uma atrás da outra, e que em sua gestão até tirar gente presa, ele já foi para o Rio tirar. Esta fala permite supor que a ida ao Rio, faz- referência a retirada de camelôs que foram levados para lá na “Operação 25 de Março”, em 2010.

Dado que as exigências a saída dos camelôs do centro da cidade eram intensas, e mediante o pedido do Ministério Público ao poder público local, como já citado, a prefeitura buscou tentativas de alocar os camelôs em diversos lugares. Contudo, as sugestões não satisfaziam aos mesmos, o que fez com que os camelôs se mantivessem no local por mais tempo negociando o local,

mantendo-os no centro até início de 2014, quando conseguem boxes dentro do Camelódromo provisório.

Assim junto ao processo de transferência dos camelôs do SPMH houve a aglutinação dos camelôs do Centro. A fim de saber a opinião do ex-membro da direção da AVASP, como foi, este processo, ele disse: *“Foi tranquilo, porque na verdade o Ministério Público tava implicando com os camelôs lá do Centro, então aí o que fez; foi dito que ia fazer o camelô e que ía agregar todo mundo”* (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

O ex-membro da diretoria da AVASP menciona na fala acima a solução dada pela prefeitura na “questão dos camelôs” na cidade. O que demonstra que houve deste modo um apoio da gestão Rosinha para com os camelôs, na tentativa assim de solucionar os conflitos da época, atendendo ao Ministério Público.

Neste contexto a fim de saber se havia resistência por parte camelôs do SPMH, quanto a transferência, ele respondeu que: *“A gente entendeu que ia ser melhor, lá estava precisando; porque já houve várias desocupações do bombeiro mandar, e enviava pra prefeitura pra desocupar que ali ía pega fogo em tudo. As coisas já estavam muito degradada, entendeu? O negócio tava feio ali”* (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

A fala acima faz referência a situação de degradação que o prédio do Camelódromo enfrentava, junto ao pedido do Ministério Público que solicitava a retirada dos camelôs centrais. O poder público municipal então propõe a reforma e ampliação do espaço, e a saída dos camelôs do SPMH ocorre segundo o ex-membro da diretoria da AVASP, quando os camelôs entenderam que o espaço carecia de reformas e melhorias, quanto a estrutura local.

Assim para saber como se deu a saída dos camelôs do SPMH para o local provisório, o ex-membro da diretoria da AVASP, disse: *“Pacífica, pacífica... porque da primeira vez houve um problema, aí nós saímos através de uma pressão policial, então nós preferimos não brigar, preferimos sair, entendeu?”* (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

A “primeira vez” que o ex-membro da diretoria da AVASP menciona tem relação com as primeiras tentativas de realocação dos camelôs, que segundo ele seria num terreno na 28 de março. Ele disse: *“A intenção era colocar lá, e nós preferimos ficar aqui, escolher o lugar”*; acrescentando ainda que quando

houve a “Operação 25 de Março”, já tinha pedido para eles saírem de lá, mas que permaneceram no local até irem para o atual local provisório, no Parque Alberto Sampaio.

A partir de sua fala, em que diz “brigávamos pelos camelôs”, a fim de saber quais eram as principais questões, ele disse: *“Tava tudo andando de acordo, quando atrasava a obra a gente cobrava através de manifestação; mas tava tudo de acordo, a gente sendo ouvido, a gente tava dialogando direto com a prefeitura”* (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

Percebe-se que a AVASP se articulava no contexto local quanto as reivindicações ao poder público, pois através das manifestações pareciam estar próximos as ações da prefeitura e deste modo despertando visibilidade.

Daí quando questionado o porquê do atraso das obras na gestão passada, ele disse que: *“A razão do atraso era que não tinha o dinheiro, né? É, aliás não é que não tinha o dinheiro... foi na época que surgiu o empréstimo, a prefeitura ía fazer o empréstimo e ia continuar a obra porque estava parada, e nisso a gente tava se manifestando, eu correndo atrás, indo na prefeitura direto pra saber do secretário de obras, e realmente quando saiu o empréstimo, voltou a obra e chegou quase ao final, quase finalizou a obra. Você vai lá e ver, não tem mais nada pra fazer, tá faltando boa vontade do prefeito pra terminar a obra, e não é muita coisa, não é muita coisa”* (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

Segundo o ex-membro da diretoria da AVASP o porquê das obras não terem sido concluídas, ele alega que a falta de recurso fez com a obra fosse interrompida, mas que a prefeitura na época fez um empréstimo para continuar a obra, e que mediante o atraso os camelôs continuaram se manifestando, e que ele como parte da direção da associação “corria atrás” para a continuidade da obra que se deu quando saiu o empréstimo, chegando ao ponto atual, como se pode visualizar no local.

Para sabe se além da relação com a prefeitura, os camelôs estabeleciam alguma relação com outra autoridade, ele disse que: *“Não, porque aqui o pessoal, o pessoal aqui do camelô é muito dependente, o que ele precisa é só um lugar pra trabalhar. Então, o que a gente precisa? Só ter um lugar pra trabalhar no meio do povo, onde a gente sempre teve, no meio do povo; porque a gente depende muito pouco de prefeitura, a gente quer o local pra trabalhar,*

não precisa de mais nada, só isso” (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

Nesta resposta ele evidencia-se que o que o camelô precisa para trabalhar vendendo é de um lugar, ou seja, a luta é pelo lugar, por isso travam-se as questões em fixar-se no centro da cidade. Entendendo que este local propicia melhor circulação de pessoas e que gera maior rentabilidade.

Em relação como era a relação da AVASP com o governo anterior no tempo que esteve à frente da gestão da associação, ele disse: *“Ah era boa demais, tudo eu corria atrás, eu conseguia graças a Deus para ajudar as pessoas, sempre me dediquei, botava sangue mesmo e ia”* (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

É possível notar que o antigo membro da diretoria da AVASP articulou-se e buscava diretamente junto ao poder público local as necessidades dos camelôs, que se davam conforme as circunstâncias em dados momentos. E que a percepção de “ajuda”, a partir da prefeitura, denota que a Rosinha tinha em suas ações, postura favorável aos camelôs .

Os representantes de associações, como a AVASP, nos permite pensar que há por parte destes uma proximidade ao poder local, tendo em vista apelar para as reivindicações de setores como o SPMH Pode-se notar que nos anos anteriores a 2017, os camelôs eram mais ativos, no que diz respeito as manifestações. Sobre essa questão, ele disse: *“Eu mesmo sendo do governo eu fazia manifestação, eu cobrava porque eu lutava pelo permissionário, eu lutava e brigava mesmo tendo relacionamento com o governo antigo, governo passado. Mas eu nunca...se eu visse uma injustiça eu sempre puxava para o lado do permissionário”* (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

Em continuidade ao tema das manifestações a fim de saber como estas aconteciam, se partia dele enquanto membro à frente da associação ou se era os camelôs que procuravam ele; então respondeu: *“A gente via que as coisas não estavam andando de acordo com os permissionários, então eu fazia uma assembleia e a gente partia para manifestação; porque é uma forma da gente reivindicar nossos direitos, pacificamente é claro”* (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

Ele esclarece que, *“com as coisas não estavam andando”*, sobre o desenvolvimento da obra, deixando claro que antes de ir as ruas se reunia com

os camelôs para fazer da manifestação um ato pacífico, como meio de chamar atenção do poder público para as questões do Camelódromo.

Ele atribui como positivo os enfrentamentos realizados através das manifestações, que assim foi possível chegar a estrutura da obra como se encontra, atualmente: *“Trouxe, a obra tá com 80% pronta, só falta o prefeito chegar botar a consciência pra funcionar, fazer uma gestão boa, chegar e terminar o camelô, porque ele não tá fazendo uma boa gestão na minha opinião. Faltou ele ter mais coração do que tá tendo”* (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

Destacando ainda em seu comentário que falta o prefeito atual, Rafael Diniz, se sensibilizar com a atual situação dos camelôs e retornar a obra.

Perguntando a ele qual seria a diferença da gestão da AVASP, de antes para agora, em que ele diz que: *“Rapaz, está mais pacífico, eu era mais agitado, o pessoal tava com mais esperança, entendeu? mas, cada um pensa de uma forma, também não estou criticando cada um tem um jeito de atuar”* (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

Nesta fala percebe-se que há diferenças no modo de liderança e como os camelôs tem sido conduzido através da AVASP, a partir da gestão 2017. Demonstrando que em sua gestão tinha maior articulação com a gestão do poder público, procurava saber respostas sobre as questões do camelô, como o atraso das obras, mantendo assim os mesmos informados.

A fim de saber qual hoje o maior anseio dos camelôs, ele disse que voltar para o antigo espaço, pois lá o fluxo de pessoas era maior. E em relação a opinião dele, quanto a política ideal entre governo, ambulantes e comércio formal ao redor, o antigo representante da AVASP, disse que: *“Rapaz uma política ideal seria o governo dá mais suporte, pessoas preparadas que tem bom coração pra poder ajudar o próximo, enquanto houver aqueles que só olham para o próprio umbigo, interesses, nada anda. Acho que a pessoa tem que se dedicar mais, dedicar mais e querer ajudar o próximo, aí a coisa anda”* (Emanuel, ex-membro da diretoria da AVASP).

Percebe-se que para este ex-membro da diretoria da AVASP entrevistado, as melhorias para os camelôs estariam ligadas ao suporte de pessoas vinculadas a gestão do poder local que *“tenham bom coração e ajuda ao próximo”*, o que no caso tem relação com as proximidades que esta gestão

da AVASP esteve do poder público quando a Rosinha era prefeita, subentendendo-se que essa era a relação que o governo passado tinha com os camelôs.

5.2. Associação de Vendedores Ambulantes do Shopping Popular Michel Haddad- AVASP

Em continuidade a entrevista com foco na organização interna SPMH, entrevistamos o atual membro da diretoria da AVASP.

Iniciamos a entrevista a fim de saber que o principal objetivo da atual¹⁹ gestão da AVASP, ele disse: *“Olha, hoje o que nós necessitamos é voltar pra ali, o objetivo da associação é voltar pra ali, porque todo mundo lá está passando necessidade”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

É possível perceber nesta fala que, o atual local tem causado prejuízos aos camelôs e retornar os camelôs ao antigo local o mais breve possível, se coloca como um objetivo a ser cumprido pela associação; mesmo que esta seja uma iniciativa pontual.

Isto revela que na maior parte das vezes a política com o Shopping Popular exige a articulação e proximidade dos representantes da AVASP ao poder público, tendo em vista assim intervenções com as situações dos camelôs no contexto local.

Para saber questões como, a transferência do SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD para o local provisório, o representante da AVASP, disse que: *“A prefeitura mandava todo dia a polícia militar vir aqui pra aporrinhar alguém e no governo de Rafael não tem isso, porque vendia CD, DVD, e você sabe que não pode, então isso que acontece foi forçado. Num dia que a polícia federal bateu aqui foi por denúncia da Codemca, Jivago que mandou, o policial chegou pra mim (...) falando que estavam ali por denúncia da Codemca, vocês assinam aqui, porque nós temos coisa muito mais importante para fazer”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

Podem notar-se posições partidárias de governo a partir da representação local da AVASP, evidenciando também questões de poder político local a partir

¹⁹A atual composição e integração da AVASP se dá por doze pessoas, que buscam junto a CODEMCA, sobre as questões referentes ao Shopping Popular Michel Haddad, sendo permitido a qualquer camelô também participar das reuniões, o que possibilita transparência.

do poder público municipal e ações em nome do Estado, como as batidas policiais. Quando o representante da AVASP fez tal colocação, foi perguntado a ele se a “batida policial” que ele se referia foi a “batida 25 de março”, em 2010, cujo ele respondeu que: *“Justamente, eu até bati de frente com a prefeita lá, e ela disse que não que jamais faria isso, eu disse que fez porque um delegado lá de Brasília e daqui falou comigo. Bom se ele (Jivago) sabia, ela sabia, ou não? Se você é minha prefeita, e eu sou um cargo de confiança seu, eu vou fazer alguma coisa sem sua ordem, sem te comunicar? Não existe”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

Para o atual representante da AVASP a “Operação 25 de Março” foi realizada a partir da denúncia da antiga prefeita, mas tal operação tem relação com uma operação da Polícia Federal antes já tinha acontecido no Rio de Janeiro, e posteriormente foi encaminhada para o SPMH, aqui em Campos. Complementa ainda sua fala, afirmando que a saída dos camelôs não foi imediata, pois como se sabe resistiam a transferência: *“Nós assinamos três anos para o Bombeiro e pra prefeitura, se isentando de risco de incêndio, porque estava iminente. A prefeitura queria tirar a gente dali de qualquer maneira, e nós levamos mais três anos ali e nós se responsabilizamos para o que viesse acontecer, Foi 2011, 2012 a prefeitura deixou mais dois anos e foi aí que veio, entrou o Wainer e começou a acelerar pra gente mudar pra lá. Fez lá e se não saísse falavam que iam entrar quebrando tudo; desligaram a nossa energia, cortaram a energia do camelódromo pra ir pra lá, aí forçaram mesmo e não tinha não ir”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

Esta fala do representante da AVASP mostra que há entre os camelôs e poder público negociações e conciliações, em que também houve resistências quanto a saída do local anterior em que estavam instalados para o local provisório.

O representante da AVASP evidencia o modo como se deu a saída dos camelôs do SPMH para o local provisório, tendo em vista o Termo de Ajuste e Conduta (TAC) que a prefeitura tinha assinado junto ao Ministério Público, comprometendo-se na remoção dos camelôs do centro, o que previa assim a reforma e ampliação do SPMH.

Quanto o processo de transferência e junção dos camelôs do centro com os SPMH explica : *“...eles do Centro não queriam vir pra cá, porque o Centro é*

muito melhor que aqui, é onde flui tudo, né. Lá era em barraca, era feio; tanto que eu era da associação e eles pegaram os melhores lugares, porque eu aceitei fazer sorteio na época, o pessoal queria pegar a parte da frente e colocar eles lá pra trás, mas não aceitei. Eles lá que preferiram passar o dia das mães pra depois vir pra cá; eu peguei lugar ruim, (...), eu não queria ser injusto, de modo algum“ (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

A partir dessa aglutinação dos camelôs do Centro e SPMH, a fim de saber como atualmente como se dá a representação, ele disse: *”Uma coisa só, nós somos camelô! Eles estavam lá não queriam vir, tinham resistência, o pessoal daqui tinha resistência com eles lá, mas hoje é todo mundo unido e igual, não tem mais problema com esse tipo de coisa não”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

Faz menção aos momentos em que houve resistência por parte dos camelôs do Centro a transferência, e que só foram transferidos após a construção do espaço provisório do Novo Camelódromo, conforme acordo com a prefeita Rosinha, na época. O problema da junção foi o da localização das bacas, quem chegou ao final ficou nas piores localizações. Mas a associação buscou realizar as nomeações das bancas de modo democrático, a partir de sorteio como acordado com a CODEMCA.

Para saber do representante da AVASP o que levava os camelôs a não quererem deixar o antigo local provisoriamente, tendo em vista a reforma, ele disse: *“Porque a gente sabia que se a gente fosse pra lá, a gente ia morrer de fome como está morrendo. Aquilo lá é uma morte, a corda está no pescoço de todo mundo lá e tá puxando, você já viu quantas lojas estão fechadas aqui também? Tem a crise, mas aqui é passagem de todo mundo, se você olha a feira aqui está cheio de gente”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

O representante da AVASP revela que os camelôs já consideravam as dificuldades que o novo local propunha, e que as necessidades dos camelôs quanto a manutenção e subsistência agravaram-se, tendo em vista que o novo local dificulta o desenvolvimento do trabalho dos mesmos.

Neste sentido, percebe-se que o atual Camelódromo, a partir do local em que hoje estão inseridos os camelôs, carece de melhorias, já que a obra não está pronta, precisando assim de melhores adequações, que são feitas a partir das solicitações da AVASP com a CODEMCA, órgão da prefeitura que

administra o Camelódromo. As melhorias seriam: *“Guarda direto ali, tinha que ter estacionamento não tem, não pode parar que o guarda multa na hora, velhinhos não podem atravessar para o lado de lá, que até eu já quase fui atropelado ali. Tudo que foi de pedir a eles eu já peço, o coqueiro eles vão tirar já no domingo que já está pra cair; mas eles já me atenderam nisso aí”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

Para saber atualmente se estabelece a permissão de uso para funcionamento e licença dos camelôs, ele disse que: *“Cada um tem sua permissão de uso e hoje todo mundo é microempreendedor, sem ser microempreendedor não estaria ali”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

Seu comentário faz menção ao Programa do Microempreendedor estabelecido em 2014, no governo Rosinha. A opinião dele a respeito do Programa denota que muitos camelôs a princípio não gostaram da iniciativa, contudo deve-se olhar para as possibilidades que se ampliaram, a partir do Programa Microempreendedor: *“No começo, todo mundo reclamou, mas pra mim é; muita gente aceita o micro-empreendedor, porque por exemplo: Eu tenho moto, se acontecer alguma coisa, no outro dia eu tenho recurso; vai que eu faleça minha esposa terá um salário”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

Quanto à obra o representante da AVASP afirma que: *“Está praticamente feita, falta 30% para terminar. O problema que está havendo é os R\$ 4500000,00 reais, que segundo o prefeito, Garotinho não pagou esse dinheiro [...]O prejuízo que nós temos hoje é de tá ali naquele lugar, aquele povo todo passando necessidade. Tem gente, minha filha, que trabalha ali e vende R\$ 10,00 reais, paga o almoço dela, e o que ela vai levar para casa? Aí, nós temos CNPJ pra pagar, temos o piso (o local que trabalha), para pagar e contador ou Sebrae. Quer dizer uma pessoa que não está vendendo nada entra até em desespero. Às vezes tem gente que tá trabalhando na rua e o fiscal tá perseguindo é porque o cara tem que levar algo pro filho dele”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

O representante da AVASP, explica o atraso nas obras nos termos da atual gestão. Mas sugere que a diminuição das vendas levará os ambulantes camelôs novamente às ruas: *“Há possibilidade porque quem vai ficar passando fome?”*

Camelô é milenar, camelô não acaba. Pra gente ir pra rua melhor do que morrer ali, o ideal seria a gente ir pra rua, e quando fizesse aqui voltar, é fundamental fechar essas ruas aí, daqui até a Rodoviária (...)“ (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

A partir da fala dele sobre a preferência de voltar a estarem nas ruas, foi questionado se tal possibilidade poderia dar certo, onde então ele responde que: *“Fluiria bem se o prefeito concordasse, se ele não concordar vai vir a postura vai querer panhar a mercadoria do povo”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

Para saber se a atual associação da AVASP tem buscado articulação junto a CODEMCA, sobre a questão do término das obras e retorno ao local, ele disse: *“Eu converso com o pessoal da Codemca, só que o prefeito diz que por enquanto está sem recurso...Ele não dá prazo, não tem um prazo porque ele falou que a prefeitura está num rombo, muito grande. Segundo ele, quatro milhões e quinhentos que Garotinho deixou pra trás, da obra ali sem pagar. Nós já estivemos duas vezes com o prefeito, o argumento dele é que não tem verba, que ele já tentou parcelar a dívida com a empresa e não conseguiu. Você sabe que quando existe um contrato com uma empresa, a empresa que toma conta do local, o prefeito hoje não manda nada ali, segundo o que todo mundo sabe. Então tem gente da empresa vigiando ali, já tentaram falando de querer invadir aquilo ali, mas é uma empresa que quer receber o dinheiro que ficou pra trás, que são R\$ 4500000,00 reais, segundo o prefeito, não sou eu que estou falando”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

Nota-se que o alinhamento da atual gestão do poder público na cidade para com as demandas dos camelôs se posiciona de modo diferente, e no momento não propõe soluções, tendo em vista alegar má gestão do governo anterior, e, portanto, falta de recursos

Percebe-se a partir da fala do representante da AVASP, que o mesmo reproduz um discurso vindo a partir da atual gestão para ele, em que justifica o porquê de não ter sido possível o novo prefeito dar continuidade a obra. Acrescentando ainda em sua fala, que houve desejo por parte dos camelôs de retornarem a invadir o local, mas que talvez não “adiantaria”, pois segundo ele para as obras retomarem, depende do poder público pagar as dívidas à empresa que administra a obra.

Foi questionado também qual era a opinião dele enquanto representante da AVASP sobre o governo anterior e o governo atual, durante o período que ele está na associação, a respeito das gestões de cada governo na relação para com o camelô. Então, ele respondeu: *“A questão é que na gestão Rosinha, eles tinham mais um bilhão e quinhentos milhões, com Rafael caiu, tinha aí dois, quase três bilhões por ano, com Rafael foi para um milhão e quinhentos. Então a gente tem que ser coerente e saber que pode ser que seja verdade mesmo que ele não tenha esse dinheiro pra fazer, hoje. Talvez, ano que vem suba alguma coisa e ele consiga fazer, mas na época de Rosinha, eles tiveram tanta condições que ficou três anos a gente lá, a gente ia a reunião, eu fiquei enjoado de reunião, e em cinco meses eles fizeram aquilo ali. Não dava pra eles fazerem não? Você acha o que?”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

Acredita ainda que se o Camelódromo ficasse pronto até as eleições, Rosinha teria ganhado as eleições 2016: *“O interesse era o seguinte, todo mundo votar neles, pra ter segundo turno, eles acabarem de fazer com dois meses rapidinho e eles ganhavam, né, meu modo de ver, não tô falando que foi isso, mas meu modo de pensar. Três anos e em cinco meses fez tudo, é em cinco meses eles fizeram aquilo tudo ali, em cinco meses, não foi mais que isso; quer dizer com três anos se eles quisessem com um ano não faria? Faria, então foi um jogo político, três anos, quando chegar dois anos e meio a gente faz aquilo lá, eles votam tudo na gente...dinheiro tinha, tanto que fez orçamento foi aprovado na câmara. Agora se deve ou não deve, Rafael falou que deve R\$ 4500000,00, eu não sei”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

O representante da AVASP defende, então que o Camelódromo não foi concluído por falta de vontade, mesmo tendo dinheiro e que agora, faltam recursos, mas assim que houver, as obras serão concluídas. Esta boa vontade aparece na forma que a CODEMCA, trata os ambulantes.

Quando questionado sobre a relação do atual governo, como gostaria que fosse, ele respondeu que: *“O mais rápido possível que eles pudessem fazer esse camelódromo aí, porque o povo não tá aguentando mais não, eu não sei até quando eu vou segurar, porque no dia que eles forem pra rua mesmo e todo mundo quiser ir, eu vou segurar como? Eu tenho que ir junto com eles”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

A partir dessa fala pode-se notar que há um controle por parte da atual associação da AVASP para que os camelôs não se manifestem, evitando deste modo, conflitos diretos com o poder público municipal atual.

Quanto a possibilidade de mobilização dos ambulantes afirmou que: *“por enquanto não, mas pode acontecer. Até aquele setembro de 2017, não tinham ocorrido manifestações se o prefeito até ano que vem não fizer nada, provavelmente pode acontecer sim. (...) tem um grupo lá que já foi de Garotinho, então essas pessoas podem querer, é a minoria, mais ou menos 50 pessoas que são contra o governo”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

Este comentário permite entrever a política interna da AVASP. Por um lado, a atual gestão apresenta-se alinhada com a prefeitura, mas internamente contesta-se tal alinhamento²⁰, que não é incondicional. Ele diz: *“...se um dia todos lá quiserem fazer uma manifestação pra ir até o prefeito, eu vou tomar parte disso, e levar eles até o prefeito”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

O termo usado é levar, o que implica uma opção pela intermediação da categoria e não o enfrentamento. Mas a mesma atitude caracterizaria a gestão anterior. Ele diz: *“...ele é da oposição. Hoje ele não está se metendo muito; mas por exemplo, se for sair pra rua hoje, eu levo quase todo mundo, na época ele levava umas cinquenta. Eu era da associação quando na época da gestão Rosinha, mas quando eu vi que tinha algumas coisas erradas eu preferi sair”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

E continua: *“Ele até se articulava, até então estava indo tudo muito bem, depois que mudou pra lá que desencadeou um monte de situações ... “É algumas coisas...se lá eles quiserem te contar eu não vou falar nada sobre isso não, eu sai da associação, eu achei que não estava indo legal, as coisas que Wainer e eles lá da associação estavam fazendo, aí eu sai e voltei esse ano contra eles todos”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

A crítica feita à gestão anterior significa, que os problemas, são atribuídos à mudança ao local provisório, em que os camelôs estão instalados hoje. Quanto

²⁰As eleições da AVASP acontecem também de quatro em quatro anos, juntamente com período de eleição municipal na cidade.

as acusações, tem-se a impressão de serem formas de se construir, de todo modo é claro que reconhece que a AVASP deve ser articular politicamente.

Se a relação com a prefeitura de "articulação" é apresentada em termos próximos, quando se trata das organizações de lojistas a CDL, ACIC e CARJOPA. De fato, houve conflitos, mas que atualmente após a saída dos camelôs houve queda nas vendas para os lojistas ao redor, e que os mesmos também pedem o retorno. Revelando deste modo, as vantagens locais que estar em meio ao centro da cidade propicia para o desenvolvimento das atividades dos camelôs. Ele disse: *"Depois que veio pra cá ficou todo mundo aqui dizendo que o camelô até ajuda; o cara das Casas Bahia tá doído pra gente voltar, Samuel da CDL também. O camelô é bom pra tudo aqui. Você entra lá agora, você vai ver um monte de banca fechada, não é porque a pessoa não precisa, é porque não vende, não tem condições, lá é um lugar que matou o camelô; o lugar que vende é aqui, porque vinha aqui na feira, comprava um pastel, na Barão de Amazonas, vou tem falar uma coisa: Campos é uma província, o pessoal da roça que compra com o camelô, só tem três lugares para ir; ele vem da rodoviária, passa na Barão do Amazonas, não atravessa pra lugar nenhum, vai no banco recebe, vem aqui no mercado recebe, faz a compra e não atravessa para lá não, aquilo lá pra eles é outro mundo, e volta pra rodoviária. Se acabar o mercado, fizer a coisa mais linda do mundo, o pessoal da roça não vem mais aqui, e quem compra a gente é gente do interior, por isso que aquele pessoal debaixo das árvores, 60 anos que eles trabalharam ali, eu estou desde 1976, entendeu eu comecei ali; dali que fluiu o camelô; o primeiro camelô com Michel Haddad e ali embaixo das árvores. Depois em 1991 as lojas fizeram pressão em Garotinho e ele fez esse camelódromo ai, e que deu certo. E agora as lojas ao redor e todos aqui ao redor, querem o camelô de volta, você pode fazer uma pesquisa, Casas Bahia, Samuel Atacado que era da CDL, e foi camelô, eu fui vice presidente dele. Segundo Garotinho na época quem fez a pressão foi a CDL, e foi bom pra gente, depois que entramos e todo mundo se adequou ali, ai já não tinha camelô no Centro mais, ele tirou todo mundo mesmo da rua. Depois com Arnaldo voltou um monte de gente pra rua, até gente que era do camelô voltou pra rua, largou ai e não sei o que fizeram e voltaram pra rua. Agora voltou todo mundo pra cá, tem que tomar certo cuidado pro pessoal não voltar pra...entendeu?"* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

Quanto aos “ilegalismos” que justificam as frequentes operações policiais e da receita federal que afetam o SPMH, ele explica que os camelôs não são mais ilegais que os lojistas: *“Ali não tem porquê, tem nota da maioria das coisas, por exemplo eu trabalho viajando pra São Paulo. Vamos supor, os lojistas viajam também todos, 60% ele compra sem nota e 40 % com nota, e nós temos nota da mesma maneira. Se for bater um pente fino neles aí também...porque não tem condições, todo mundo quebra; quer dizer já tem uma crise, essa crise pode tornar Campos um caos terrível, no meu modo de ver, para uma tragédia”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

Camelôs e lojistas vendem produtos comprados em São Paulo, sem nota, mas todos têm um CNPJ e a crise é a mesma para ambas as categorias. Revela deste modo, que as práticas dos lojistas quanto as condições de ilegalidade não se diferem muito para com a dos camelôs, pois eles também não possuem nota de todos os produtos que entram em suas lojas. Deste modo, expressa que mesmo se um comerciante formal pagar todos os impostos exigidos, seu comércio não subsistirá, relacionando isto a quantidade de impostos que o Estado cobra.

Para saber qual hoje seria hoje o maior anseio dos camelôs e qual seria a opinião do atual representante da AVASP sobre uma política ideal entre governo, ambulantes e comércio formal ao redor, ele disse que: *“a única coisa que falta é a gente voltar pra ali, a relação nossa já tá bem. Não tem nada entre nós, entre o comércio e a gente não tem nada não”* (Nelson, atual membro da diretoria da AVASP).

Percebe-se deste modo, que no momento o que os camelôs mais precisam seria a finalização da obra e retorno ao antigo espaço do Shopping Popular Michel Haddad, tendo em vista as vantagens locacionais ofertadas. E que o atual representante da AVASP aparenta estar tendo um bom relacionamento com o poder público local, assim como também com os comerciantes ao redor do espaço, o que mostra que no momento não há conflitos entre lojistas e camelôs.

5.3. Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos- CODEMCA

A Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos- CODEMCA é uma companhia municipal fundada em 1991 que administra, implementa e executa atividades voltadas para o desenvolvimento econômico no município de Campos dos Goytacazes. Nesta entrevista a companhia foi representada por um membro da direção.

Assim Junto aos camelôs existe dois órgãos envolvidos, a Postura Municipal que atua a partir dos fiscais, controlando o uso das ruas e praças, e no comércio ambulante, a Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos (CODEMCA) que administra o camelódromo. Quanto as funções da CODEMCA, segundo o representante entrevistado: *"É uma companhia voltada para a administração das permissões, todas as permissões. Essas permissões envolvem, todos os quiosques da cidade, Rodoviária Roberto Silveira, Shopping Estrada, Cidade da Criança, Shopping Popular Michel Haddad, Mercado Municipal que engloba ali a parte da Feira e Peixaria, e todos os Cemitérios"* (Júlio, membro da diretoria da CODEMCA).

Apesar da CODEMCA ter como prioridade o desenvolvimento municipal, possui também outras atribuições, como a gestão²¹ do SPMH, estando assim responsável pela manutenção do local. Deste modo, é cobrado uma taxa aos camelôs, para cobrir custos como água, luz, banheiro e funcionários que transitam no local. Paga-se assim pela concessão, permissão de uso²² deliberada aos camelôs.

No local do Camelódromo atua um fiscal que faz a comunicação entre os camelôs e companhia, quanto aos possíveis conflitos e reivindicações.

Para o representante da CODEMCA ainda, quanto ao comércio informal, é necessário organizá-lo. Ele percebe que a falta de organização interna no SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD é um problema, que faz com que os camelôs: *"Invadam o espaço um do outro, gerando situações lá dentro que*

²¹ A construção, pelo poder público, de espaços destinados ao mercado informal (conhecidos como Shoppings populares) demonstra a preocupação do Estado em tentar "formalizar", com o mínimo de normatização jurídica, o desenvolvimento da economia paralela (SILVA, 2002 apud MAMANI,2010)

²²Toda permissão de uso tem a mesma filosofia. Concede-se algo, para que a pessoa use e ela terá alguns direitos, como luz...água...e isto é intransferível (CODEMCA, 2008 apud MAMANI, 2010).

dificultam a passagem nos corredores na tentativa de mostrarem os produtos, sem contar com a poluição visual” (Júlio, membro da diretoria da CODEMCA).

Nesse trabalho de organização é preciso corrigir problemas que vem se acumulando. A permanência dos ambulantes hoje se estabelece com base num contrato de permissão de uso, gerenciado pela CODEMCA. Havendo também o Regimento Interno e a legislação que ampara a parte comercial entre a Companhia e o permissionário. Esse Contrato de Permissão prevê o uso do espaço de modo responsável, que atenda ao usuário, de modo transparente e com qualidade. Contudo, ele diz: *”... tem uma pessoa que tem quatro, cinco box, e isso é vedado, não pode. Você não pode ser permissionário de mais de um box, o contrato é bem claro, você não pode vender, emprestar, alugar, e é o que mais tem ali dentro, hoje. Eles na verdade, aproveitaram esse gancho da obra, nós na verdade pra não criar um conflito maior atendemos isso aí, mas”* (Júlio, membro da diretoria da CODEMCA).

Organizar o comércio informal implicaria, neste caso, a obtenção de maior controle. Mas esse trabalho apresenta questões, como: *“... problemas internos de funcionamento, que a gente procura fazer com a associação, onde a associação é o órgão representativo, dos 513 permissionários. Hoje a gente não teria como fazer uma reunião com todos os funcionários porque a gente não teria o cadastro de todos, então a gente faz bastante coisa com a associação; toda parte de limpeza, segurança, manutenção e organização interna, a gente procura fazer e manter, vamos começar agora fazer algumas ações isoladas ali na parte estética. Porque o problema hoje ali do camelô são os conflitos internos ali entre eles, eles na verdade não se entendem e isso acaba trazendo problema pra gente, a associação muitas vezes ela se vê impedida de atuar, até para não ser algo particular e isso acaba vindo para a CODEMCA resolver. Além disso porque hoje quando vem uma reivindicação ela nunca vem pensando no todo, ela vem pensando na parte dele e muitas vezes o permissionário quer que a gente atenda uma demanda dele, mas muitas vezes uma demanda dele prejudica quem está ao entorno dele. Então na verdade tudo que for pra melhoria que a gente for fazer ali a gente tem que pensar no todo”* (Júlio, membro da diretoria da CODEMCA).

Para este gestor os maiores problemas enfrentados são conflitos ente “vizinhos”, nos quais a CODEMCA deve intervir dado que são situações difíceis

de resolver pela AVASP, embora: *"...a organização do espaço interno cabe a AVASP e CODEMCA é responsável por administrar, segurança do espaço. Temos ali banheiros que atendem, a administração do pessoal pra cuidar dos banheiros, a limpeza, varrição de todo espaço ali entorno, material de limpeza, iluminação, as instalações, parte elétrica. Então essa parte interna hoje que associação deixa a desejar e acho que nessa parte ai eles deveriam ser mais unidos. Eu falei com eles hoje o propósito da CODEMCA hoje é melhorar, porque o comércio já está ruim, eles estão num espaço provisório que não oferece estrutura para quem vai ali fazer suas compras, então se eles entre si não se unirem para melhorar o espaço interno casa vez é pior para eles"* (Júlio, membro da diretoria da CODEMCA).

A divisão interna, teria causas políticas e pessoais, tendo em vista que: *"Existia uma outra associação na gestão passada e passou para essa associação agora, aí a antiga não conversa com a atual, alguns permissionários são a favor da gestão atual outros não são. Essas questões aí que no final de tudo acabam atrapalhando o desenvolvimento do setor, porque você tem 513 pessoas onde um puxa para um lado e outro puxa pro outro, então você não consegue chegar nunca num consenso"* (Júlio, membro da diretoria da CODEMCA).

Não é possível avaliar como a rivalidade política dificulta o desenvolvimento, mas é possível perceber que a política do município repercute sobre o SPMH e a CODEMCA faz parte desta articulação.

O representante da CODEMCA, como agente direto da Prefeitura Municipal afirma: *"O que a gente tem mais buscado ali e que é uma marca do governo é o diálogo, todas as reivindicações que chegam aqui são atendidas"*

Desde que não se reivindique a finalização das obras do novo camelódromo. Ele diz: *"Porque a estrutura é uma estrutura que bem ou mal ela funciona, então em termos de investimento seria mesmo para melhorar o visual e funcionamento interno, em termos de infraestrutura o que temos hoje está atendendo"* (Júlio, membro da diretoria da CODEMCA).

A principal demanda dos Camelôs é retornar à antiga localização, mas essa não é uma prioridade da prefeitura, ratifica isso quando diz: *"...hoje na verdade há sim uma vontade, isso foi dito pelo prefeito em duas reuniões, a vontade hoje do prefeito de resolver esse problema é grande, ele esbarra hoje*

problema econômico financeiro, a prefeitura hoje não tem condição de retomar aquela obra, assim como tantas outras na cidade que se encontram parada e vamos dizer assim de mais prioridades que são obras que envolvem a parte de saúde. [...]. Então hoje o problema principal é o problema financeiro, que a gestão passada deixou para a gestão atual terminar e que não deixou nenhum dinheiro reservado para isso” (Júlio, membro da diretoria da CODEMCA).

O argumento da falta de recursos e a acusação à gestão anterior²³ como responsável dos problemas, tem afeado todas as políticas sociais do município e se fundamenta no principal item de campanha da atual gestão: a recusa a tomar empréstimos com base em Royalties futuros, para concluir os investimentos de infraestrutura do município²⁴. A prioridade municipal é sanar contas e não gastos sociais.

²³ Este argumento é visível ao tratar da avaliação que faz do espaço provisório que o Camelódromo ocupa: “é precário, mas que é o que se tem”, destacando da ciência de que o espaço quando chove é alagado e leva os camelôs a perderem mercadorias; deixando claro que isto também foi um problema da gestão passada e que mesmo sendo feito uma obra ao entorno não resolveu.

²⁴ Percebe-se que a gestão pública de Campos dos Goytacazes, a partir de 2017, não concorda em fazer empréstimos tendo em vista os royalties que o município pode receber, considerando que assim fez a gestão anterior, e por isso a cidade teria seu “futuro vendido”. Deste modo, concentra-se os royalties nas mãos do empresariado, a fins de gestão, controlando esse recurso para gastos sociais.

CAPÍTULO 6: SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD E A RELAÇÃO COM COMERCIANTE FORMAIS

Este capítulo buscou entender a partir da perspectiva das empresas formais, suas formas de representação, tradição, peso político e viés da relação entre Estado e capital, as diversas formas de percepções sobre o Shopping Popular Michel Haddad, e como consideram as atuações do poder público local sobre este segmento.

A partir das entrevistas²⁵, buscou-se obter as diferentes percepções sobre o SPMH e sobre o retorno da “questão camelô”, no contexto local, tendo em vista assim responder as questões iniciais²⁶ da pesquisa.

Assim apresentaremos as entrevistas²⁷ semiestruturadas que foram direcionadas²⁸ as principais associações e instituições lojistas, no âmbito local de Campos dos Goytacazes, direcionada as principais instituições, agentes e associações envolvidas na composição deste cenário, como: atual membro da direção da Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC); atual membro

²⁵ As entrevistas foram gravadas com permissão dos próprios representantes, afirmando sigilo da identidade. Deste modo nomes fictícios foram dados aos representantes citados durante este trabalho. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e estes dados foram tratados em divisões de blocos temáticos, e posteriormente análise.

²⁶ Questões iniciais da pesquisa: Quais forças disputam a permanência /retirada dos ambulantes do Centro, como se organizam, e desta forma como se constituem enquanto atores coletivos. E como atua o poder público no sentido de tolerar ou reprimir as práticas econômicas populares;

²⁷ Foram realizadas ao todo três entrevistas, direcionada aos representantes das principais instituições e associações comerciais envolvidas na questão do Shopping Popular Michel Haddad e comércio da região central em Campos dos Goytacazes que seguia uma dinâmica de contato prévio por telefone, apresentação como aluna e pesquisadora da UENF, e objetivos do desenvolvimento do estudo em questão, destacando que houve boa receptividades em ambas instituições.

²⁸ Foi estabelecido um roteiro prévio (apêndices) antes de ir as instituições, sendo o mesmo adaptado durante a realização das entrevistas, para ampliar as respostas e posteriores análises. As perguntas eram inseridas gradativamente, de acordo com o desenvolvimento da entrevista.

da direção da Comerciantes e Amigos da Rua João Pessoa e Adjacências (CARJOPA) e atual membro da direção da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL).

Tais instituições representam no contexto local, o símbolo de legitimidade comercial campista, se fazendo atuante nas estruturas de decisões, nos momentos de negociações político administrativos e econômicos que envolvem o município; tendo em vista o controle do mercado, supondo deste modo, acúmulo de recursos e poder, o que expande a capacidade organizacional das mesmas.

Cabe lembra a que estas associações, CDL, ACIC e CARJOPA, ao longo dos anos, questionam no contexto local a luta pelos espaços rentáveis do centro, apelando à sua ascendência sobre o poder público. Deste modo, o conflito não é entre ambulantes e governo, mas pela rentabilidade do lugar e grupos que se beneficiam dele.

Destacamos assim, a importância que estas associações tiveram na formação do camelódromo. A ACIC, em 1991, junto ao Prefeito Anthony Garotinho da época, quando juntos encontraram como solução a criação do Camelódromo, para abrigar os ambulantes do centro; e a força política da CDL que junto aos lojistas, partir dos anos 2006-2008, solicitam ao Ministério Público a retirada dos ambulantes que cresciam e se espalhavam ao redor do centro

6.1. Câmara de Dirigentes Lojistas- CDL

A Câmara de Dirigentes Lojistas foi fundada em 1963, e tem em sua base institucional a finalidade de atender seus associados, prestar serviços e criar parcerias com outras instituições, contribuindo assim com poder público e fortalecimento das classes comerciais junto à sociedade.

Deste modo, a instituição possibilita a promoção do desenvolvimento do segmento lojista na cidade; trata-se de uma organização de classe que trata dos interesses comuns dos comerciantes de Campos dos Goytacazes.

Segundo o representante da CDL entrevistado, esta instituição tem como objetivo principal “*auxiliar o comércio local da cidade; as empresas, as lojas, varejo; visando defender os direitos do comércio e lutar pelos mesmos. Além de*

possibilita a busca e defesa de benefícios ao ramo, principalmente para os comerciantes e comércio”.

Sobre a pauta da CDL, ele disse que esta é muito variável, e no geral o objetivo macro da instituição é proteger os associados no comércio. Pode ser resumida a fazer cumprir a lei no estado ou municipal, mobilizando forças para poder proteger o comércio da cidade.

Um exemplo é a segurança, que por solicitação da CDL mais Guardas Municipais e a Polícia Militar foram às ruas do Centro. Acrescentando ainda que é uma relação sempre bem direta em que fala-se com o órgão que pode solucionar a questão no momento. Esta tem sido a postura em relação aos camelôs do Centro que são um problema para os lojistas: Ele diz: “...às vezes o informal está na porta dele vendendo alguma coisa que não tem nota, às vezes tinha uma queixa assim. A CDL pode ajudar a colocar em contato com a postura, alguém que for pra poder estar conversando ali e ajeitar.[...] Mas ultimamente, até depois que foi feito esse trabalho pela prefeitura passada de limpar o Centro foi importante porque deu mais clareza ao Centro ali, mais fácil [...] circular. Antes tinha que desviar de um e de outro ali...” (Rodrigo, membro da diretoria da CDL).

Quanto à relação com a Prefeitura descreva a relação com a gestão atual como: “Aberta e melhor, antes não tinha diálogo antigamente. [...] A gente solicitava e não via nada. Assim, não vou falar que de dez solicitações nenhuma eles atendiam, mas a gente tinha dificuldade, não tinha um diálogo aberto, era muito fechado, muito formal” (Rodrigo, membro da diretoria da CDL).

Não fica claro a que se refere tal formalidade dado que se reconhece o trabalho de 'limpeza' do Centro realizado pela gestão de Rosinha Garotinho e sua política de regularização. E avaliam positivamente o Camelódromo. Ele diz: “Olha a gente acha que assim, hoje o comércio popular ...até o governo há um tempo atrás fez uma campanha pra poder todo mundo está se regularizando porque é um comércio não regularizado. Qualquer tipo de comércio é válido pra cidade, pra movimentar, vai trazer mais gente para pro Centro principalmente. Então a gente tem uma visão assim que comércio popular é importante sim ali pra região central, entendeu? Eu acho que a gente tem essa visão, não vê como um problema isso; óbvio que a regularização é importante, pra poder está todo mundo dentro dos mesmos direitos, de ter que pagar os impostos, porque como comércio informal a CDL não vai apoiar comércio informal. (...) projeto de ajeitar

o lugar aonde eles estavam que é aonde foi feita a obra, de modernizar e alocar tudo num local foi importante, o problema é que não chegou até o final(...)” (Rodrigo, membro da diretoria da CDL).

O atraso nas obras do Camelódromo, segundo o membro da direção da CDL, disse, que estão também no aguardo, pois uma obra daquele tamanho parada no Centro é ruim. A presença dos camelôs propicia, maior circulação e movimento para a região central. Ele diz *“É fundamental pra prefeitura hoje é terminar aquela obra ali no Centro que falta pouco, pra eles poderem voltar pra lá, porque aí vai ser bom pra eles e para os comércios ali da região em volta; acho que hoje o ponto principal de fora que eu vejo, né...porque eu não estou lá dentro e é isso, que essa obra ali do Centro que está parada desde o início da gestão Rafael terminar logo pra melhorar pra todo mundo”* (Rodrigo, membro da diretoria da CDL).

O representante da CDL não percebe os camelôs como rivais, apenas recusa a concorrência desleal que foi corrigida. O cadastramento dos camelôs como microempreendedores permitiu que os mesmos se organizarem mais e regularizassem sua situação. E a junção dos camelôs em um mesmo espaço possibilitou melhorias para a circulação do Centro, ratificando ainda que a obra do Camelódromo ficando pronta, e eles retornando ao antigo local, será melhor ainda.

6.2. Associação de Comerciantes da Rua João Pessoa e Adjacências - CARJOPA

A Associação de Comerciantes e Amigos da Rua João Pessoa e Adjacências- CARJOPA, foi fundada em 1996, e ao longo dos anos se dedica pela luta da revitalização do centro histórico e comercial de Campos dos Goytacazes. Deste modo, busca manter o comércio tradicional da região central buscando agregar valores entorno desta área.

O surgimento da associação foi também em um momento de “crise econômica e a Pelinca iniciava seu apontamento, descentralizando o comércio da cidade” (FOLHA DA MANHÃ, 08/11/2017).

Assim, os objetivos da associação atualmente se baseiam em: *“Tentar revitalizar o trecho do Centro da cidade, que se chama Centro Histórico, em torno*

da rua João Pessoa", [...] nos últimos 20 anos a missão da CARJOPA tentou manter a região central da cidade ativa, pois como em outras cidades é uma área que ao longo dos anos se torna decadente" (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).

O eixo central que a CARJOPA compreende, vai "da Barão de Amazonas até a Rua Marechal Floriano, formando um quadrilátero formado". Os associados atualmente são em torno de 36 lojas, contudo, é um trabalho que não envolve só lojas, inclui também advogados, cartórios. O membro da diretoria da CARJOPA acrescenta ainda que o foco associação não é só comercial e sim de revitalizar a região central: "O trabalho nosso é focado nessa região aqui, a CDL já é a cidade toda, a ACIC já é a cidade toda, mas por aparecer necessidades a gente também está participando desse trabalho, mas o foco nosso é essa região daqui do Centro, a nossa missão é essa aqui do Centro, é focar nessa região aqui, mas por necessidade e por solicitação que a gente participe, convite, a gente acaba extrapolando um pouco essa fronteira, porque na realidade essa instituições que teriam que trabalhar especificamente, por exemplo: essa obra de revitalização aqui do Centro foi um trabalho nosso com o governo da época, nós tivemos, procuramos, procuramos até que conseguimos, foi o que deu uma dinâmica maior a associação, esse trabalho que foi feito com a prefeitura antes, um pedido que foi atendido. No caso assim, que se fizesse uma obra de revitalização no Centro, que se olhasse mais, se bem que o poder político ele tem a preferência dele, em bairro porque lá vai ter voto; aqui não, aqui é uma área de transição, as pessoas passam mais ninguém mora aqui...se você vier aqui um domingo a noite, você ver um deserto, não tem nada" (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).

A CARJOPA busca em suas ações atrair pessoas para o eixo central da cidade, fazer com que mais pessoas circulem nesta região, o que possibilita maior rendimento aos comerciantes do local, e tentar superar este momento de crise que tem atingido o comércio de um modo geral.

Sobre as principais demandas que a CARJOPA faz a Prefeitura, ele disse: "As nossas maiores demandas são o controle da ordem pública, a postura manter a fiscalização aqui, a manutenção da área aqui que tá muito ruim, hoje não se investe em mais nada, o que quebra fica quebrado, hoje é uma demanda

que nós temos e principalmente em função da crise econômica tudo está se desvalorizando” (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).

O representante da CARJOPA evidencia o foco de atuação da associação, e destaca que obra de revitalização do Centro na gestão Rosinha foi uma grande solicitação atendida, apesar de não ter sido concluídas. Nesta fala destaca que foi uma solicitação atendida pelo poder público municipal, destacando ainda que mesmo a região central, não sendo uma região de interesse político, no que se diz a obtenção de votos, as obras de revitalização foram uma conquista para aquela região.

Sobre a relação da CARJOPA com a Prefeitura na antiga gestão, e as obras de revitalização do Centro, e término das mesmas, ele disse : *“Olha foi difícil no inicio porque , foi difícil começar , o governo começou, estava no programa deles, e não conseguiu, o problema político na cidade é um problema muito sério, é uma perturbação danada...então ela só foi começar já tinha, já estava no final do primeiro mandato, aí começou, começou a fazer, uma dificuldade, foi um terror aqui no Centro, tudo emburacado, muito desgaste...não sei se você viu, se chegou observar essa época...foi um conflito, foi fazendo e depois veio a crise 2014, que teve que interromper tudo, não deu continuidade no trabalho, mas foi um problema de ordem estadual , talvez nacional a crise econômica , e aqui nós sentimos mais , porque o Estado entrou numa crise danada, a prefeitura também agora, então ouve essa interrupção, e eu acho muito difícil a médio prazo retomar isso. Aqui no Centro, nessa região aqui, só ficou faltando a retirada dos postes, se você observar a rua aqui, tem uns postes pequenininhos e uns grandes, tá tudo tubulado por baixo, toda parte elétrica... tudo abandonado, parado. Foi gasto milhões de reais e tá começando agora a ser destruído porque não tem manutenção , né? Hoje mesmo tem uma foto na Folha da Manhã tinha um protetor de calçada destruído, jogado assim, porque um caminhão passou, não era pra passar caminhão aqui, faltou a regularização, regulamentação, porque com a implantação do Centro histórico criou-se uma legislação própria aqui do Centro, não sei se você sabia disso” (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).*

Sua fala explicita que as obras de revitalização do Centro estavam incluídas no plano de governo da Prefeita Rosinha e que mesmo sendo uma pauta daquele governo o entorno do Centro foi muito prejudicado com as obras,

pois não terminaram no prazo estabelecido, estando ainda parte dela inconclusa, o que se deteriora com o tempo não sendo retomada. Sobre essa questão na organização do Centro Histórico ele ainda comenta que se iniciou depois que a CARJOPA entrou com um pedido de revitalização do Centro.

Contudo, considera satisfatória, e complementa dizendo que só em a obra de revitalização se investiu mais de 60 milhões de reais, e que foi uma conquista, que não pôde ser concluída devido ao problema econômico, a crise do petróleo, pois a cidade vivia dos royalties que até hoje é a maior fonte de renda, e ao acabar o recurso teve que parar tudo, o que só piorou a situação.

Sobre os atuais desafios que a CARJOPA enfrenta no momento, ele disse que o atual desafio é: *“manter a vitalidade econômica do Centro, porque, você tem uma área onde mal ou bem é a área onde mais circula gente na cidade, aonde tem um comércio mais diversificado”* (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA). Acrescentando ainda que: *“Então hoje a nossa dificuldade pra ser assim simples, é o aumento da passagem de ônibus, afetou; diminui a circulação de pessoas; a tributação excessiva, agora a prefeitura, vem com esse novo código tributário, de repente ano que vem pode chegar a uma alta, o Rio de Janeiro já teve uma enorme; então há distorções. Nosso trabalho hoje é tentar evitar essas distorções que vem prejudicar a manutenção do comércio aqui; evitar esse monte de loja fechada com crise, então a gente trabalha focado nisso, focado nessa situação de manter isso aqui como um polo ativo econômico do município de Campos; esse é o foco nosso principal”* (Evaldo, membro da diretoria CARJOPA).

Ainda segundo membro da diretoria da CARJOPA o momento não é propício para aumentar tributos, uma possibilidade que a atual gestão municipal, a partir do Prefeito, Rafael Diniz propõe. Ratificando que a principal demanda da associação é manter a vitalidade do comércio daquela região, tendo em vista que vivencia-se um momento de crise econômica e perda de poder aquisitivo, em que se pode visualizar lojas fechando e pessoas com dificuldade de cumprir seus compromissos.

Quanto ao aumento do Código Tributário que foi questionado ao representante da CARJOPA se é uma proposta do governo atual ou se vem desde o governo passado, ele disse que já se teve um código tributário e que foi recusado, e que em sua fala alegou que a CARJOPA trabalhou para que este

código não fosse aprovado. E que agora neste novo governo novamente lançam um aumento do Código Tributário, comentando que: *“Eu acho que a mentalidade deles é a seguinte: as regiões onde eles supõem que seja mais valorizado cobrar e não cobrar de quem está nas áreas periféricas, as pessoas mais simples e tal”* (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA)

Contudo, destaca que o diálogo tem sido bom com a atual gestão municipal, e na relação interinstitucional da CARJOPA com as outras instituições, como ACIC e CDL, ele respondeu que *“existe, a gente se convida, participa; a gente tem um trabalho muito bom, as discordâncias são mínimas e é uma maneira de se manter unido;”*. Para o representante da CARJOPA a união de tais instituições faz com que o comércio da região central “ganhe força”, enfatizando ainda em sua fala: *“Porque numa hora de crise que a gente está vivendo se não se unir as pessoas, e não é só as instituições de comércio, indústria não, todas elas, você não tem voz ativa; porque administrar crise alguém tem que perder, geralmente é a população que perde mais, né...as facilidades que ela tinha antes, começa a cortar, cortar, cortar e chega um ponto que não funciona mais, então nessa hora é preciso que todo mundo tenha um denominador comum, e deixa de lado o “meu” interesse assim”* (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).

A fala do representante da CARJOPA é interessante quando se olha de que lugar desse gestor é de uma associação privada, levando em consideração quando destaca que num momento de crise quem mais perde é a população. Contudo, pode-se evidenciar que ao usar o termo “facilidades”, pode estar se referindo a direitos, políticas sociais ou programas sociais voltados para a sociedade.

A fim de saber como a CDL, ACIC e CARJOPA se articulam sobre a questão dos ambulantes na cidade, o representante da CARJOPA, disse: *“Hoje nós não temos mais nada em relação, a gente considera resolvido isso, né? Hoje o trabalho nosso é manter atento como a postura da prefeitura, quando alguém quer ocupar um espaço aqui a gente liga e eles tomam a providência. Há pouco tempo quiseram botar uma carrocinha aqui na frente da loteria, aqui é uma área de segurança; eu liguei pro cara da postura e falei: olha, me botaram aqui uma carrocinha de cocô, na minha frente, você vai me criar um problema de segurança, aí mandou o cara se retirar daqui. Ali no calçadão, depois das cinco*

horas que a fiscalização vai embora aparece uns ambulantes vendendo, sábado então...já se fez essa reclamação com eles lá” (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).

A opinião deste representante da CARJOPA, quanto a questão dos ambulantes na cidade, este não é mais um problema a ser resolvido, tendo em vista que todos os camelôs se aglutinam hoje em um mesmo espaço. Porém, quando se trata de alguma eventualidade em que aparece um ambulante de outro gênero, como o do “carrinho da água de cocô”, entra em contato com a postura para pedir a retirada, justificando a falta de segurança.

Sobre a opinião da CARJOPA em relação a importância do SPMH para a economia da cidade, o representante da associação respondeu: *“A opinião nossa em relação ao Shopping é que é uma realidade, não seria senão tivesse pessoas desempregadas, esse subemprego não haveria necessidade de Shopping Popular, mas a realidade econômica é essa,(...)eu não critico nunca a pessoa que precisa trabalhar, a gente que tá numa vida de comércio, de trabalho dia-a-dia, a pessoa vai se virar, um vai vender de porta em porta, o outro vai tentar ...então o poder público tem que organizar isso pra poder evitar conflito. Então assim, eu achava isso que talvez fosse necessário. A minha opinião particular aquela obra poderia ser em outro lugar, transferido pra outro lugar aqui perto, pra liberar a área do mercado como patrimônio histórico, mas a realidade da vida daquelas pessoas que estão ali em torno do mercado...você não pode chegar ali, eu que não estou lá, que não vivo aquela realidade ali daquelas pessoas e dar opinião. É o que acontece muito em Campos hoje, as pessoas criticam tudo que está em volta do Mercado Municipal, não frequentam o Mercado Municipal, não vão ali, é o pessoal mais intelectual de classe média alta, não sabe como que está o comércio na Barão de Amazonas, não sabe como é a ligação do mercado Municipal com o comércio. Ali há 60 anos atrás era o único pólo de comércio que tinha, mais um pouco... as pessoas vinham de mula, tinha um curral atrás, as pessoas colocavam as éguas, botavam os cavalos, ali onde estaciona carro. Então aquela região tem uma tradição comercial grande, antigamente eram açougues, eram lojas populares em volta e aquilo evoluiu pra isso que tá ai, e na época era uma região mais tranquila e foi onde resolveu botar um ponto de camelô, que eles estivessem próximo a área do Centro, do que você pegar e colocar o cara lá no fim do mundo onde não vai*

ninguém. A ideia do administrador público foi essa, fazer um foco que ele estivesse próximo ao comércio, mas ao mesmo tempo não incomodasse os lojistas aqui. Então na época foi a solução adequada, e hoje você mudar isso, depende de vontade política, porque ali em volta do camelô, tem quantos barraqueiros ali? Tem mais de quinhentos barraqueiros vendendo troço ali, dentro do mercado municipal... ficavam juntando os dois; então é uma situação social e econômica; não é só um problema econômico” (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).

A questão do SPMH vai além de uma questão econômica, sendo uma situação social que envolve "vontade política" para ser resolvida. Para ele não se deve criticar as ações do poder público municipal ao longo dos anos para com este setor, pois no momento em que foram tomadas foi o que se pôde fazer. Deste modo, deve-se entender que hoje o SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD é uma realidade campista e que o poder público deve buscar organizar, tendo deste modo o controle para evitar conflito.

E continua: *“Eu acho assim que o mais importante ali é você atender a essas pessoas que trabalham dessa maneira e ao consumidor classe C que vai lá comprar, porque tem um consumidor que gosta de comprar essas coisas, né? Então a finalidade eu acho que é essa... porque peso de tributação, de receita, eu acho que tem muito pouco...a receita é o comércio estabelecido com firma que paga imposto, que paga...duvido que alguém lá paga ICM, ou paga qualquer tipo de taxa, imposto de renda sobre firma, não acredito que exista isso lá. Eu não tenho a informação perfeita pra te dar, mas eu acho muito difícil... o nível de pessoas que trabalham ali com carteira assinada? Eu acho que a economia informal ali ainda é muito forte ainda, um estabelecimento aqui hoje ele pode ter um funcionário informal no máximo três meses, depois ele vai acabar sendo visitado por um fiscal, vai ter denúncia, sindicato existe; lá não, não tem isso, é que nem transporte alternativo, van é parecido com isso” (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).*

Para o representante da CARJOPA, o SPMH, parece não ser visto como um setor importante para a economia da cidade, considerando que deve-se criar possibilidades para que pessoas que daquele setor se abastecem como "consumidor classe C", possa ficar satisfeito. Destaca ainda que o camelô é um

lugar em que a economia informal ainda se faz presente, quando comparando ao comércio formal.

A fim de saber sobre qual a opinião do representante da CARJOPA sobre a aglutinação dos camelôs da região central e camelôs do SPMH, o que ele considerava a respeito do assunto, ele diz que *“a saída dos camelôs da Alberto Torres foi uma decisão do Ministério Público, e que foi bom, lembrando também daquelas lanchonetes que ficavam na Alberto Torres”* (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).

Acredita que os camelôs não ficaram muito satisfeitos com a mudança, mas que isso possa ter relação com o momento de crise em que as pessoas estão com pouco dinheiro, até mesmo para comprar no comércio popular; onde o comércio popular possui mercadorias mais baratas quando comparado a outro tipo de comércio. Acrescenta ainda que trouxe um "alívio" para o Centro, mas que já ouviu por parte alguns comerciantes que diminuiu o movimento do Centro da cidade, comentando ainda que: *“Então o camelô ele aglutina gente em cima dele, ruim, boa, todo mundo se mistura ali, fica aquele comercio popular; e isso um comerciante estabelecido próximo, ele leva essa vantagem, mas não é só vantagem, porque você não tem calçada, você não tem trânsito”* (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).

O representante da CARJOPA admite que a presença dos camelôs gera mais fluxo e circulação de pessoas ao Centro, beneficiando quem está por perto; mas afirma que não existe só benefícios, há também prejuízos, como: *“camelôs prejudicam o pedestre ao ocuparem calçadas e o trânsito que não flui”* (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).

Sobre a fixação do SPMH no Centro da cidade, o que a CARJOPA, considera, ele disse: *“É uma realidade, eu não gosto nem de lembrar muito isso, porque eu me lembro do meu pai aqui no Centro, houve conflito, né? As lojas, você vinha abrir as lojas de manhã, começava camelô montar barraca na frente das lojas todas; então houve enfrentamento físico, é uma coisa assim que a gente não pode chegar e ficar falando, só quem viveu isso sabe...então criticar o Shopping, foi uma decisão política pra acalmar aquela situação numa época que a cidade era outra praticamente; Campos era uma cidade que não sonhava com royalties do petróleo, não tinha nada disso; é uma conjuntura de trinta anos atrás, então naquela época foi necessário fazer aquilo ali, porque não tinha uma*

outra solução; então o que aconteceu : cortou a criança no meio, ou senão ía ter um atrito, fez o camelódromo lá, deu uma acalmada na situação, tivemos muito tempo tranquilo, e ninguém pensava que aquilo ali iria afetar o Mercado Municipal , que a cidade ía se transformar num Centro Histórico legalizado, não tinha noção disso . Então o Camelódromo surgiu de uma necessidade de conflito que o poder público resolveu dessa maneira e acalmou a situação (...)" (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).

Faz menção à época em que o SPMH foi instituído, ratificando que o mesmo na época foi feito a partir da intervenção pública, tendo em vista conter conflitos e resolver o problema dos comerciantes, criando então o espaço destinado para os camelôs desenvolverem suas atividades. E que não se deve reclamar ou questionar hoje a criação do Camelódromo, pois na época o mesmo serviu durante anos para conter os conflitos, e que não se tinha a ideia de Centro Histórico como hoje se tem.

Quanto aos camelôs serem considerados microempreendedores, o representante da CARJOPA, disse que: *"É aí eu não sei como é que eles estão gerenciando isso lá, porque isso eles têm que pagar algum tipo de imposto, eles têm que pagar a prefeitura o uso do local "* (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).

A fim de saber a abertura da CARJOPA se haveria possibilidade de camelôs se associarem a mesma, tendo em vista que a ACIC e CDL se mostraram abertos a presença de camelôs em suas associações, como microempreendedores, ele disse: *"Não, nós não teríamos esse tipo de abertura pra eles, porque...não como preconceito, porque nós não saberíamos gerenciar esse tipo de trabalho; eu tô falando aqui com engenheiro, já falei com padre, tô com uma pessoa ali embaixo pra resolver um problema, mas eu não saberia gerenciar um problema daquele ali, de camelô, de barraca; mesmo eles legalizados eu não teria como dar assistência a eles, do que eles precisam; porque se a gente está trabalhando em conjunto como te falei, a gente tem que ser parceiro deles, eu não tenho como ser parceiro, eu não sei como resolver aquilo ali, eu não sei como que tá a legalidade. Aqui eu tô lidando com o lojista, eu sei que ele tá com a vida dele mais ou menos organizada, ele tá legalizado no que ele compra, tem uma estrutura; então não é uma questão de preconceito, é uma questão de...cada macaco no seu galho, eles ali eles tem a associação*

deles lá, acho que tem até duas. Então ali, o foco deles é aquele foco ali, o trabalho deles é eles se manterem ali, porque todo mundo quer tirar eles dali hoje, a realidade é essa; o trabalho do camelô ali hoje é ele ocupar o lugar dele e se manter ali, ele ter um bom relacionamento com o lojista em frente e enfrentar esse grupo imenso de pessoas que querem retirar eles dali, dentro de um parâmetro arquitetônico, histórico da cidade, a cidade seria melhor ali sem eles” (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).

A fala do representante da CARJOPA sobre a questão acima evidencia a existência de preconceito quanto aos camelôs, no sentido de que ele alega que não saberia solucionar demandas trazidas pelos camelôs, caso eles fizessem parte da associação. Justificando ainda em sua fala que ao lidar com o lojista, ele sabe de como é o procedimento do mesmo quanto as legalizações e de que o camelô não seria assim; acrescenta ainda em sua fala *"cada macaco no seu galho"*, o que revela ainda mais a divisão de classes presente entre o comércio campista.

A fim de saber qual seria a política ideal mediante a relação entre ambulantes, prefeitura e comerciantes, na opinião do representante da CARJOPA, ele disse: *“A prefeitura tem que continuar fazendo o que tem feito, como a organização do espaço para que as pessoas que daquele espaço dependem possam sobreviver dentro da lei. Que legalizem eles, que eles paguem os tributos, que eles têm como trabalhar ali dentro da lei, e que eles não façam concorrência desleal com o comércio”* (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).

Questiona ainda o uso do dinheiro público para uma obra grande como a reforma do SPMH: *“Se está fazendo um obra daquela, investiu um dinheiro público ali, ele tem que ter pelo menos uma resposta social, porque a prefeitura fez um investimento ali, eu vi o projeto inicial eu fiquei de queixo caído, ía ser um Shopping; até na época eu fui contra, vai pegar o dinheiro público que a gente paga pra fazer um investimento pra eles ? Como a coisa apertou eles tiveram que fazer aquele galpão ali, porque o projeto inicial eu fiquei impressionado quando eu olhei, eles íam fazer um Shopping Center ali...dinheiro entrando, petróleo aquele negócio todo né, aí eles refizeram aquilo ali pra atendê-los, senão ...porque a situação na época era pra cancelar tudo, já tinha começado e obra pública é lenta. Então eu acho assim, não se deve mais investir dinheiro*

público naquela região ali, manter o que está, terminar aquela obra ali, porque é uma realidade que a gente tem que conviver com ela; eu acho muito difícil alguém remover eles dali, nos próximos dez anos” (Evaldo, membro da diretoria da CARJOPA).

Assim o representante da CARJOPA questiona o modo como os camelôs trabalham, com produtos sem nota, valores menores, produtos sem origem, um ocupando lugar do outro; se estabelecendo assim uma concorrência desleal com o comércio, enganando o consumidor, e que isso ocorre pela falta de controle.

O membro da diretoria da CARJOPA entrevistado expressa que não é contra os “*camelôs trabalhando*” no espaço que foi destinando para os mesmos desenvolverem suas atividades, pois, esta é hoje é uma realidade da cidade, a partir da legitimação do espaço pelo poder público. Contudo, revela sua oposição quanto as condições de funcionamento deste tipo de comércio, que mantém suas bases na ilegalidade.

6.3. Associação Comercial e Industrial de Campos- ACIC

A Associação Comercial de Indústria e Comércio foi inaugurada em 1891, com destaque que em 2017 foi comemorado 126 anos desta. É a sexta entidade mais longeva do mundo e antiguidade ininterrupta.

A ACIC tem uma longa história no que diz respeito a sua instituição local, quando Campos era ainda a maior cidade produtora de açúcar, e o município possuía uma renda per capita acima da média brasileira. Esta associação quando criada visou defender interesses dos comerciantes, pequenos industriais, usineiros e até mesmo lavradores, comprando da Família Paula Barroso, o belo prédio na praça São Salvador, que posteriormente, apesar das resistências, foi remodelado, preservando o patrimônio cultural do prédio.

A partir do centenário, da ACIC, com a presidência do Adailto Rangel, esta associação aproximou-se de uma política e diálogo com CDL, Sindicato do Comércio Varejista, Sindicato dos Trabalhadores, Firjan e poder Legislativo e Executivo municipal, optando neste período por popularizar-se junto aos comerciantes, tendo em vista fortalecer a representatividade local da associação na cidade.

Foi com este mesmo presidente que, junto ao poder público em 1991, quando Anthony Garotinho foi prefeito da cidade de Campos dos Goytacazes, formulou-se como saída a construção do Camelódromo para abrigar os ambulantes espalhados pelo centro.

Segundo o membro da direção da ACIC entrevistado, a associação tem como principal objetivo: *“defender e desenvolver os interesses da classe empresarial, comercial e industrial.”* Envolvendo-se em tudo o que é inerente a atividade empresarial, procurando capacitar o comerciante: *“A gente capacita com cursos, a gente consegue desenvolver coisas que ajudem a superar esse momento de crise, que pra nós até é tripla; porque é uma crise local, estadual e a crise do Brasil [...] Fazem-se “parceria com prestadores autônomos, profissionais liberais e até entidades .” Os cursos são divulgados num site que funciona fulltime, e...normalmente quando há um grupo também com interesses em outras áreas, eles vão até os nossos associados ou a gente divulga na reunião de diretoria”* (Mário, membro da diretoria da ACIC).

A questão atual é de como superar a crise, da qual *“ só vamos ficar livres lá para 2020; 2017 está acabando, 2018 vai ser um ano de definições ou indefinições eleitorais.*

Quanto à relação da ACIC com a Prefeitura afirma: *“Olha, nós temos um relacionamento estreito com a administração municipal até porque tem algum associado que faz parte do staff da prefeitura. O prefeito lançou a candidatura praticamente aqui dentro da associação comercial, nós fizemos um sorteio entre os assessores e dos seis candidatos dois fizeram a apresentação da plataforma aqui, dois da Firjan e dois da CDL, coincidentemente o prefeito fez aqui e após o bate-papo aqui foi a primeira vez que ele apareceu numa pesquisa eleitoral na frente; eu não vou questionar se as pesquisas as pesquisas anteriores eram manipuladas , mas foi a primeira vez que apareceu na frente e daí não perdeu mais a liderança . A prefeitura luta muito contra a falta de grana, muito; o prefeito eu acho que se ele soubesse o que iria encontrar ele não teria feito, ele não se candidataria, porque a prefeitura está quebrada e endividada; outra coisa que é um fator muito grave os royalties estão sofrendo um processo de queda [...], a distribuição dos royalties foi feita de uma forma desordenada, era uma fortuna que se recebia e isso acaba. Não havia um ordenamento pra você gastar esse dinheiro, era gasto da forma mais absurda possível, e...parece-me que há uma*

pretensão da prefeitura de criar uma comissão de líderes empresariais, para que essa comissão auxilie principalmente na tomada de preços...funcionaria como órgão assessor sem vínculo nenhum,(...) e todos eles tem uma participação muito próxima do governo municipal, sem interesse financeiro , tão somente para beneficiar a comunidade . Então nós estamos no aguardo desse chamamento, estamos agora, as entidades de classe lutando contra o código tributário absurdo que iria ser herdado por ele do governo anterior, que ía ser implantado , nós estamos ainda adaptando a real necessidade da comunidade no que se refere a preço..(...). A nossa reunião, participação é muito estreita com a prefeitura, com a nossa independência e independência deles; ninguém subjugado a um ao outro” (Mário, membro da diretoria da ACIC).

O membro da diretoria da ACIC, não trata, propriamente, da relação com a prefeitura, mas da relação com a atual gestão. O atual prefeito é apresentado como um candidato do empresariado, apoiado e inspirado pela ACIC. Compartilhariam a ideia que o uso dos Royalties foi desordenado em sem critério e defendem que sua aplicação deve ser assessorada por um conselho de empresários.

A proximidade com a atual gestão contrasta, contudo com a avaliação que faz da anterior: *“A outra gestão não ouvia ninguém, enfatizando que pelo menos com a atual gestão consegue dialogar. [...] Simplesmente não ouvia a comunidade, não ouvia a liderança da comunidade; era um sistema quase que ditatorial, ou melhor ditatorial”* (Mário, membro da diretoria da ACIC).

Se auto intitulando liderança da comunidade o membro da diretoria da ACIC, chama a gestão anterior de ditatorial. Não explicita as razões da discórdia. Deduz-se, porém, que a questão do Camelódromo seja uma delas. Ele diz: *“Eu sou prontamente contrário ao SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD, porque eu acho que é uma agressão ao cara que paga tributo, e você vai no SHOPPING POPULAR, eu acredito que 70% da mercadoria é importada, não recolhe tributo, entra de uma forma irregular e com beneplácito do poder público, municipal e estadual; porque cabe ao Estado fiscalizar e a prefeitura que cede o espaço, construindo até construções faraônicas como uma que está inacabada no antigo SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD. E isso se agravou com o desemprego em função da crise, o cara não tem o que fazer ele vai a São Paulo*

compra mercadoria com baixo preço e vai lá , vai na rua aí bota no chão e começa a vender” (Mário, membro da diretoria da ACIC).

A questão camelô é uma questão de falta de fiscalização e repressão contra vendedores que não pagam impostos: *“Olha eu não tenho assim uma opinião muito variável não, eu sou muito radical nisto aí. Ao longo dos anos se esse camelódromo chegou a esse título no local instalado, foi por inércia do poder público municipal, que não souber coibir; eu acho que todo mundo tem direito de trabalhar, como eu trabalho, ele trabalha...nós pagamos imposto; eu não posso trabalhar sem contribuição tributaria...agora o que aconteceu é que até criaram um título “camelódromo” eu nunca tinha ouvido esse nome, criaram esse título pra agrupar um grupo de profissionais autônomos que se dedicavam a pratica de um comércio que não é uma forma legal” (Mário, membro da diretoria da ACIC).*

Como se vê, nesta perspectiva, pagar imposto é condição de trabalhar, e os camelôs são ilegais. Ele diz: *“Acho que não deveria ter e que economicamente não traz benefícios para a comunidade, traz benefícios para um grupo de pessoas [...]. Então a circulação de riqueza é num grupo reduzido, de uma forma não legal, mas talvez traga até o aumento do número de camelôs, seja em função da própria crise” (Mário, membro da diretoria da ACIC).*

Os camelôs são tomados por esta liderança empresarial como um circuito econômico ilegal que traz prejuízos econômicos a comunidade legal. O Camelódromo, torna-se então um lugar perigoso que deve ser vigiado. Ele diz: *“Olha aumentou a concentração e eu acho que o problema maior ali é de vigilância, e aquela área ali tem um outro problema com a construção da ponte ali quando chove muito primeira coisa que acontece é que a água sobe; aquele local não é próprio pra isso, até porque você tem um problema terrível pra parar ali, o Mercado no sábado e domingo tem uma visitação maior e junta o camelódromo, fizeram um estacionamento do lado que está totalmente cheio, todo dia; tem ponto de parada de van ali, é totalmente desorientado, aquilo ali é complexo demais” (Mário, membro da diretoria da ACIC).*

O Camelódromo é então, uma *"solução paliativa"* que oficializa: *“Uma atividade ilegal, a não ser que todos se tornem microempreendedores, mas se for na base do compro um box, alugo um box e me instalo, eu acho que não*

atinge o objetivo do comercio em sí; e outra coisa você pega um cara que tem um box, ele tem uma gama de produtos em que não há estoque, é uma , duas ou três peças...ele põe numa caixa fecha leva pra casa ou deixa embaixo do balcão. Diferente de uma atividade comercial em que o cara tem um ponto, paga o aluguel, paga iptu, paga icms, paga funcionário, recolhe inss, imposto de renda; é bem diferente a atividade; agora com o beneplásto com esse título de camelódromo, eu continuo tendo minha opinião, eu acho que tinha que ser uma atividade legal para dar continuidade a atividade comercial” (Mário, membro da diretoria da ACIC).

A única política possível seria a que "pudesse ter legalidade," mas, entende que *“Hoje eles já são cadastrados como microempreendedores, né? Mas não existe isso...a gente não sabe se todos são (...)”*. (Mário, membro da diretoria da ACIC). Possibilitando entender assim que apesar da tentativa de legalizar os camelôs através do Programa do Microempreendedor, se faz presente no interior do Camelódromo o exercício de práticas ilegais.

Em suma encontra-se na ACIC o centro de oposição ao Camelódromo e uma base importante de apoio político à atual gestão. Defende como saída municipal que os fundos, outrora designados a políticas de bem-estar sejam geridos por lideranças da comunidade legalmente constituída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E tratou de como se tecem as relações entre os atores políticos, as políticas públicas municipais, os ambulantes e as práticas de comércio popular, com foco no SPMH, em Campos dos Goytacazes, tendo em vista a permanência e fixação dos ambulantes no Centro da cidade, mesmo quando esta categoria é ameaçada de expulsão.

Buscou-se responder as questões iniciais que orientaram esta pesquisa, como: quais forças disputam essa permanência ou retirada dos ambulantes da área central, como se organizam os atores que compõem conjuntura; além de buscar responder como se desenvolve a atuação do poder público para com as práticas da economia popular, tolerando ou reprimindo.

Nota-se que o SPMH é um setor que ao longo dos anos permanece, pela sua tradição cultural na cidade de Campos dos Goytacazes e apesar dos conflitos, sendo importante para a economia campista, e para as famílias e classes que deste setor se abastecem.

Os dados obtidos, verificam que a legislação em torno das permissões deliberadas ao comércio popular do SPMH se estabelece na relação entre poder público de modo simplista, onde os camelôs em Campos dos Goytacazes são tratados a partir da legislação dos ambulantes. Assim, a presença dos camelôs no Centro da cidade, ao longo dos anos se orienta a partir da permissão do poder público municipal, dado que criou-se um espaço destinado para o desenvolvimento de tal atividade, como é o caso do SPMH.

As orientações teóricas que balizaram esta dissertação, contribuíram para explicações avaliáveis e melhor compreensão do SPMH, quanto a origem, formas de perpetuação e existência ao longo dos anos, como se dá a atuação do segmento do Estado, sociedade e economia para com este eixo. A prática dos camelôs se revela como uma tipificação do trabalho informal, situando então a questão do SPMH como eixo desta prática na cidade de Campos dos Goytacazes, e fazendo uma retomada histórica sobre contexto, surgimento e questões atuais sobre este setor.

As notícias contribuíram para construir um banco de dados sobre o SPMH, possibilitando assim realizar uma linha histórica dos eventos e opiniões expressas nos noticiários.

Destaca-se assim que o governo de Rosinha Garotinho, possibilitou permanente tolerância para com os camelôs, buscando em suas ações

constantes negociações, considerando a solicitação dos comerciantes formais, através do Ministério Público, pela saída dos ambulantes espalhados pelo Centro.

Assim o poder público para resolver essa questão problemática, propôs a ampliação e reforma do SPMH, que não foi concluída até o presente momento, o que acarreta impactos e prejuízos principalmente aos camelôs. Contudo, entende-se que as ações do poder público municipal nos anos de 2008 a 2016 buscavam evitar os conflitos, baseando-se numa política local isolada, o que pôde então consolidar as ações deste governo ao encontro dos compromissos firmados com o SPMH.

A partir da nova gestão pública municipal em 2017, nota-se que há uma crítica ao modo que a gestão anterior usou recursos, como os royalties, a fins de gastos sociais, como a obra do Camelódromo. Neste sentido, percebe-se um alinhamento das principais instituições e associações comerciais locais, como: CDL, AVASP, ACIC, CODEMCA e CARJOPA, ao poder público atual, onde pode-se destacar uma recomposição das elites governamentais, e uso de recursos como os royalties sob a gestão empresarial.

Pode-se destacar que as percepções dos representantes comerciais sobre o SPMH, a partir das opiniões expressas, coincidem com as notícias publicadas, destacando deste modo o lugar do sujeito e de onde vem a fala, ou seja, quem representa.

A questão atual dos camelôs se volta para o término da obra, onde a atual gestão do poder público municipal em 2017, alega falta de recurso financeiro para o término da mesma, deixada inacabada pelo governo anterior. Segundo as entrevistas com os permissionários do SPMH e com membro atual da diretoria da AVASP. O governo tem no momento outras prioridades, justificando contenção de gastos, e nisto a emergência de investimento em outros setores. Porém, em concomitância a este contexto observa-se a crescente expansão dos ambulantes espalhados ao redor da área central da cidade.

Destaca-se também que há divisão entre a associação e associados, ou seja, entre a AVASP e ambulantes, uma fragmentação, que pode ser explicada, a partir do viés político.

Destaca-se que os conflitos gerados em relação a saída dos camelôs, a partir de 2009, enquanto a prática de um comércio ambulante, na área central da cidade, são gerados a partir dos lojistas formais que compõem esta área.

Contudo, atualmente esta questão não se evidencia na arena local, e pode-se ressaltar que os comerciantes formais da área central queixam-se que a saída dos camelôs, acarretou também declínio de vendas para o comércio daquela região como um todo, além do contexto de crise econômica vivenciado. Percebendo assim que os camelôs são “bem-vindos”, ao local do Centro desde que organizados, tendo em vista que propiciam a região central maior circulação de pessoas.

Conclui-se assim que se faz presente a cooptação de forças dos camelôs em Campos dos Goytacazes, entendendo que as políticas centrais para com o SPMH exigem articulação do poder político local que orienta a cidade em dado momento, destacando assim que neste contexto o conflito político marca os atores envolvidos. E quanto as posturas que orientam as ações do poder público, pode-se observar que a gestão do município expressa em suas configurações o campo de força ideológica adotada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIC. Associação comercial e industrial de Campos. Disponível em: <http://www.aciccampos.org.br/>. Acesso em: 31/07/2017.

AMAPASA. Camelôs não querem deixar o Centro de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <http://amapasa-campos.blogspot.com.br/2010/03/camelos-nao-querem-deixar-o-centro-de.html>. Acesso em : 31/07/2017.

ASP Justiça. Sorteio define locais onde vendedores irão atuar em Campos, RJ. Disponível em: http://www.aspjustica.com/noticias1443_Sorteio_define_locais_ounde_vendedores_ir%C3%A3o_atuar_em_Campos,_RJ. Acesso em: 31/07/2017

ASSIS, L. Renan. As vulnerabilidades de uma carreira: os camelôs do terminal e a cidade de Campos dos Goytacazes como um espaço de luta por reconhecimento. - Campos dos Goytacazes/RJ. 2011.

AZAÏS, C. As zonas cinzentas no assalariamento: proposta de leitura do emprego e trabalho. AZAÏS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. da Silva (orgs.). Ilegalismos, cidade e política. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 167-198, 2012.

BLOG DO RALPH BRAZ. Paciência dos camelôs está se esgotando. Disponível em: <http://ralphbraz.blogspot.com.br/2014/07/paciencia-dos-camelos-esta-se-esgotando.html>. Acesso em: 31/07/2017.

BLOG RALPH BRAZ. Camelôs se revoltam e fecham trânsito no centro. Disponível em: <https://ralphbraz.blogspot.com.br/2015/03/camelos-se-revoltam-e-fecham-transito.html>. Acesso em: 31/07/2017.

BLOG RICARDO ANDRÉ VASCONCELLOS. Somos todos pelo mercado municipal! Disponível em: http://ricandreasconcelos.blogspot.com.br/2015_01_11_archive.html. Acesso: 31/07/2017.

BLOG ROBERTO MORAES. Delegado da Polícia Federal comenta no Blog sobre a operação de ontem no Camelódromo em Campos. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/2010/03/delegado-da-policia-federal-comenta-no.html>. Acesso em: 31/07/2017.

CAMPOS 24 HORAS. Projeto do shopping popular muda devido à atraso da Ampla. Disponível em: <http://campos24horas.com.br/portal/250989-2>. Acesso em 27/10/2016.

CDL CAMPOS. Prefeita Rosinha assina na CDL termos de cooperação e debate sobre os principais problemas do município. Disponível em: <http://www.cdldcampos.org.br/materia-7028/fundacao-cdl-campos-marca-presenca-na-1a-feira-de-aprendizagem-no-municipio-de-campos-dos-goytacazes>. Acesso em: 31/07/2017.

CDL. Câmara de dirigente lojista de Campos. Disponível em: <http://www.aciccampos.org.br/>. Acesso em : 31/07/2017.

CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antônio da Silva; MOTA, Fábio Reis; BEROCAN, Felipe. (2011), Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niteroi, EDUFF, 2011, pp. 9-63 (Introdução).

CLAUDIO ANDRADE. Camelôs se revoltam com fiscalização e fecham trânsito no Centro. Disponível em: <http://blogclaudioandrade.blogspot.com.br/2015/03/camelos-se-revoltam-com-fiscalizacao-e.html>. Acesso em 27/10/16.

DE SOTO, H. Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FALA RONY SOUZA, divertir e informar. Reunião da Codemca com camelôs para sorteio dos boxes em Campos. Disponível em: <http://falaronysouza.blogspot.com.br/2014/01/reuniao-da-codemca-com-camelos-para.html>. Acesso em 27/10/2016.

FOLHA DA MANHÃ. Abundância Maldita. Disponível em: <http://opinioes.folha1.com.br/2017/07/26/gustavo-alejandro-oviedo-abundancia-maldita/>. Acesso em: 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Bancas vazias geram tumulto no camelódromo de Campos. Disponível em: http://www.folha1.com.br/_conteudo/2014/05/geral/638109-bancas-vazias-geram-tumulto-no-camelodromo-de-campos.html. Acesso em: 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Camelô e feirante: novos prazos. Disponível em: http://www.folha1.com.br/_conteudo/2013/11/geral/636353-camelos-e-feirante-novos-prazos.html. Acesso em: 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Camelôs até 28 de dezembro, Camelódromo até 27 de janeiro. Disponível em: <http://opinioes.folha1.com.br/2009/10/27/camelos-ate-28-de-dezembro-camelodromo-ate-27-de-janeiro/>. Acesso em 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Camelôs deixam nesta segunda-feira o antigo endereço. Disponível em : http://www.folha1.com.br/_conteudo/2014/02/geral/637154-camelos-deixam-nesta-segunda-feira-o-antigo-endereco.html. Acesso em 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Camelôs do centro tumultuam o comercio. Disponível em: http://www.folha1.com.br/_conteudo/2012/06/economia/601550-camelos-do-centro-tumultuam-comercio.html . Acesso em: 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Camelôs forçam audiência na Prefeitura. Disponível em :<http://www.fmanha.com.br/geral/camelos-forcam-audiencia-na-prefeitura>. Acesso em 27/10/2016.

FOLHA DA MANHÃ. Carjopa homenageada com comenda. Disponível em: http://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/11/economia/1226865-carjopa-homenageada-com-comenda.html. Acesso em: 18/02/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Codemca reúne os camelôs para tratar pauta conjunta. Disponível em : http://www.folha1.com.br/_conteudo/2016/11/economia/608339-codemca-reune-os-camelos-para-tratar-pauta-conjunta.html. Acesso em: 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Comércio espremido entre obras e camelôs. Disponível em: http://www.folha1.com.br/_conteudo/2012/11/geral/632962-comercio-espremido-entre-obras-e-camelos.html. Acesso em 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. E na novela dos camelôs. Disponível em: <http://opinioes.folha1.com.br/2010/01/02/1497/>. Acesso em: 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Mamãe Noel dos camelôs Disponível em <http://opinioes.folha1.com.br/2009/10/27/mamae-noel-dos-camelos/>. Aceso em: 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Mercado e Camelôs na pauta da Codemca. Disponível em: http://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/03/geral/1217237-mercado-e-camelos-na-pauta-da-codemca.html. Acesso em: 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Mercado Municipal de Campos para quem e por quê? Disponível em: <http://opinioes.folha1.com.br/2015/05/14/mercado-municipal-de-campos-para-quem-e-por-que-2/>. Acesso em 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Permissionários realizam protesto no Centro Disponível em: http://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/11/geral/1227455-permissionarios-realizam-protesto-no-centro.html. Acesso em: 25/11/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Presidente da Carjopa alega nova estratégia. Disponível em http://www.folha1.com.br/_conteudo/2013/01/economia/602891-presidente-da-carjopa-alega-nova-estrategia.html. Acesso em: 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. RETOMADA OBRA DO CAMELÓDROMO. Disponível em: http://www.folha1.com.br/_conteudo/2016/06/geral/645033-retomada-obra-do-camelodromo.html. Acesso em: 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Rosinha: Mamãe Noel dos camelôs. Disponível em: <http://opinioes.folha1.com.br/2009/11/10/rosinha-mamae-noel-dos-camelos/>. Aceso em: 31/07/2017.

FOLHA DA MANHÃ. Sorteio das bancas do Shopping Popular Michel Haddad transferido. Disponível em: <http://www.fmanha.com.br/geral/sorteio-do-shopping-popular-transferido-para-esta-quarta>. Acesso em 27/10/16.

FOLHA DA MANHÃ. Violência de agentes municipais gera revolta no Centro. Disponível em: <http://opinioes.folha1.com.br/2010/11/26/violencia-de-agentes-municipais-gera-revolta-no-centro/>. Acesso em: 31/07/2017.

FOUCAULT, Michel. 2012. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 24.ed. São Paulo: Edições Graal, 2007.

FREIRE, C. Mercado informal e Estado: jogos de poder entre tolerância e repressão, Cap.2, 2012. IN: TELLES, Vera S.; KESSLER, Gabriel; AZAIS, Christian. (Org.). Ilegalismos, cidade e política. Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. In: 1ed. Belo Horizonte: Fino traço, 2012, v. 1.

FREITAS, C. R. B. O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes: A Sedução Persistente de uma Instituição Pública. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2006.

G1 NORTE FLUMINENSE. Camelódromo de Campos, RJ, começa a funcionar em novo local. Disponível em: [Permissionários estão no Parque Alberto Sampaio de forma provisória. Mudança começou na última segunda-feira \(10\).](#) Acesso em: 31/07/2017.

G1 NORTE FLUMINENSE. Camelôs de Campos, RJ, realizam manifestação por melhorias no setor. Protesto bloqueou acesso da Avenida Jose Alves de Azevedo, no Centro. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2015/05/camelos-de-campos-rj-realizam-manifestacao-por-melhorias-no-setor.html>. Acesso em: 31/07/2017.

G1 NORTE FLUMINENSE. Camelôs de Campos, RJ, têm até esta terça-feira para concluir mudança. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2014/05/camelos-de-campos-rj-tem-ate-esta-terca-feira-para-concluir-mudanca.html>. Acesso em : 31/07/2017.

G1 NORTE FLUMINENSE. Camelôs fazem manifestação no Centro de Campos, no RJ, ato deixou o trânsito lento e gerou transtornos. Manifestantes reclamam da falta de estrutura no local de trabalho. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2013/09/camelos-fazem-manifestacao-no-centro-de-campos-no-rj.html>. Acesso em : 31/07/2017.

G1 NORTE FLUMINENSE. Obras no camelódromo e Palácio da Cultura estão paradas em Campos, RJ. Disponível em <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2016/01/obras-no-camelodromo-e-palacio-da-cultura-estao-paradas-em-campos-rj.html>. Acesso em : 31/07/2017.

GOOGLE MAPS: <https://www.google.com.br/maps/@-21.7573711,-41.3267504,17.83z>. Visitado em 20/10/2017.

GOOGLE MAPS:
<https://www.google.com.br/maps/place/Shopping+Popular+Michel+Haddad/@-21.7572643,41.3306728,16.71z/data=!4m5!3m4!1s0xbdd44953c92407:0xac75f2c7742431!8m2!3d-21.7578167!4d-41.3264572>. Visitado em : 20/10/2017.

GOOGLE MAPS:
<https://www.google.com.br/maps/search/mercado+municipal+campos+jardim+de+allah/@-21.7574202,-41.3289592,17z/data=!3m1!4b1>. Visitado em 20/10/2017.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

JORNAL TERCEIRA VIA. Camelôs fazem manifestação e cobram resposta da prefeitura. Disponível em <http://www.jornalterceiravia.com.br/noticias/campos-dos-goytacazes/57599/camelos-fazem-manifestacao-e-cobram-resposta-da-prefeitura>. Acesso em 27/10/2016.

JORNAL TERCEIRA VIA. Abandonada, obra do novo camelódromo vira estacionamento irregular. Disponível em: <http://www.jornalterceiravia.com.br/noticias/campos-dos-goytacazes/55973/abandonada,-obra-do-novo-camelodromo-vira-estacionamento-irregular>. Acesso em 27/10/2016.

JORNAL TERCEIRA VIA. Pautas polêmicas na Câmara, após recesso de mais de 30 dias. Disponível em: <http://www.jornalterceiravia.com.br/2017/07/31/pautas-polemicas-na-camara-apos-recesso-de-mais-de-30-dias/>. Acesso em: 31/07/2017.

JORNAL TERCEIRA VIA. Rafael Diniz: comando da cidade pode ser presente de grego. Disponível em: <http://www.jornalterceiravia.com.br/2016/12/25/os-presentes-de-rafael-diniz/>. Acesso em: 31/07/2017.

LAUTIER, B. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. Contemporaneidade e educação, v. 2, n. 1, 1997.

LAUTIER, B. P, Jaime Marques. Representações sociais e construção do mercado de trabalho: empregadas domésticas e operários da construção civil na América Latina. Cad. CHR. Salvador, n..21, p.121-151, jul./dez.1994.

LAUTIER, B.P. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. Cad. CRH. Salvador, n.18, p. 5-48, 1993

LEI FEDERAL 10.695/2003 - 01/07/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.695.htm. Acesso em :13/12/2017.

LEI MUNICIPAL nº 8.768, de 10 de agosto de 2017. Lei da microempresas, empresas de pequeno porte e ao empreendedor individual e outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/c/campos-dos-goytacazes/leiordinaria/2017/877/8768/lei-ordinaria-n-8768-2017-regulamenta-no-municipio-de-campos-dos-goytacazes-o-tratamento-diferenciado-efavorecido-as-microempresas-empresas-de-pequeno-porte-e-ao-mpreendedor-individual-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13/10/2017

LEI MUNICIPAL nº 8061, de 10 de dezembro de 2008. Código de Postura do Município de Campos dos Goytacazes, 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/codigo-de-posturas-campos-dos-goytacazes-rj-2008-12-10-versao-original> . Acesso em 13/10/2017.

Lei nº 10.695/03 e seu impacto no Direito Autoral brasileiro. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4432/a-lei-n-10-695-03-e-seu-impacto-no-direito-autoral-brasileiro>. Acesso em: 13/12/2017.

LEMOS, Linovaldo Miranda. As sociabilidades na informalidade: uma investigação sobre a interação de diferentes contextos sócio – organizativos no camelódromo em Campos, 2001. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2001.

MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). Caderno CRH, Salvador, n.37, p. 81-109, jul./dez. 2002

MACHADO DA SILVA, L. A. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, p.140-178, 2003.

MAMANI, H.A. (Relatório Final de Pesquisa). Economia Informal, mercado de trabalho e Políticas Públicas no Norte-Fluminense. 2010. UFF/ESR/NETRAD

MAMANI, H.A. Modelos de política urbana e quadros morais da implementação local: a experiência do camelódromo de Campos dos Goytacazes. In: 39º encontro anual da ANPOCS, 2015. Anais 39º Encontro Anual da ANPOCS. 2015.

MAMANI, Hernán Armando. Vida Metropolitana e Transporte Informal: estudo do Rio de Janeiro nos anos 90. 2004. 421 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Introdução e Cap. 8.

MAMANI.H. e SOUZA, R. Camelódromos no Rio de Janeiro/RJ e em Campos dos Goytacazes/RJ: circulação de políticas e arranjos locais. Boletim Petróleo, Royalties e Região - Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XV, nº 58 – dezembro/2017.

MARCONSIN, Cleier; MARQUES, Maria Celeste Simões. Trabalho e direitos: conquistas e retrocessos em debate. 2011

MISSE, M. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. In: Contemporaneidade e Educação, v 1, n. 2, p. 93 – 116, 1997.

MORAES, C.A.S. Catadores da sobrevivência: estudo do trabalho e das relações de trabalho entre catadores de materiais recicláveis de rua no município de Bom Jesus do Itabapoana - RJ em 2008. Campos dos Goytacazes/ RJ.2009

MOTA, Elisabete (organizadora). A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NOTÍCIA URBANA. “Roubaram o dinheiro da obra”, afirmam camelôs de Campos. Disponível em <http://noticiaurbana.com.br/index.php/roubaram-o-dinheiro-da-obra-afirmam-camelos-de-campos-assista-ao-video/>. Acesso em 27/10/2016.

NOTÍCIA URBANA. Camelôs de Campos protestam em aniversário de dois anos de obras que não começam. Disponível em <http://noticiaurbana.com.br/camelos-de-campos-protestam-em-aniversario-de-dois-anos-de-obras-que-nao-comecam/>. Acesso 27/10/2016.

OPINIÃO POLÍTICA E ECONÔMICA. ROSINHA é reeleita prefeita de Campos dos Goytacazes. Disponível em <http://opiniaopoliticaeeconomica.blogspot.com.br/2012/10/rosinha-garotinho-e-reeleita-prefeita.html>. Acesso em: 31/07/2017.

PAES.S. Os impasses da revitalização da área central da cidade de Campos dos Goytacazes (1991-2005). UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM / CAMPOS PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades . (2012). Disponível em: https://cidades.ucamcampos.br/wpcontent/uploads/2012/10/sylvia_paes.pdf. Acesso: 31/07/2017.

PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação. In: VELHO, G. O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PMCG. Rosinha oferece apoio para que camelôs se formalizem. Disponível em: http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=819. Acesso em: 31/02/2017.

PMCG. Avasp solicita mais 30 dias para transferência de permissionários. Disponível em : http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=23322. Acesso em : 31/07/2017.

PMCG. Camelôs do Centro aprovam mudança para o Shopping Popular. Disponível em : http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=24238. Acesso em : 31/07/2017.

PMCG. Novo Shopping Popular mais moderno e com normas de acessibilidade. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=434. Acesso em: 31/02/2017.

PMCG. Postura cumpre lei e coíbe comércio irregular no Centro. Disponível em: http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=38827. Acesso em: 31/07/2017.

PMCG. Shopping Michel Haddad ganha toldos e projeto paisagístico. Disponível em : http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=2507. Acesso em: 31/07/2017.

PMCG. Shopping Popular: obras para mudança em ritmo acelerado. Disponível em: http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=21234. Acesso em: 31/07/2017.

PMCG: Permissionários do Shopping Popular passam por diagnóstico do Sebrae. Disponível em: <http://ferreiraavelino.blogspot.com.br/2015/09/permissionarios-do-shopping-popular.html>. Acesso em: 31/01/2017.

PORTAL DO EMPREENDEDOR MEI.
IN:<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>> Acesso em :10 de janeiro de 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RIBEIRO, A. C. T; ELIAS, R. A luta pelo lugar: os camelôs no centro do Rio de Janeiro. IX Encontro nacional da Anpocs. GT: lutas urbanas, estado e cidadania, 1983.

RODRIGUES, I. D. (2007). Os camelôs e as atividades conexas que compõem o circuito de circulação de mercadorias. Revista Pegada, Nº 1, Vol. 8, Junho de 2007, IN: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA81/5Textolvanildo.pdf>. Acesso em : 14/06/2017

SANTOS, M. “Involução Metropolitana e economia segmentada. O caso de São Paulo”. 1990.

SANTOS. Boaventura de Souza. O Estado heterogêneo e o pluralismo jurídico. In: Santos, Boaventura de Souza e Trindade, João Carlos (ed), Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique, Vol I, Porto: Afrontamento, 2003.

SÃO JOÃO DA BARRA NOTÍCIAS: Mudança dos camelôs de Campos começa a partir de hoje. Disponível em: <http://www.saojoaodabarranews.com.br/noticia/239-mudanca-dos-camelos-de-campos-comeca-a-partir-de-hoje>. Acesso em: 31/07/2017.

Show Francisco da Cidade. Volta para casa deixa camelôs preocupados. Disponível em : <https://showfranciscodacidade.blogspot.com.br/2014/08/volta-para-casa-deixa-camelos.html>. Acesso em: 31/07/2017.

SILVA, G. B.; FREIXO, A. S. Camelôs, autoridades e Mercado Popular da Uruguaiana: uma análise sobre a precariedade na utilização do espaço público. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal/RN, 2014.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

SOILO, Andressa Nunes. Comércio popular: sociabilidades, identidades e legalidades a partir de um estudo etnográfico do “Pop Center” em Porto Alegre/RS. Monografia de graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

TAVARES, M. A. Os fios (in)visíveis da produção capitalista – informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez. (2004).

TELLES, Vera S.; KESSLER, Gabriel; AZAIS, Christian. (Org.). *Illegalismos, cidade e política. Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa*. In: 1ed. Belo Horizonte: Fino traço, 2012, v. 1

URURAU. Camelôs perguntam pelo dinheiro da obra do Mercado Municipal. Disponível: http://novosite.ururau.com.br/cidades/4e897ee997cc1a99dc6c387fa126ba764f33bf3c_camelos_perguntam_pelo_dinheiro_da_obra_do_mercado_municipal. Acesso em 27/10/2016.

URURAU. Novo Shopping Popular Michel Haddad terá modernas instalações. Disponível em: http://ururau.com.br/cidades37082_Novo-Shopping-Popular-Michel-Haddad-ter%C3%A1-modernas-instala%C3%A7%C3%B5es. Acesso em 27/10/2016.

URURAU. Polícia apreende DVD's piratas e celulares no Camelódromo. Disponível em: http://1ce75e4b18_policia_apreende_dvd_s_piratas_e_celulares_no_camelodromo. Acesso em: 31/07/2017.

URURAU. Disponível: http://novosite.ururau.com.br/cidades/6c270821870308a1d89da3fe04ef9cda68ea56fa_mp_nega_pedido_de_arquivamento_do_processo_referente_as_obras_do_mercado_municipal. Acesso em 27/10/2016.

VEGA, C.A; LABAAZÉE.P. *Regulação social e violência no universo da economia informal: o caso do centro histórico da Cidade do México*. Cap.3, 2012. IN: TELLES, Vera S.; KESSLER, Gabriel; AZAIS, Christian. (Org.). *Illegalismos, cidade e política. Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa*. In: 1ed. Belo Horizonte: Fino traço, 2012, v. 1

ANEXOS

REGIMENTO DO SHOPPING POPULAR MICHAEL HADDAD

Sumário

Capítulo I - da Introdução e Definições e Objeto.

Capítulo II - da Utilização.

Capítulo III - dos Horários e Obrigações.

Capítulo IV - do Comércio, do Fluxo de Mercadorias e das Propagandas.

Capítulo V - da Conservação e Limpeza.

Capítulo VI - das Disposições Gerais.

Capítulo I

da Introdução, Definições e Objeto.

Artigo 1- Esse Regimento, versa acerca de normas gerais de funcionamento do SHOPPING POPULAR PROVISÓRIO MICHAEL HADDAD, situado no Parque Alberto Sampaio, Centro, nesta Cidade, sendo criado para funcionar provisoriamente, em razão da reforma do SHOPPING POPULAR MICHAEL HADDAD, sendo assim sege os fundamentos e regimes pelos seguintes dispositivos, não prejudicando todavia a observância da Lei nº 8.243/2011, a qual consolida o Código de Postura de Campos dos Goytacazes/RJ.

Artigo 2- O presente Regimento Interno tem aplicação a todas as dependências e atividades desenvolvidas no SHOPPING POPULAR PROVISÓRIO MICHAEL HADDAD, submetendo-se às suas disposições, todos quantos ali exerçam qualquer tipo de atividade ou que nas mesmas se encontrarem, seja com que finalidade for e enquanto ali permanecerem, não sendo aceitas as alegações do seu desconhecimento, porquanto é publicado em diário oficial.

Artigo 3- As normas deste Regimento Interno serão observadas e aplicadas pela CODEMCA- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, que poderá propor modificá-lo em conformidade com as necessidades, considerando o planejamento técnico e os objetivos comerciais.

Art. 4- Ao longo deste Regimento Interno, são empregadas palavras e expressões cujos significados estão definidos nos instrumentos legais que servem de base a ele e que são os seguintes:

- a)- *Área de Serviço- BOX* - aquela destinada à permissão de serviço de cada permissionário, permitido a circulação de mercadorias, e o exercício do comércio, desde que consentânea com as finalidades do SHOPPING POPULAR MICHAEL HADDAD.
- b)- *Áreas Comuns* - aquelas de uso comum, tais como área de circulação, banheiros públicos, corredores, etc.;
- c)- *Área de Uso Restrito* - aquela reservada pela Administração Pública para uso específico;
- d)- *Permissionário* - pessoa física ou jurídica que com autorização da Administração Pública tem permissão para explorar atividade comercial, no Box designado pelo permitente (Administração Pública Municipal).
- e)- *Clientes ou Fregueses* - os compradores de mercadoria e serviços existentes ou oferecidos nas instalações do SHOPPING POPULAR MICHAEL HADDAD;
- f)- *Ramo de Negócio* - é a natureza da principal atividade atribuída a cada box, no plano de diversificação de lojas;

g)- *Denominação, Título do Estabelecimento ou Nome Fantasia* - é o nome comercial pelo qual se identificam os box's comerciais.

Capítulo II **Da Utilização**

Artigo 5- São vedadas as explorações comerciais no SHOPPING POPULAR MICHAEL HADDAD, das atividades que firam os princípios dos bons usos e costumes da sociedade em geral.

Artigo 6- Os Box's destinar-se-ão unicamente, de forma contínua e ininterrupta, ao desempenho das atividades previstas nos contratos de Permissão de uso provisório, autorizados pela Administração Pública Municipal.

Art. 7- Todo aquele que for flagrado colocando lixo ou entulho em terrenos ou em vias públicas será notificado e autuado para pagamento de multa, conforme prevê o Código de Postura Municipal em seu artigo 156§ 9º.

Art. 8- A exploração dos meios de propaganda nas vias públicas e logradouros públicos, está condicionada a prévia autorização da Administração Pública Municipal.

Art.9. - Os requerimentos de licença para publicidade ou propagandas, deverão mencionar: entre outras atribuições inerentes à sua função:

- I- A indicação dos locais onde serão colocados;
- II- A natureza do material de confecção;
- III- As dimensões;
- IV- As inscrições e o texto;
- V- Cópias dos documentos pessoais se pessoa física;
- VI- Certidão negativa Municipal, CNPJ e Alvará municipal de pessoa jurídica.

Capítulo III **dos Horários e Obrigações**

Artigo 10 - Os horários a seguir ajustados entendem-se como os mínimos a serem inicialmente estabelecidos e serão modificados à medida que assim o indicar a experiência, o movimento comercial e o fluxo do público do SHOPPING POPULAR MICHAEL HADDAD.

Artigo 11 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá estabelecer horários próprios para:

- a)- entrada, saída e circulação de mercadorias;
- b)- coleta e transporte de lixo e material sem serventia;
- c)- limpeza dos SALÕES DE USO COMERCIAL e das áreas comuns;
- d)- execução de serviços de conservação ou reparos;
- e)- iluminação do SHOPPING;
- f)- outras atividades a critério da Administração.

Artigo 12- O PERMISSONÁRIO obriga-se a:

- a) conservar o Box, zelando pela limpeza e higiene, realizando os reparos indispensáveis à sua conservação e outros que o PERMITENTE julgar compatíveis com o aspecto e a estética do Box;
- b) não alterar a estrutura do Box nem efetuar modificações sem autorização expressa do PERMITENTE;
- c) não alugar, ceder ou transferir a terceiros, em parte ou totalmente, o Box objeto da Permissão;

- d) não modificar o ramo de negócios a que se destina o Box nos termos da Cláusula Segunda do Contrato de Permissão de Uso Provisório;
- e) cumprir todas as determinações emanadas por este Regulamento Interno do Shopping Popular Michel Haddad, bem como da Administração Pública;
- f) manter conservadas as instalações das redes de luz, água e esgoto, inclusive instalações dos medidores respectivos;
- g) pagar nas épocas próprias às repartições competentes, todos os impostos e taxas que incidirem ou que venham incidir sobre o Box;
- h) pagar no último dia útil de cada mês, com tolerância máxima de 5 (cinco) dias corridos a remuneração fixada no parágrafo único deste artigo;
- i) não participar nem incentivar tumultos em prejuízo a atividade comercial do Shopping e as dos comerciantes da praça de Campos;
- j) o titular, não deve se ausentar do Box por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos, salvo em caso fortuito ou força maior.

Parágrafo único: - O Permissionário, pelo uso do Box citado, pagará mensalmente a importância equivalente a 0.28% da UFICA (Unidade Fiscal de Campos), que deverão ser pagos através de boleto bancário.

Capítulo IV

Do Comércio, do Fluxo de Mercadoria

Artigo 13 - O comércio se restringirá aos Box's destinados para cada permissionário, apenas sendo permitido a utilização para fins comerciais da área interna do Box, mediante o devido processo administrativo;

§1º - Em caso de infração do artigo em tela, o permissionário, receberá notificação de infração, sendo que após 3 reincidências terá cancelado a permissão de uso.

§2º O permissionário utilizará o Box, exclusivamente para explorar atividade de comércio de artigos autorizados pela CODEMCA.

Artigo 14 - A carga, descarga, circulação e armazenamento de mercadorias, carga de móveis ou utensílios de grandes volumes destinados aos Box's dos permissionários do SHOPPING, obedecerão aos horários que forem estabelecidos pela CODEMCA.

Artigo 15 - A administração Pública não será responsável por quaisquer danos, perdas ou extravios de mercadorias, tanto nas áreas comuns como nas de serviços do SHOPPING POPULAR MICHAEL HADDAD, ainda que resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de seus prepostos, devendo os seus permissionários mantê-las seguradas contra todos os riscos.

Artigo 16 - Toda e qualquer mercadoria que entre, saia ou circule pelo SHOPPING POPULAR MICHAEL HADDAD, tanto nas suas áreas comuns internas, como nas externas, deverá estar acompanhada por nota fiscal que atenda aos requisitos da legislação em vigor, sendo de inteira responsabilidade dos proprietários das mercadorias, qualquer falha nesse sentido.

Artigo 17 - Ainda que acompanhada de nota fiscal, não terão ingresso nem circularão nas dependências do SHOPPING POPULAR MICHAEL HADDAD, quaisquer mercadorias que, pela sua natureza, possam oferecer perigo ou incômodo aos usuários e clientes do SHOPPING POPULAR, essencialmente aquelas inflamáveis, explosivas, nocivas à saúde,

segurança e salubridade, causadoras de irradiação, de contaminação, de odor desagradável, corrosivas, que emanem excessivo calor, a juízo da Administração Pública que assim as considerar.

Artigo 18 - A afixação ou exibição de letreiros e cartazes, qualquer que seja o meio e o local empregados, dependerá sempre de autorização do CODEMCA, precedida de requerimento escrito e fundamentado pelo interessado, que exporá seus objetivos, localização, natureza e duração e dimensões conforme código de Posturas Municipal.

Artigo 19 - A CODEMCA poderá vetar, no todo ou na parte que entender incompatível com os padrões placas, letreiros, entre outros meios de publicidade que desejem promover.

Artigo 20 - Fica ao exclusivo critério da CODEMCA, suspender ou impedir qualquer prática, mesmo que não expressamente vedada neste Regimento, desde que se revele nociva ou incompatível com os objetivos do SHOPPING POPULAR MICHAEL HADDAD.

Capítulo V

da Conservação e Limpeza

Artigo 21 - Compete aos permissionários, conservar o SHOPPING POPULAR em perfeitas condições de limpeza, conforme determinação do art.12, "a" deste regimento.

Parágrafo Único - É de inteira responsabilidade dos permissionários, a remoção diária dos entulhos provenientes de suas atividades, em horário compatível com a coleta.

Capítulo VI

das Disposições Gerais:

Artigo 22 - O pagamento da taxa a que se refere ao parágrafo único previsto neste regimento, passará a contar da data da assinatura do Contrato de Permissão de Uso Provisório.

Artigo 23- A Permissão, de acordo com o disposto no artigo 1º da Lei nº 3.323, de 02 de setembro de 1977, é concedida a título precário.

Artigo 24 - Verificada a infração de qualquer dos artigos previsto neste Regulamento, será revogada a presente Permissão, independentemente de indenização ao Permissionário por benfeitorias que tenham sido realizadas no Box.

Campos dos Goytacazes 29 de Janeiro de 2014.

Termo de Compromisso de Ocupação por Permissão de Uso:


PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOITACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

TERMO DE COMPROMISSO DE OCUPAÇÃO POR PERMISSÃO DE USO

Aos doze dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, na Secretaria Municipal de Administração, situada no 1º andar da Estação Rodoviária Dr. Roberto Silveira, presentes se achavam: de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOITACAZES, nesta ato representada pelo Ilmo. Sr. Prefeito, Sr. SERGIO MENDES CORDEIRO//////////, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF/MF nº [redacted] e CI nº [redacted] - IFP, doravante denominada PERMITENTE, e, de outro lado, o Sr. [redacted]

a seguir denominado PERMISSONÁRIO, tendo em vista o deferido pelo Decreto nº 118 de 18 dezembro de 1996, foi assinado perante as testemunhas abaixo mencionadas o presente TERMO DE COMPROMISSO DE PERMISSÃO DE USO, com as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA - Constitui objeto da presente permissão de uso a banca nº [redacted], da ala [redacted], do Shopping Popular Michel Haddad, situado ao lado do Mercado Municipal, na Rua Barão do Amazonas.

SEGUNDA - A banca em questão se destina exclusivamente ao comércio de venda de importados em geral.

TERCEIRA - Pela ocupação da banca em foco o PERMISSONÁRIO pagará mensalmente a importância equivalente a (0,28) UFICAS, sendo certo que, no momento, cada unidade corresponde a R\$ 88,77 (oitenta e sete reais e setenta e sete centavos), devendo o pagamento ser efetuado no último dia útil de cada mês, na Tesouraria da Prefeitura.

[Handwritten signature]

Ofício enviado pela AVASP à prefeitura, solicitando extensão do prazo para a transferência:

AVASP

ASSOCIAÇÃO DOS VENDEDORES AMBULANTES DO SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD

CNPJ: 11.294.098/0001-53

Endereço: Rua Barão de Amazonas s/n°. Centro Campos dos Goytacazes.

Ofício nº 001 / 2014

Campos dos Goytacazes, 30 de Janeiro de 2014.

Da: AVASP (Associação de vendedores ambulantes do Shopping Popular)

Para: Presidente interino da CODEMCA – Wainer Teixeira de Castro

Assunto: Adiamento da mudança do Shopping Popular.

Vimos à presença do Ilustre Presidente da CODEMCA, solicitar o adiamento do prazo de mudança do Shopping Popular Michel Haddad, tendo em vista que não foi possível confeccionar as portas dos boxes em tempo hábil, devido a demora na decisão do tipo de porta a ser confeccionada, cuja responsabilidade pela confecção é dos permissionários e também porque na cidade de Campos não foi encontrada Empresa especializada para fabricação das portas dentro do prazo.

Em virtude do acima exposto, solicitamos o adiamento do prazo de mudança do Shopping Popular Michel Haddad pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Atenciosamente,



Frederico dos Santos Henrique
Presidente da AVASP

11.294.098/0001-53
ASSOCIAÇÃO DOS VENDEDORES AMBULANTES
DO SHOPPING POPULAR MICHEL HADDAD
Rua Barão de Amazonas, S/N
Centro - CEP 28.010-030
Campos dos Goytacazes - RJ

Fonte: PMCG, 03 mar. 2014

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – AVASP

I- IDENTIFICAÇÃO

- 1- Nome da associação:
- 2- Como foi criada?
- 3- Quais objetivos, visão, missão da associação?
- 4- Quem é o representante responsável/entrevistado? Função dentro da associação; Trajetória profissional:

II- QUESTÕES INTERNAS DA ASSOCIAÇÃO

- 5- Como se dá a participação dos associados? São mobilizados ou há fragmentação?
- 6- Quais são as principais reivindicações feitas dos ambulantes a AVASP?
- 7- Entre os associados há alguém que se destaque?
- 8- Há conflitos entre os associados e a associação? SIM() ou NÃO(), Quais são?

III- QUESTÕES ENTRE ASSOCIAÇÃO E PREFEITURA:

- 9- Como a AVASP se articula junto a prefeitura?
- 10-Como considera a relação com a CODEMCA?
- 11-Ao longo dos anos e atualmente como considera as formas de atuação da prefeitura frente aos camelôs?
- 12-Como se estabelece a permissão para funcionamento e licença dos camelôs
- 13-O que considera sobre o SPMH se fixar no Centro da cidade??
- 14-Além da relação com a prefeitura há alguma interação da AVASP com outras instituições ou autoridade pública?
- 15-Como se deu o processo de transferência do SPMH e aglutinação dos camelôs do Centro? Qual sua opinião a respeito do processo de reforma e transferência do locus produtivo dos camelôs?
- 16-Hoje quais são os objetivos e reivindicações da AVASP? Como buscam alcançar esses objetivos?
- 17-Como considera a resposta da prefeitura as demandas solicitadas?
- 18-Como a questão das operações policiais junto a receita federal interferem na venda dos produtos sem nota fiscal?
- 19-Qual seria a política ideal mediante a relação entre ambulantes, prefeitura e comerciantes?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – CODEMCA

I- IDENTIFICAÇÃO (da instituição e do entrevistado):

- 1- Nome da instituição:
- 2- Como foi criada?
- 3- Quais objetivos, visão, missão da instituição?
- 4- Quem é o representante responsável/entrevistado?
- 5- Como este setor influencia na cidade, sobre quais setores e segmentos?

II- QUESTÕES ENTRE A CODEMCA E SPMH

- 6- O que considera sobre o SPMH e importância deste segmento para economia da cidade?
- 7- Como se estabelece a relação entre a CODEMCA e o SPMH?
- 8- Quais são as principais reivindicações feitas dos ambulantes representados pela AVASP, a prefeitura?
- 9- Como o prefeitura busca responder tais reivindicações?
- 10-Quais são as políticas que respaldam os ambulantes ? Como estas funcionam?
- 11-O que considera sobre o espaço em que o SPMH se encontra hoje, tendo em vista que estão inseridos provisoriamente para reforma do local anterior, cujo a obra se encontra parada?
- 12-Como tem se dado a relação neste governo para com o SPMH e como buscam lidar com as questões trazidas deste segmento?
- 13-Quais seriam as políticas, perspectivas e projetos de melhoria para o SPMH?
- 14- Atualmente quais são os maiores desafios entre a CODEMCA e solicitações da AVASP?
- 15-Qual seria a política ideal mediante a relação entre ambulantes, prefeitura e comerciantes?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS- EX-REPRESENTANTE DA AVASP

I- IDENTIFICAÇÃO (da instituição e do entrevistado):

1. Há quanto tempo existe a associação?
2. Ela foi criada na gestão de qual governo?
3. No início quais eram os objetivos da associação?
4. De quanto em quanto tempo acontece eleição da associação?
5. E como que foi essa troca, como é organizada esta chapa?
6. Você ficou quatro anos, e como era no tempo que você ficou na associação a relação com o governo? E com os ambulantes como era?
7. Você tem banca aqui?
8. Você tinha alguma função na prefeitura?

II- QUESTÕES INTERNAS DA ASSOCIAÇÃO

9. Em relação as manifestações, como aconteciam?
10. Hoje como você acha que está sendo a atuação da atual associação?
11. Hoje enquanto permissionário, qual você acha que seria maior anseio dos permissionários?
12. Se o governo passado tivesse ganhado , como você acha que estaria a situação dos camelôs?
13. Você acha que aqui dentro em relação ao governo os permissionários, veem diferença de governo?
14. Mas antes como era a relação de vocês com a prefeitura\?
15. Por qual motivo você acha que os permissionários não vão pra rua se manifestar?
16. Você acha que isso deveria partir da associação?
17. Enquanto responsável, durante o período que você estava frente e agora, qual a principal diferença?
18. Por quê você acha que a outra associação ganhou?

III-QUESTÕES ENTRE ASSOCIAÇÃO E PREFEITURA:

19. Como você considera qual seria a política ideal, entre governo, ambulante e comércio ao redor de vocês?
20. Durante o tempo de sua atuação você via algum conflito entre o tempo que você esteve a frente da associação e ambulantes?
21. E você acha que se a prefeita Rosinha tivesse ganhado, como estaria a situação de vocês aqui hoje?
22. E como foi a saída de vocês de lá do SPMH?
23. E nessa relação de que você diz que “brigava pelos camelôs”, quais eram as principais questões que a prefeitura apontava em relação ao funcionamento do camelódromo?
24. Nesse tempo que você ficou na direção da associação, na questão das operações policiais como elas aconteciam, em relação aos produtos sem nota fiscal e ilegal?

25. E essas batidas vinham a partir de que instancia?
26. E como você considerava as respostas da prefeitura as demandas da AVASP?
27. Além da relação com a prefeitura, vocês tinham alguma relação com outra autoridade?
28. Na época como se deu o processo de transferência do SPMH e que também aglutinou os camelôs do Centro?
29. E no processo de se efetivar a mudança, como aconteceu, eu até estava lá nesse período, eu lembro que havia uma resistência a mudança; então como conseguiu fazer com que os camelôs viessem pra cá?
30. Mas houve uma certa participação da associação nesse processo?
31. Vocês faziam reuniões? E o intuito da reunião qual era?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - ACIC () CDL () CARJOPA ()**I- IDENTIFICAÇÃO**

- 1- Nome:
- 2- Quais objetivos, visão, missão da instituição?
- 3- Quem é o representante responsável/entrevistado?
- 4- Como a instituição influencia na cidade, sobre quais setores e segmentos?
- 5- Quais são os desafios atuais da instituição?

II- QUESTÕES ENTRE INSTITUIÇÃO E PREFEITURA:

- 6- Quais são as principais demandas solicitadas desta instituição a prefeitura?
- 7- Como a prefeitura responde a tais demandas? Considera satisfatória, SIM () ou NÃO ()?
- 8- Existe alguma relação ou parceria entre esta instituição e outras ligadas ao comércio como, a CLD, ACIC, CARJOPA? SIM () ou NÃO ()

III- QUESTÕES ENTRE INSTITUIÇÃO E SPMH

- 9- Qual sua opinião sobre o SPMH e sua relação com a economia da cidade?
- 10- Ao longo dos anos e atualmente como considera as formas de atuação da prefeitura frente aos camelôs?
- 11- Hoje os camelôs se encontram fixos em um mesmo local, tendo em vista a reforma do SPMH, que atualmente se encontra paralisada. Sobre a remoção dos camelôs do centro, que aglutinou aos do SPMH, o que considera?
- 12- O que considera sobre a fixação do SPMH no Centro da cidade?
- 13- A CDL, ACIC, e CARJOPA se articulam junto a questão dos ambulantes na cidade?
- 14- Qual seria a política ideal mediante a relação entre ambulantes, prefeitura e comerciantes?